



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

FACULDADE DE LETRAS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**O PROJECTO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO  
DE INHASSUNE/ RAMALHUSCA: CONTEXTO E  
IMPACTO SÓCIO-ECONÓMICO, 1980-1999**

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para obtenção  
do grau de Licenciatura em História da Universidade Eduardo Mondlane

 Feliciano Victorino Simão

Maputo, 2001

631 (679)  
55887

F. LETRAS U.E.M.
R. E. 28150
DATA 11/ Janeiro/ 02
AQUISIÇÃO <i>Letras</i>
COTA HT-104

**HT-104**

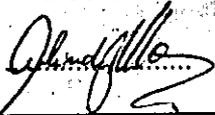
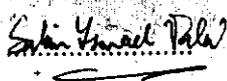
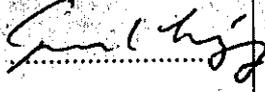
# O PROJECTO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DE INHASSUNE/ RAMALHUSCA: CONTEXTO E IMPACTO SÓCIO-ECONÓMICO, 1980-1999

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para obtenção  
do grau de Licenciatura em História da Universidade Eduardo Mondlane por  
Feliciano Victorino Simão

Departamento de História  
Faculdade de Letras  
Universidade Eduardo Mondlane

Supervisor: Prof. Doutor David Hedges & Dr. Salim Valá

Maputo, 2001

O Júri			Data
O Presidente	O Supervisor	O Oponente	
			6.12.01

HT-104

## **Declaração**

Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada, na sua essência, para a obtenção de qualquer grau, e constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas no texto e na bibliografia as fontes que utilizei.

**FELICIANO VICTORINO SIMÃO**

.....

## **Dedicatória**

Dedico este trabalho aos meus pais, Victorino Simão e Marta João Macassa Matsinhe, por todo o esforço empreendido na minha educação e formação académica.

## Resumo

“O projecto de Desenvolvimento Agrário de Inhassune/Ramalhusca” foi uma intervenção de desenvolvimento rural, cuja origem se enquadra na política e estratégia agrárias delineadas no 3º Congresso da FRELIMO em 1977, que defendiam a intervenção directa do Estado na produção.

Com este trabalho procurou-se conhecer qual foi o impacto sócio-económico do Projecto Inhassune/Ramalhusca para as populações locais envolvidas e até que ponto o projecto foi um instrumento para solucionar alguns dos problemas fundamentais enfrentados pelos produtores locais.

Com efeito, através de fontes escritas e, sobretudo, de entrevistas constatou-se que as formas de produção estatais instaladas na região no período 1980 a 1989/90, não obstante algumas realizações de realce, não solucionaram os principais problemas encarados pelos produtores de Inhassune. Estes problemas estavam essencialmente ligados ao encerramento dos mecanismos de comercialização agrícola, abastecimento em insumos agrícolas, assistência técnica agrária e das facilidades da lavoura mecanizada da terra (em regime de crédito amortizável no fim da campanha agrícola), como consequência do abandono dos colonos portugueses do Instituto do Algodão de Moçambique, bem como dos comerciantes particulares no período que se seguiu à independência.

Por outro lado, a produção colectiva e o carácter sazonal do seu trabalho entrava em choque com a individual, resultando na escassez de mão-de-obra na primeira, o que por sua vez, contribuía para que a produção fosse baixa. Face a isto, a estratégia de implementação do Projecto foi reestruturada a partir de 1989/90 de modo a adequar-se às transformações sócio-económicas que estavam em curso no país desde 1987 com o início do Programa de Reestruturação Económica. Desde então, o Projecto aboliu o sistema das machambas estatais e as suas terras passaram a ser trabalhadas pelos camponeses da região com o apoio técnico e material (factores de produção) do projecto. Formava-se, assim, o sector familiar organizado, cuja comercialização, particularmente a do algodão, era garantida pelo próprio projecto.

O projecto complementava as suas actividades com a disponibilização de serviços melhorados na saúde, educação e fornecimento de água potável. Deste modo, este projecto contribuiu positivamente para o bem estar sócio-económico e chegou mesmo a tornar-se um instrumento para solucionar alguns dos problemas fundamentais enfrentados pelos produtores locais e da comunidade de Inhassune em geral.

## Agradecimentos

Ao Prof. Doutor Davi Hedges e ao Dr. Salim Valá, supervisores desta tese, pela paciência na orientação desta tese sobretudo pelos seus frequentes encorajamentos.

A todos os meus docentes do Departamento de História pela sua valiosíssima orientação académica prestada ao longo dos cinco (5) anos de formação.

A engenheira Filomena Albano Maiopué, ex-coordenadora do Projecto Inhassane/Ramalhusca, pelo seu incondicional apoio que me prestou na localização e facilitação na consulta da documentação escrita do projecto.

Aos meus amigos e colegas, Carlos Vicente, António Wade, Marlino Mubai, Paulo Lopes, José Maduela, Xavier Cadete, Abel Otacala, Alberto Domingos e M. Cumbe, com quem juntos partilhamos os momentos mais difíceis, as ansiedades e as esperanças. O meu apreço especial ao dr. Abdul M. Khan, Emídio Nhantumbo e Agostinho Vilanculos pelo apoio material e técnico na elaboração dos mapas da área de estudo.

A todos estes e os demais que, directa ou indirectamente, contribuíram para tornar o sonho em realidade, os meus profundos agradecimentos.

## Índice geral

Declaração	
Dedicatória	
Resumo	
Agradecimentos	

### **CAPÍTULO I**

1.1. Introdução	1
1.2. Justificação da Escolha do Tema	2
1.3. Argumento	3
1.4. Metodologia	5
1.4.1. Limitações do Trabalho do Campo	6
1.5. Definição dos Principais Conceitos Sobre a Problemática em Estudo	7
1.6. Revisão da literatura	8

### **CAPÍTULO II: A ECONOMIA POLÍTICA DE INHASSUNE NO PERÍODO COLONIAL E PÓS-COLONIAL ATÉ 1984/85**

2.1. Breves considerações geográficas da Região	14
2.2. Actividades Económicas da População no Período Até 1960	16
2.3. A Economia Política de Inhassune no Período 1960-1974	18
2.4. O Abandono dos Colonos Portugueses, 1974-1977	22
2.5. Da Política Agrária Delineada no 3º Congresso da FRELIMO à Empresa Estatal do Algodão de Inhambane	25

### **CAPÍTULO III: O PROJECTO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DE INHASSUNE/RAMALHUSCA**

3.1. A Origem do Projecto e Seus Objectivos	32
3.2. O PIR como Empresa Estatal Agro-Pecuária, 1985/86-1989/90	34
3.2.1. As Actividades Desenvolvidas	35
3.3. Fontes de Mão-de-obra e Condições de Trabalho	41

### **CAPÍTULO IV: DE MACHAMBAS ESTATAIS AO SECTOR FAMILIAR ORGANIZADO, 1989/90-1999**

4.1. Principais Factores que Condicionaram a Mudança	46
4.2. Estrutura da Produção Agrícola no Sector Familiar. O Processo de Distribuição de Terras e a Agricultura por Contrato	50
4.3. A Comercialização Agrícola e o Incremento da Circulação Monetária na Região	55
4.4. Outros Serviços de Apoio à População versus Incentivos e Atractivos para o Fluxo Populacional	58

CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
FONTES CONSULTADAS	

## LISTA DE MAPAS

- Mapa 1: Enquadramento Geográfico da Área de Estudo, entre as páginas 13 e 14  
Mapa 2: Área de Estudo, entre as páginas 13 e 14  
Mapa 3: Localização das aldeias edificadas pelo Projecto Inhassune/Ramalhusca, entre as páginas 30 e 31  
Mapa 4: Localização dos blocos de produção agrícola, entre as páginas 49 e 50

## LISTA DAS TABELAS

- Tabela 1: Produção agrícola do sector estatal no projecto na campanha 1985/86-----37  
Tabela 2: Evolução do número de trabalhadores do Projecto Inhassune/Ramalhusca entre 1986 e 1994-----41  
Tabela 3: Produção do algodão, girassol e milho, no sector estatal, comparada ao previsto no "Appraisal Report" entre 1985/86 e 1989/90-----46  
Tabela 4: Divisão da parcela familiar nos blocos -----52  
Tabela 5: Evolução das áreas cultivadas (hectares) e da produção realizada (toneladas) pelo familiar comparadas ao plano-----54

## ANEXOS

- Anexo 1: Guião de entrevistas  
Anexo 2: Quedas pluviométricas (mm) registadas nas campanhas agrícolas, 1988 e 1991/92  
Anexo 3: Palmeiras bravas e a paisagem da região  
Anexo 4: Distribuição dos camponeses pelas áreas de produção do IAM entre 1965 a 1974  
Anexo 5: Bens do Projecto destruídos pelos guerrilheiros da RENAMO entre 1986 e 1990  
Anexo 6: Equipamento e maquinaria recebido pelo projecto entre 1984 e 1989  
Anexo 7: Organograma do PIR  
Anexo 8: Evolução da manada e da produção pecuária no projecto entre 1986 e 1994  
Anexo 9: Actividades de reflorestamento de Inhassune  
Anexo 10: Principais blocos agrícolas e as respectivas áreas  
Anexo 11: Distribuição dos camponeses pelos blocos de produção na campanha agrícola 1990/91  
Anexo 12: Evolução dos preços dos produtos agrários entre 1986 e 1994  
Anexo 13: Dados básicos sobre o Projecto Inhassune/Ramalhusca  
Anexo 14: A pequena indústria (familiar) de extracção de pedras para a comercialização

## Lista de siglas e abreviaturas

- ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados  
ADPP - Ajuda para o Desenvolvimento de Povo para Povo  
AGP - Acordo Geral de Paz  
AFM - Arquivo da Família Malate  
AHM - Arquivo Histórico de Moçambique  
APIR - Arquivo do Projecto Inhassune/Ramalhusca  
BAD - Banco Africano de Desenvolvimento  
BPD - Banco Popular de Desenvolvimento  
CAIA - Complexo Agro-Industrial de Angónia  
CAIL - Complexo Agro-Industrial do Limpopo  
CEA - Centro de Estudos Africanos  
CNAA - Comissão Nacional de Avaliação e Alienação  
DNP - Direcção Nacional da Pecuária  
DPA - Direcção Provincial da Agricultura  
DH - Departamento de História  
DPIAM - Delegação Provincial (de Inhambane) do Instituto do Algodão de Moçambique  
EEAI - Empresa Estatal do Algodão de Inhambane  
FAD - Fundo Africano de Desenvolvimento  
FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura  
FRELIMO - Frente de Libertação de Moçambique  
GAPPO - Gabinete de Apoio à Produção  
IAM - Instituto do Algodão de Moçambique  
INIA - Instituto Nacional de Investigação Agronómica  
INLD - Instituto Nacional do Livro e Disco  
MAP - Ministério da Agricultura e Pescas  
MA - Ministério da Agricultura  
MPF - Ministério do Plano e Finanças  
NET - Núcleo de Estudo da Terra e Desenvolvimento  
PIR - Projecto Inhassune/Ramalhusca  
PRE - Programa de Reabilitação Económica  
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
PROAGRI - Programa Sectorial de Investimento Público  
PROTECNO - Escritório Técnico de Consultoria e Planeamento, Ltd.  
RENAMO - Resistência Nacional Moçambicana  
RM - República de Moçambique  
RPM - República Popular de Moçambique  
s.d. - sem data  
SEA - Secretaria de Estado do Algodão  
s.l. - sem local  
UEM - Universidade Eduardo Mondlane  
UREA - Unidade de Reestruturação das Empresas Agrárias  
UNICEF - Fundo das Nações Unidas Para a Infância

## Cronologia Geral da História de Inhassune

- c1935** – início do cultivo das terras das baixas de Inhassune;  
- primeiras referências da introdução da charrua e bois de tracção animal.
- 1946** – fixam-se em Inhassune os primeiros habitantes.
- c1960** – fixam-se em Inhassune os primeiros colonos portugueses, dentre os quais se destacou (pelas actividades pecuárias) Manuel da Rocha. Este fundou a Quinta Ramalhusca que dedicava-se fundamentalmente à criação de gado de corte.
- 1962** – o Instituto do Algodão de Moçambique (IAM) inicia com o fomento da cultura do algodão nas baixas de Inhassune.
- 1964** – o eng.º José de Figueiredo Casimiro, coadjuvado por José Simão, funcionários do IAM, realizaram um estudo de reconhecimento ecológico agrícola das baixas de Inhassune, tendo concluído haver condições para a cultura do algodão.
- 1965-1974** – com base no resultado do referido estudo, foi encorajada a produção do algodão, tendo registado boa aceitação no seio dos camponeses locais. Como prova disto, neste período o IAM registou cerca de 775 camponeses nas suas machambas.
- 1971** - foi construída em Inhassune uma maternidade e uma escola primária.
- 1974-1977** – abandono dos colonos portugueses de Inhassune, quer ligados ao IAM, quer ligados à produção pecuária (no ex. de Manuel da Rocha).
- 1975** – foi instalado em Inhassune um Centro de Reeducação.
- 1976/77** – as terras, gado e outras infra-estruturas e bens pertencentes ao IAM e a colonos portugueses particulares que abandonaram a região com a independência são nacionalizadas e passaram a ser tuteladas pelo Gabinete de Apoio à Produção (GAPPO).
- 1978** – o governo contratou uma empresa brasileira de consultoria – PROTECNO – para fazer estudos das potencialidades de desenvolvimento das machambas abandonadas pelos colos, bem como de novas terras.
- 1979/80** – a PROTECNO elaborou estudos de viabilidade técnico-económica das terras abandonadas pelos colonos na região de Inhassune, tendo recomendado a criação de dois projectos: um agrícola a dedicar-se à produção de algodão e girassol (no sistema de machambas estatais); e outro, pecuário que devia centrar-se na criação de gado de corte;  
- o Centro de Reeducação é transferido de Inhassune para Chicome (uma região do norte do distrito de Manjacaze, província de Gaza).

**1980** – foi desmantelado o GAPPO e em seu lugar foi criada a Empresa Estatal do Algodão de Inhambane (EEAI). Dentre as suas tarefas, foi-lhe atribuída a responsabilidade de garantir a continuidade das actividades agro-pecuárias de Inhassune. Para tal foram criadas em Inhassune duas unidades estatais de produção:

- a) a Unidade de Produção Agrícola – que a partir das terras e infra-estruturas do então IAM, devia dedicar-se, no sistema de machambas estatais, à produção do algodão e girassol;
- b) a Unidade de Produção Pecuária – que a partir do gado de corte e infra-estruturas da Quinta Ramalhusca, devia centrar-se na criação de gado de corte.

**Em Setembro de 1980** – no âmbito da procura de financiador para os dois projectos de desenvolvimento propostos pela PROTECNO, foi aprovado a criação de um único projecto que devia dedicar-se às duas actividades (agrícola e pecuária), daí surgiu o nome “*Projecto Inhassune/Ramalhusca*” – PIR- (como resultado de combinação do Projecto agrícola de Inhassune e de Projecto pecuário de Ramalhusca).

**10 de Dezembro de 1980** - foi assinado o acordo entre o governo e o Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD) visando o financiamento do PIR.

**1983** – a sede da Unidade de Produção Agrícola de Inhassune (UPA) foi atacada e saqueada pelos guerrilheiros da RENAMO;

- a UPA recebeu cerca de 256 pessoas capturadas nas ciades da Maxixe e Inhambane dentro da política operação/produção.

**1983/84** – foi instalado em Inhassune o batalhão n.º 279 das forças armadas do governo com objectivos de garantir a segurança militar da região e permitir a instalação do PIR.

**1985/86** – o PIR iniciou com as suas actividades agro-pecuárias a partir das duas unidades de produção, nos moldes estatais.

**1987/88** – foram abertos pela GEMOC com o financiamento do PIR, 7 furos de água para o consumo humano. Distribuídos na proporção de um em cada aldeia criada para albergar os trabalhadores do PIR.

**1989/90** – a estratégia de desenvolvimento do PIR foi alterada. As machambas estatais foram extintas, as suas terras passaram a ser lavradas e parceladas pelos camponeses locais, os quais sob apoio técnico e material (factores de produção) regular produziam algodão e culturas alimentares – formava-se assim um sector familiar organizado.

**1990** – o PIR separa-se da EEAI, passando a ter uma direcção própria e autónoma, responsável pela planificação e execução das suas actividades. Assim, era eliminado o sistema de planificação centralizada que até então vinha vigorando.

**1990/91** – foi totalmente extinto o sistema de machambas estatais.

**Junho de 1991** – Sua Excelência o Presidente da República de Moçambique, Joaquim Alberto Chissano visitou o PIR.

1991/92 – o sector familiar organizado registou o número mais elevado de camponeses (2210) em toda a vivência do PIR.

1993/4– a escola primária e a maternidade de Inhassune foram reabilitados e ampliados (com financiamento do PIR), assim surgiu uma escola primária completa e um centro de saúde.

- foi instalado em Inhassune sede um sistema canalizado de fornecimento de água potável para o consumo da população local.

1999 – em Agosto deste ano o PIR foi privatizado.

## CAPÍTULO I

### 1.1.Introdução

O Projecto Inhassune Ramalhusca (PIR) surge no quadro da política e estratégia de desenvolvimento agrárias seguidas pelo governo pós-colonial entre 1977 e 1986. Esta política e estratégia pretendiam, por um lado, criar a base material, política e ideológica para a edificação da sociedade socialista e, por outro, promover o desenvolvimento económico planificado e centralizado com vista à satisfação das necessidades alimentares fundamentais do povo (na procura de ultrapassar o mais rápido possível a crise da economia rural provocada pelo abandono dos colonos portugueses), bem como visava procurar formas de reduzir as diferenciações entre o campo e a cidade herdadas do tempo colonial.

Para tal, as empresas estatais agrárias foram definidas como prioritárias, ou seja, ponto fulcral da estratégia de desenvolvimento agrário. Assim, decidiu-se criar e alargar o sistema de machambas estatais. Esta política agrária assente nas machambas estatais dependentes de importação de tecnologias caras e centralmente planificadas, não obstante alguns progressos iniciais (1977-81), numa forma geral trouxe resultados muito aquém dos previstos. Os resultados não correspondiam aos investimentos feitos, o que contribuía para que a crise da economia rural agravasse-se e, por outro lado, surgiram e agravaram-se contradições entre o Estado e os camponeses.

O fracasso desta estratégia foi reconhecido no 4º Congresso da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) realizado em 1983. Daí a política agrária é reformulada, passando particularmente a reconhecer-se o papel da agricultura familiar e, portanto a necessidade de apoiá-la em instrumentos agrícolas e bens de consumo necessários. É neste âmbito que o PIR iniciou com as suas actividades em 1985/86, com forte introdução de culturas alimentares em vez de algodão e girassol que tinham sido definidas como culturas prioritárias na concepção inicial do projecto. Contudo, foi com adopção do Programa de Reabilitação Económica (PRE) em 1987 que a estratégia de desenvolvimento da região é reestruturada. Dentro das reformas lançadas pelo PRE, a estratégia de implementação do PIR é alterada: o sistema de machambas estatais foi abolido e substituído pelo apoio técnico e material (factores de produção) ao sector familiar organizado.

O objectivo geral deste trabalho é descrever e analisar a relação entre as políticas e estratégias de desenvolvimento agrário adoptadas no período pós-independência e a realidade concreta da implementação do PIR, procurando verificar o contexto sócio-

económico e político que levou a implantação do PIR. Como objectivos específicos, pretende-se analisar o processo de implantação do PIR, seu funcionamento, o grau da satisfação dos beneficiários pela sua implementação e a reacção das populações locais envolvidas face às intervenções levadas a cabo pelo PIR. Procurou-se conhecer qual foi o impacto sócio-económico do PIR para as populações locais envolvidas, e até que ponto o PIR foi um instrumento para solucionar alguns dos problemas fundamentais enfrentados pelos produtores locais.

A relevância desta temática justifica-se pelo facto de Moçambique ser um País predominantemente rural, com cerca de 80% da população a viver nas zonas rurais. Deste modo, o desenvolvimento económico do País passa necessariamente pelo desenvolvimento do meio rural. Este ponto de vista é também sustentado por Mosca<sup>1</sup> ao sublinhar que “*o sector camponês possui uma grande importância económica de Moçambique e qualquer via de desenvolvimento pressupõe a sua transformação para o aumento da produtividade*”. No entanto, a definição de uma estratégia de desenvolvimento rural (agrário) sustentável (social e economicamente) é um processo inacabado. Por isso, para complementar os esforços da sua efectiva consolidação, este assunto merece ainda mais estudos e reflexões em várias perspectivas. Sob este prisma, o presente estudo procura contribuir (a partir da análise das experiências de desenvolvimento agrário de Inhassune) para uma reflexão sobre uma estratégia para o sector agrário, não apenas na região sob estudo, mas onde que as condições se apresentem semelhantes.

## 1.2. Justificação da escolha do tema

A escolha do tema para o objecto da dissertação foi motivada por três factores principais. O primeiro relaciona-se com o facto de não existir nenhum trabalho de pesquisa histórica que aborde a região de Inhassune em geral e, o PIR em particular, não obstante ser uma região com grande potencial agrário (a nível da província de Inhambane) que desde o início da década de 60 vem sendo motivo de experiências e intervenções de desenvolvimento rural.

O segundo surge pelo reconhecimento de que a agricultura é a fonte de ocupação de cerca de 84% da população activa do País, da qual aproximadamente 80% vive nas zonas rurais.<sup>2</sup> O campesinato constitui a grande maioria da população rural, até 1994 produzia cerca de 70% da produção agrária total e 1/3 da produção comercializada do país, e

<sup>1</sup> Mosca citado por Mazive, 1995:1.

<sup>2</sup> Ministério da Agricultura e Pescas, 1997:4; Instituto Nacional de Estatística, 1997.

constituía a principal fonte de acumulação económica nacional.<sup>3</sup> Na realidade, em Inhassune produziam-se culturas alimentares e de rendimento, utilizadas quer para o mercado interno, quer para o internacional e para a auto-subsistência do produtor.

Por último, contribuiu para a escolha do local o facto de o autor ter vivido e frequentado o ensino primário, durante 5 anos (1984-1988) na região de Inhassune, bem como visitou por várias vezes esta região ao longo da década de 90 e, quer aproveitar esta pequena experiência de vivência (com facilidades de comunicação com as populações locais) para aprofundar o seu conhecimento histórico e sócio-económico da comunidade que o viu crescer.

### 1.3. Argumento

Durante o período colonial, no período entre 1960 e 1974, a região de Inhassune foi palco de fomento da cultura do algodão e da criação de gado de corte para abastecer a indústria têxtil portuguesa em matéria-prima e em carne a cidade de Inhambane e outras do sul do Save. A actividade pecuária era desenvolvida sobretudo por um privado, que tinha criado a Quinta Ramalhusca e a agricultura era praticada pelos camponeses locais organizados e apoiados técnica e materialmente (factores de produção) pelo Instituto do Algodão de Moçambique (IAM).<sup>4</sup> Nas terras do IAM os camponeses cultivavam principalmente o algodão, suplementado com culturas alimentares para o autoconsumo do produtor. Contudo, a venda do algodão ao IAM era a principal fonte de obtenção de dinheiro para este campesinato.<sup>5</sup>

Depois da independência, procurou-se manter este padrão de produção através da implantação, em 1980, de duas unidades de produção estatais: uma agrícola e a outra pecuária. Em 1985/86 estas duas unidades são fundidas, formando um único projecto (o PIR), o qual funcionou até 1989/90 nos moldes de uma empresa estatal agro-pecuária.<sup>6</sup> O governo do pós-independência adoptou esta política dentro da perspectiva de procurar manter as terras abandonadas pelos colonos dentro do sector moderno da economia, porque pensava-se que só com a mecanização do sector estatal é que o país poderia satisfazer o mais rápido possível as suas necessidades alimentares fundamentais, fornecer matéria-

<sup>3</sup> Castel-Branco, 1994:31; Bowen, 1990:11.

<sup>4</sup> APIR, Projecto de Desenvolvimento Agro-Pecuário Inhassune/Ramalhusca. Relatório apresentado aquando da visita de Sua Excelência o Presidente da República de Moçambique. Inhassune, 20 de Maio de 1991:1-2.

<sup>5</sup> Entrevistas com Jossai Tchambe, Inhassune, 18.06.2001; Germano Tchume, Inhassune, 21.06.2001. AFM, Mensagem dos agricultores de Inhassune por ocasião da inauguração da maternidade de Inhassune. Inhassune, 26.07.1971.

prima à indústria nacional e produzir culturas de exportação com vista à captação de divisas para o país.<sup>7</sup> Apesar da maior concentração da assistência técnica, mecanização e financeira, os planos e os objectivos das machambas estatais de Inhassune não eram cumpridos, ou seja, a produção era baixa se se comparar com os investimentos feitos.<sup>8</sup> Por outro lado, esta política contribuiu para baixar as receitas do campesinato, que no período anterior à independência provinham da venda do algodão.

Perante o fracasso parcial desta política, a estratégia de desenvolvimento de Inhassune foi reestruturada. Com efeito, a partir da campanha 1989/90 as machambas estatais do PIR são extintas e as suas terras são, anualmente lavradas e parceladas para os camponeses locais, formando assim, um sector familiar organizado<sup>9</sup> quase que à semelhança do sistema de organização e de produção usado pelo IAM durante o período colonial e marginalizado pela FRELIMO nos primeiros anos da independência.

Uma das possíveis respostas para o fracasso parcial das estratégias político-económicas para o desenvolvimento de Inhassune, está ligada ao não envolvimento da população local na definição das políticas destinadas ao desenvolvimento das suas comunidades, não obstante ser ela agente e finalidade principal de todo o processo de desenvolvimento. As iniciativas de desenvolvimento eram definidas de “*cima para baixo*” e os interesses do Estado sempre sobrepunham-se aos das populações locais. Situação contrária vivera-se em Inhassune na fase pós reestruturação da estratégia de desenvolvimento da região. Nesta fase, existiu uma preocupação em auscultar os camponeses sobre as suas prioridades e necessidades, quer através de reuniões gerais da comunidade, quer através dos representantes das comunidades locais e dos representantes dos camponeses que se faziam representar nas comissões dos blocos de produção.<sup>10</sup>

Foi provavelmente este envolvimento da comunidade local na planificação e execução do PIR e/ou o facto de a reestruturação ter-se adequado à realidade social, essencialmente às necessidades e interesses dos camponeses locais, que lhe valeu o mérito de ter sobrevivido até 1999 como um “projecto de sucesso” e, portanto, com maior impacto junto da população envolvida. Os camponeses passaram a beneficiar-se de crédito agrícola

---

<sup>6</sup> APIR, Projecto de Desenvolvimento Agro-pecuário Inhassune/Ramalhusca. Relatório apresentado aquando da visita de Sua Excelência o Presidente da República de Moçambique. Inhassune, 20 de Maio de 1991:2 a 5.

<sup>7</sup> FRELIMO, 1977b:124-126.

<sup>8</sup> DEA, Projecto Agrícola Inhassune/Ramalhusca. Relatório. Maxixe, Novembro de 1987; APIR, Projecto de Desenvolvimento Agro-pecuário Inhassune/Ramalhusca. Relatório apresentado aquando da visita de Sua Excelência o Presidente da República de Moçambique. Inhassune, 20 de Maio de 1991.

<sup>9</sup> APIR, Avaliação e proposta de desenvolvimento integrado do Projecto Inhassune/Ramalhusca. Maputo, 1991:7-8.

<sup>10</sup> Entrevistas com Filomena Maiopué, Maputo, 21.05.2001; Fernando Phumule, Inhassune, 15.05.2001.

que o consideram favorável, acesso a novas tecnologias, a melhorados serviços sanitários, educacionais e de extensão agrícola, mercado disponível para a colocação da sua produção, fornecimento de água potável, bem como foram abertas oportunidades de emprego e auto-emprego que escasseavam na região. Assim, para os agricultores de Inhassune, o PIR significou um aumento da produção e da produtividade e, conseqüentemente dos rendimentos líquidos das famílias.<sup>11</sup> Todas estas vantagens oferecidas pelo PIR contribuíram para a redução da pobreza não só do campesinato envolvido mas também de toda a comunidade de Inhassune.

#### 1.4. Metodologia

Este estudo baseou-se fundamentalmente na i) consulta de mapas, fontes escritas primárias e secundárias no AHM, CEA, DEA, INIA, biblioteca da Faculdade de Letras, NET, no AFM, no arquivo do PIR e na Delegação Provincial do IAM de Inhambane; ii) nas fontes orais recolhidas através de entrevistas (aliadas a observação participante) feitas durante o trabalho de campo. Também o conhecimento que o autor tem da região de Inhassune, tendo lá residido entre 1984 a 1988 e, feito diversas visitas durante a década de 90, foi de extrema importância. A cada uma das fontes foi considerada fonte histórica e aplicados os métodos de crítica e verificação.

Na documentação escrita, consultamos trabalhos de âmbito científico relativos à agricultura, monografias, artigos não e/ou publicados e teses; mas sobretudo os relatórios de progresso do projecto que dão uma ideia dos desenvolvimentos regulares deste.

O trabalho de campo teve a duração de 30 dias, nos quais entrevistamos 31 pessoas, que forneceram bastantes informações, no sentido de complementar os dados obtidos das fontes escritas. Os nossos entrevistados agrupam-se em três categorias, i) alguns membros seniores da antiga direcção do projecto; ii.) líderes locais e informantes-chave, pessoas que pela sua posição na comunidade possuíam informação sobre o assunto ou sobre a realidade comunitária e a história da região; iii) grupos heterogéneos (por ex. antigos camponeses do sector familiar organizado e/ou independentes; trabalhadores do PIR, comerciantes e autoridades administrativas locais).

Para o primeiro grupo utilizamos entrevistas estruturadas e semi-estruturadas, simultaneamente. Recorremos a entrevistas estruturadas em casos especiais para esclarecer ou aprofundar determinadas questões. Para tal foi usado um guião previamente elaborado,

---

<sup>11</sup> Entrevistas com Pedro Guambe, Inhassune, 08.06.2001; Venâncio Mutuque, Inhassune, 28.06.2001.; Irene João, Inhassune, 19.06.2001; Filomena Mendes, Inhassune, 07.06.2001; Acácio Cumbane, Inhassune,

que era entregue em anexo ao pedido de entrevistas, a fim de obter respostas mais fundamentadas.

Para os dois últimos grupos, optou-se pelas entrevistas semi-estruturadas, ou seja, não foram feitas na base de um questionário rígido. No entanto, foi utilizado uma lista flexível de tópicos<sup>12</sup>. Este método permitiu o estabelecimento de diálogo com os entrevistados. Deste modo, demos mais ênfase às histórias de vida (biografias dos entrevistados) com vista a captarmos a experiência e o ponto de vista de cada um dos entrevistados em relação ao projecto. Algumas das histórias de vida recolhidas ilustram a trajectória individual dos entrevistados e mostram aspectos da história sócio-económica e política de Inhassune em particular, e de todo o sul de Moçambique em geral, cobrindo o período colonial e pós-independência.

A maior parte das entrevistas realizadas foram qualitativas individuais e duravam, em média, 30 minutos. Contudo realizamos uma entrevista qualitativa colectiva com alguns informantes-chave sugeridos pelas autoridades administrativas locais. Esta permitiu que os entrevistados discutissem entre si e/ou até discutissem pontos de vistas alheios, portanto, elas revelaram elementos relevantes e bem fundamentados que inicialmente não tínhamos incluído. Nalguns casos, entrevistas individuais acabaram por se transformar em entrevistas colectivas porque, frequentemente o entrevistado, por sua iniciativa, solicitava a ajuda dos outros para precisar datas, recordar ou explicar melhor um acontecimento. Estas entrevistas duravam em média, 60 minutos.

#### **1.4.1. Limitações do trabalho de Campo**

As situações adversas que nos impuseram algumas dificuldades ao nosso trabalho de campo resumem-se: i) ausência de estudos já realizados sobre o nosso objecto de estudo; ii) a coincidência entre o início ou intensificação de conflitos de terra e o período da realização do trabalho de campo; iii) os camponeses temiam que os seus depoimentos fossem contribuir para os incriminar. Deste modo, durante as entrevistas foi sempre necessário apresentar as intenções e objectivos do estudo: a necessidade de se periodizar a história do desenvolvimento sócio-económico e político das comunidades, só assim é que alguns camponeses revelavam a sua opinião.

### 1.5. Definição dos principais conceitos pertinentes sobre a problemática em estudo

Nesta secção definem-se alguns termos particularmente importantes para o presente trabalho, de modo a facilitar a compreensão do nosso objecto de estudo.

O primeiro conceito por definir é o de desenvolvimento. O conceito de desenvolvimento é multidimensional, dinâmico e de difícil compreensão, pelo que não existe uma definição comum do seu significado. Como corolário, existem muitas definições com dimensões filosófica, sociológica, cultural, económica e política. No entanto, para efeitos deste trabalho, circunscrevemo-nos na definição de Adam<sup>13</sup>. Para este autor o conceito (...) necessita de ser definido nos seguintes termos: acesso universal de saúde, habitação permanente, alimentação, água e ar não poluídos; melhorias no aproveitamento dos recursos básicos; harmonia entre indivíduos, a família e a sociedade.<sup>14</sup>

Em Moçambique, a necessidade de desenvolvimento está orientada para a redução e/ou combate da pobreza no meio rural, pois é lá onde vive a maior parte da população, considerada pobre. Com este propósito, no período pós-independência, as intervenções de desenvolvimento do meio rural centram-se na via projectos, como salienta Julien<sup>15</sup>, os projectos de desenvolvimento rural são a forma de canalizar recursos para a zona rural com o objectivo de estimular o desenvolvimento. Nos primeiros anos do pós-independência, surgiram no país grandes projectos centralmente planificados e "financiados" pelo Estado. Actualmente, a moda de projectos continua, no entanto, na sua maioria os projectos são criados e financiados por agências de desenvolvimento nacionais e estrangeiras – doadores, Organizações Não Governamentais (ONG's), etc.

Outro termo por clarificar é o de sector familiar. Dado o predomínio das actividades agrícolas e a natureza familiar da grande maioria da pequena produção rural em Moçambique em geral e, na região de Inhassune em particular, o conjunto das unidades camponesas é, por vezes, agrupado sob a designação de "sector familiar"<sup>16</sup>. No entanto, se do ponto de vista quantitativo este agrupamento se aproxime da realidade, com ela não se confunde.

---

<sup>12</sup> Os tópicos tratados em cada entrevista dependiam da qualidade do informador, isto é, a sua experiência e de vida e a sua vontade em falar dos diversos assuntos.

<sup>13</sup> Adam, 1996:70-72.

<sup>14</sup> Para detalhes ver Adam 1996.

<sup>15</sup> Julien, 1990:10-11.

<sup>16</sup> O termo sector familiar é muito utilizado em Moçambique, contudo a sua definição é contraditória e não corresponde à realidade que existia em Inhassune, particularmente no período entre 1989/90 e 1999. As unidades familiares integradas no projecto produziam o algodão totalmente para o mercado. E, não raras vezes, algumas famílias produziam cereais (milho e feijão) essencialmente para o mercado.

Segundo Cardoso<sup>17</sup>, os camponeses são agricultores, excluindo outras categorias de produtores rurais, enquanto que o "sector familiar" de produção nas zonas rurais abrange um universo maior que o das actividades agrícolas, deste fazendo parte outros produtores, como é o caso, por exemplo, de criadores de gado, artesãos e pescadores, não se restringindo apenas ao conjunto de camponeses, muito embora estes sejam a sua componente maioritária.

Se bem que em teoria é possível considerar fora do "sector familiar" rural o grupo de trabalhadores (permanentes e/ou eventuais) do projecto, funcionários públicos, como por exemplo, os professores, o pessoal da saúde, polícias e/ou mesmo os comerciantes sediados nas aldeias criadas pelo projecto e, sobretudo em Inhassune sede, na realidade essa diferença é difícil de se estabelecer. Na prática, essas categorias continuam, regra geral, parcialmente integradas no "sector familiar", ou porque trabalham na sua machamba fora do horário laboral normal, e/ou porque nela trabalham parte do ano.

Deste modo, o "sector familiar" poderia ser definido como sendo: "o conjunto de unidades económicas utilizando essencialmente trabalho familiar na produção, fazendo parte de sistemas mais vastos e parcialmente integradas em mercados que tendem a funcionar com um elevado grau de imperfeição".<sup>18</sup> Esta definição permite a inclusão, para além dos camponeses, de outras categorias de produtores familiares actuando nas zonas rurais.

No período colonial era comum a distinção entre o sector moderno (empresarial, comercial, capitalista) e o sector "tradicional" (familiar, camponês). A base da distinção entre os dois sectores estava ligada a conceitos jurídicos e raciais do que a utilização de meios técnicos ou a dimensão das explorações agrícolas.<sup>19</sup>

Por ultimo, define-se o termo "empresa estatal". São "empresas estatais as unidades sócio-económicas, propriedade do Estado que as cria, dirige e afecta os recursos materiais, financeiros e humanos adequados à ampliação do seu processo de reprodução no cumprimento do plano."<sup>20</sup>

### 1.6. Revisão da literatura

Alguns estudos como de Castel-Branco (1994), Bowen (1990), Almeida Serra (1991), Cardoso (1991), debruçam-se sobre a agricultura em Moçambique desde a política

<sup>17</sup> Cardoso, 1991:23.

<sup>18</sup> Cardoso, 1991:24.

<sup>19</sup> Cardoso, 1991:120-122; Valá, 1996:12.

<sup>20</sup> Boletim da República, I série, n.º 39. Maputo, 30 de Setembro de 1981:130-(2).



agrária delineada no 3º congresso da FRELIMO em 1977, passando pela estrutura agrária que dela surgiu, a reformulação dessa política mediante as orientações do 4º congresso em 1983 e mais tarde com o PRE a partir de 1987. Estes autores analisam também o impacto dessa política sobre a população rural, particularmente na região ao sul do rio Save. A obra de Abrahamsson & Nilsson (1998) analisa a história de desenvolvimento de Moçambique durante o período 1974-1992, portanto acabaria por ver o ambiente sócio-económico e político que norteou a elaboração da política agrária de 1977, sua implementação e reformulação no 4º congresso da FRELIMO em 1983 e, posteriormente com o PRE a partir de 1987.

A tese de Cardoso (1991), ao analisar as estratégias de desenvolvimento rural seguidas por muitos dos países africanos, e por Moçambique em particular, nos finais dos anos 70, observa que ao tomarem-se as machambas estatais como o ponto fulcral das estratégias para o desenvolvimento rural, houve uma excessiva atenção (ou concentração) técnica e financeira a grandes projectos e empresas do “sector moderno”, e por conseguinte, a exclusão dos sectores familiar camponês e privado do processo de desenvolvimento.

Na mesma perspectiva de análise, Bowen (1990) e Abrahamsson & Nilsson (1998) consideram que a necessidade de normalizar e aumentar o abastecimento alimentar às cidades o mais depressa possível assim como para providenciar culturas para exportação geradoras de divisas [tudo numa tentativa de dar resposta à crise da economia rural gerada pelo abandono dos colonos portugueses] ditou o desenvolvimento e alargamento do sector das machambas estatais, recorrendo a tecnologia avançada. Para Castel-Branco (1994), ao envergar-se por este caminho, a política do novo governo consistiu em colocar a maior parte do investimento e dos técnicos alocados à agricultura no sector das machambas estatais, deixando deste modo as cooperativas e o sector familiar camponês a evoluir com base nos seus próprios recursos endógenos.

Uma abordagem semelhante é desenvolvida por Bowen (1990). Segundo esta autora, o negligenciamento do sector familiar camponês foi provavelmente o aspecto mais prejudicial da política agrária. Houve uma total falta de apoio aos agricultores, os canais privados de comercialização e de abastecimento aos camponeses em bens de consumo e de produção desapareceram com o abandono dos colonos. Como apontam Abrahamsson & Nilsson (1998), a falta da rede comercial que pudesse estimular as famílias camponesas no sentido de produzirem mais para a venda dando-lhes acesso a bens de consumo e de produção (enxadas, catanas, machados, sementes, adubos etc.) foi o principal problema enfrentado pelo sector familiar camponês. Para estes autores, esta situação foi causada pelo

abandono dos colonos, agravada pela guerra e pelo negligenciamento da reconstrução da rede comercial por parte do novo governo.

Por sua vez, a tese de Almeida Serra (1991) analisa o contexto sócio-económico e político que norteou a elaboração da política agrária de 1977, a sua implementação, ambiguidades, contradições e as suas fraquezas ou debilidades. A esta tese a qual se juntam também os estudos de Casal (1996) e Castel-Branco (1994); consideram que a falta de uma análise cuidada da estrutura social sobre a qual iria incidir a política e estratégia agrária e, principalmente da enorme diversidade de interesses em presença, conduziram à adopção deste tipo de política. Para estes autores foi a análise dualista da economia agrícola – um sector familiar de subsistência e um sector moderno (empresarial)- que dominava na época que conduziu à desconfiança das capacidades produtivas do sector familiar camponês e, por conseguinte, à opção pela colectivização da produção, com ênfase na intensificação da mecanização da produção agrícola do sector estatal.

Para Almeida Serra (1991), ao tomar-se uma tal opção simultaneamente herdou-se o grosso das características (nomeadamente das condições de reprodução) do sistema “moderno” de produção agrícola do período colonial. De acordo com este autor, isto entrava em contradição com o objectivo defendido, a “transformação para o socialismo de acordo com os princípios deste sistema”. Duas daquelas características são o padrão de culturas agrícolas e o “pacote tecnológico”. A estas encontrava-se intimamente ligado o carácter sazonal da parte importante do trabalho efectuado.

Relativamente ao padrão de culturas, Almeida Serra observa que não se esboça na estratégia qualquer movimento que vise a maior adaptação da produção deste sector à satisfação das necessidades e/ou dos hábitos de consumo da generalidade da população, a população rural. Pelo contrário, verificou-se a perpetuação e intensificação do sistema de monoculturas, geralmente de culturas de exportação. No tocante ao “pacote tecnológico”, este autor afirma que a forte ênfase é colocada na intensificação e na extensificação da produção agrícola através do aumento do recurso a insumos agrícolas, essencialmente químicos (adubos, pesticidas, auto-combinados, etc.) e a equipamentos mecânicos que são a tradução material da política traçada de crescimento das forças produtivas.

Provavelmente por estas razões, Adam (1996) e (1997) considera que as estratégias de desenvolvimento de Moçambique enquadram-se no paradigma de modernização e crescimento, dentro das teorias de desenvolvimento. A mesma observação é feita por Almeida Serra (1991). Com efeito, este autor afirma que a política agrária de 1977 traduzia

uma posição paralela ao marxismo mais ortodoxo, nomeadamente no próprio Marx e na política agrícola do estalinismo.

O artigo de Hermele (1986) aborda a problemática de acesso e posse de terras no vale do Limpopo desde a altura do colonato até à constituição e queda do CAIL. Segundo Hermele, o CAIL assim como as outras formas de produção colectivas, foi erguido na base da resistência dos camponeses<sup>21</sup> e, estando a empresa dependente desses mesmos camponeses como mão-de-obra, o sucesso da empresa seria dificilmente alcançado. Este autor defende ainda que a política agrária delineada em 1977 criou contradições antagónicas entre a agricultura individual e privada com que os camponeses haviam se familiarizados durante o período colonial e a produção colectiva (novo sistema no qual não viam benefícios).

De igual modo, Casal (1996), Bowen (1990) e O'Laughlin (1981) consideram que a contradição entre as duas formas de produção (individual e colectiva) derivava do facto de a criação das novas formas de produção colectivas, neste caso as machambas estatais, não ter sido acompanhada pela criação de uma nova base de reprodução social da população rural. Deste modo, segundo estes autores, com o trabalho nas machambas estatais a ser sazonal, as famílias camponesas ainda precisavam de manter a produção familiar como a sua principal fonte de subsistência e de reprodução. Esta situação geraria uma grave contradição entre as necessidades [em mão-de-obra] da produção familiar e as necessidades da produção estatal, particularmente em períodos de pico em que essas necessidades da produção dos dois sectores de produção coincidiam.

Noutra perspectiva de análise, Araújo (1988) e Casal (1996) estabelecem uma relação entre a crise da produção familiar (nos princípios dos anos 80) e as aldeias comunais. Para estes autores, a transferência das populações rurais do habitat disperso para centros colectivos contribuiu para a queda da produção agrícola, isto porque, segundo eles, muitas das aldeias comunais foram instaladas longe das zonas de produção. Esta situação levava os aldeões a gastarem muito tempo e energias no percurso diário das distâncias aldeia – machamba, vice-versa, o que reduzia o tempo de trabalho.

Por último, Abrahamsson & Nilsson (1998) observam que, apesar de no 4º congresso da FRELIMO realizado em 1983 ter-se reconhecido a importância da agricultura do sector familiar na economia nacional e, portanto, ter-se recomendado para a necessidade de apoiá-la em meios técnicos e bens de consumo e de produção necessários, na prática em

muitas partes do país isto não foi realizado. A não implementação destas recomendações do Congresso, segundo estes dois autores, deveu-se ao facto de a direcção da FRELIMO (assim como dos outros governos da SADCC) continuar convicta pelo menos até 1986 de que a ligação - modernização e a mecanização da agricultura - eram as condições necessárias para o aumento da produção de bens alimentares.

De facto, a mudança da política económica inicia oficialmente em 1987 com o PRE. Com o PRE a produção planificada é substituída pela livre produção. Desde então, as anteriores terras pertencentes às diversas machambas estatais que existiam no País, no exemplo do CAIL, como aponta Valá (1996) intensifica-se e extensifica-se o processo [iniciado de forma tímida depois do 4.º congresso] de parcelamento e distribuição por camponeses do sector familiar e privado, a grandes empresas privadas e/ou mistas.

De uma forma geral, todos estes autores afirmam que as experiências de intervenção estatal no sector agrícola no pós-independência fracassaram em termos de objectivos essenciais, como o rápido crescimento da produção e a resolução dos problemas alimentares internos, para além de não terem atenuado as diferenciações sócio-económicas nas comunidades rurais. Argumentam que este fracasso deveu-se ao facto de as políticas de desenvolvimento terem sido implantadas de uma forma apressada, sem ter em conta a realidade social existente nas zonas rurais. Isto concorreu para que as políticas ficassem desajustadas com os interesses e necessidades da população rural (no meio geográfico onde foram implantadas), o que originou problemas no abastecimento e comercialização agrícola da produção camponesa, no recrutamento da mão-de-obra sazonal e, em muitos casos no acesso e posse de terra (no ex. do Complexo Agro-Industrial do Limpopo - CAIL - e Complexo Agro-Industrial de Angónia - CAIA).

Uma análise crítica à literatura sobre a agricultura no sul de Moçambique, e na Província de Inhambane em particular, justifica-se a relevância do nosso estudo. São relativamente poucos os estudos que tenham um enfoque geográfico mais pequeno (distrito, localidade ou mesmo aldeia), portanto, não analisam profundamente o impacto das políticas e intervenções de desenvolvimento levadas a cabo a nível local. Deste modo, como salienta Covane (2001:48), não trazem as verdadeiras circunstâncias das vidas das pessoas – económicas e sociais.

Contudo, a obra de Covane (2001) é de extrema importância, pois ela aborda o impacto do trabalho migratório na agricultura no Sul de Moçambique, no período entre

---

<sup>21</sup> Uma das principais causas desta resistência do campesinato do Vale do Limpopo (assim como de Angónia e noutras zonas onde foram criadas as machambas estatais) tinha a ver com a (re)expropriação das terras

1920 e 1992. Deste estudo Covane concluiu que o trabalho migratório contribuiu para acumulação de dinheiro por parte de alguns migrantes, o qual foi investido na compra de novos instrumentos agrícolas modernos (charruas e bois para a tracção animal). De acordo com Covane, na região baixa do Limpopo, a introdução de charruas e bois permitiu ao crescimento da agricultura camponesa e ao surgimento da diferenciação social, caracterizada pela origem de um estrato pequeno de produtores agrícolas detentores destes novos instrumentos que produziam (em áreas extensas) com orientação para o mercado.

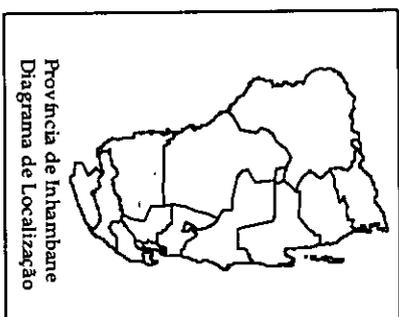
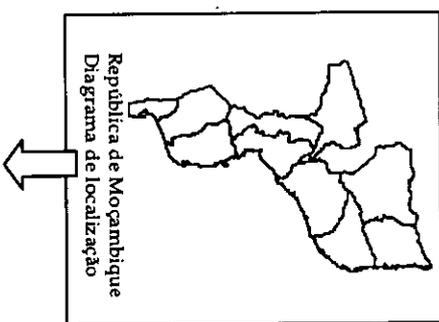
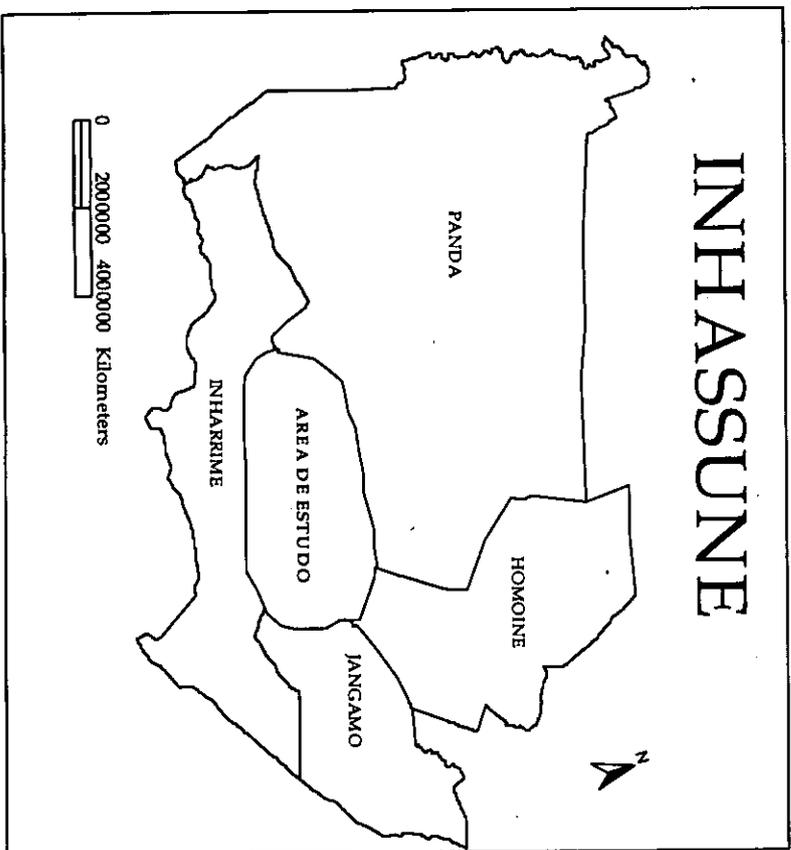
A informação sobre o desenvolvimento da região de Inhassune foi recolhida através de correspondências escritas, entrevistas orais e na base dos relatórios escritos do PIR. As correspondências escritas foram consultadas no AFM. Esta documentação foi de extrema importância para complementar as fontes orais, providenciando nomes, datas de acontecimentos e detalhes de empreendimentos sociais e económicos desenvolvidos na região, particularmente no período que vai até 1974/75.

As entrevistas orais destinavam-se a recolher informações novas ou para esclarecer e complementar ou, ainda, confrontar as informações recolhidas nos relatórios escritos. Os relatórios do projecto dão-nos uma ideia clara dos desenvolvimentos regulares deste. No entanto, não inclui regular e sistematicamente, informação sócio-económica que pudesse permitir avaliar os impactos do projecto e a situação da população – preços da assistência técnica e material (lavoura mecanizada, semente, adubo, pesticidas, etc.), das jornas agrícolas e cabaz mínimo de consumo do camponês. Por outro lado, o projecto [na sua fase final] não fez a avaliação ou balanço do que foi realizado e do que devia ser realizado mas que não se conseguiu.

Deste modo, as fontes escritas e orais deram-nos um subsídio bastante valioso para a crítica da informação recolhida sobre o objecto em estudo. A maior fraqueza das fontes orais que reside no não fornecimento da informação quantitativa sobre a produção e rendimentos, foi ultrapassada pela documentação escrita. Por sua vez, as fontes orais permitiram-nos captar a perspectiva e reacção dos camponeses sobre o projecto.

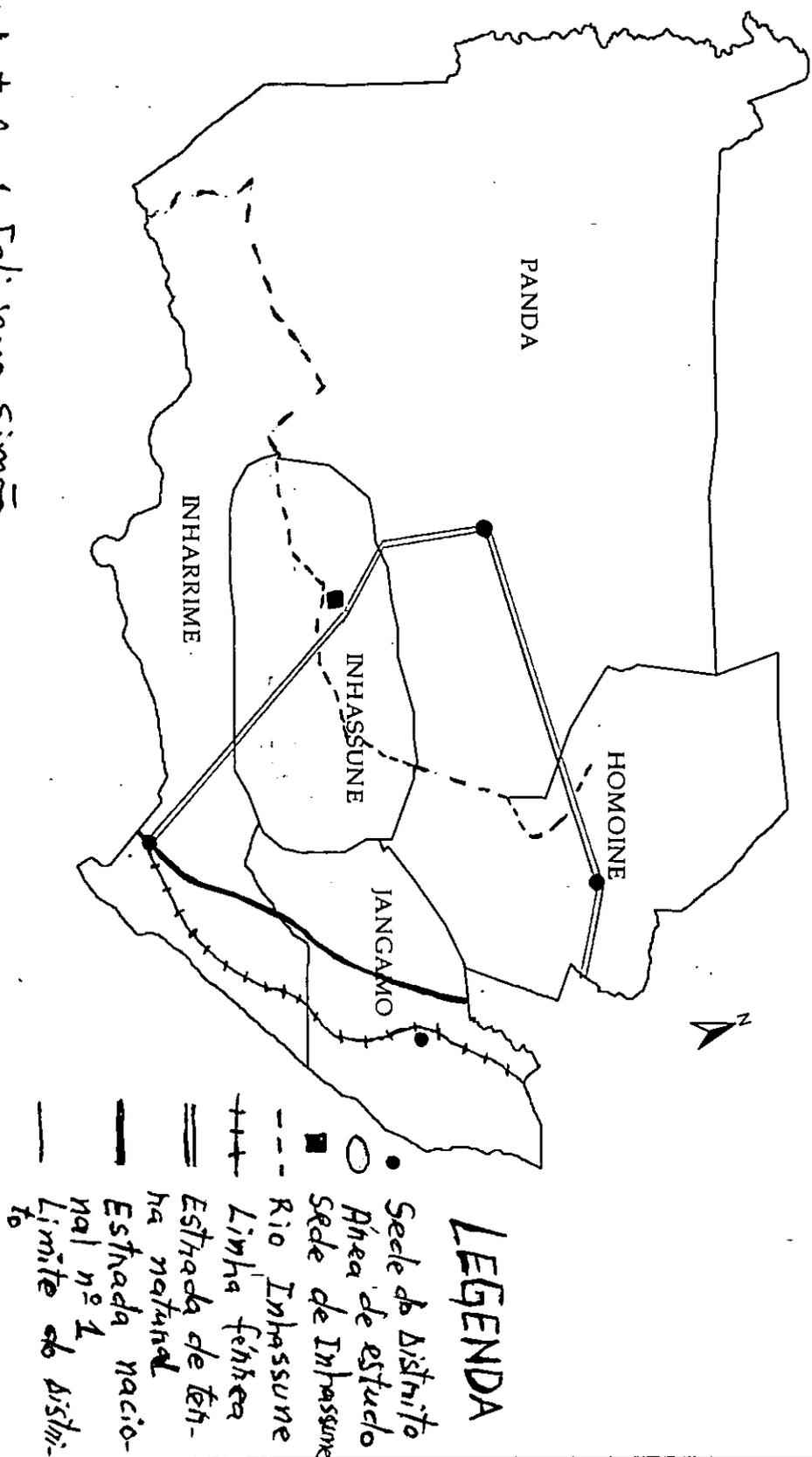
Mapa 1

# ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO DA ÁREA DE ESTUDO



Produzido a partir de GIS

# ÁREA DE ESTUDO



Adaptado por Feliciano Simão

## CAPÍTULO II: A ECONOMIA POLÍTICA DE INHASSUNE NO PERÍODO COLONIAL E PÓS-COLONIAL ATÉ 1984/85

### 2.1. Breves considerações geográficas da região<sup>22</sup>

A área de estudo, designada por baixas de Inhassune, é uma região do sul da província de Inhambane, limitada a norte, sul e este pelas formações arenosas litorais. Abrange os actuais distritos de Inharrime, Panda, Jangamo e Homoine.<sup>23</sup>

A área concedida ao projecto compreendia cerca de 63000 hectares, encontra-se entre as coordenadas 34° 41' e 35° 01' de Longitude Este e 24° 10' e 24° 18' de Latitude Sul, abrangendo os quatro distritos citados<sup>24</sup>. A sede do projecto encontrava-se em Inhassune, no distrito de Panda. Administrativamente, Inhassune-sede é um povoado que pertence à localidade Panda-sede.<sup>25</sup> E territorialmente, a região tinha sete aldeias:

- a) No distrito de Panda: Inhassune-sede, Leal, Guguza e Phumule;
- b) No distrito de Inharrime: Guguza, Calangane e Machambo (a partir dos anos 60 é mais conhecido localmente por *Gado de Corte*).<sup>26</sup>

Estas aldeias foram instaladas em zonas previamente seleccionadas pelo projecto para a fixação da sua mão-de-obra, por isso, geralmente foram localizadas nas proximidades de zonas de produção. Todas estas aldeias foram implantadas na década de 80 depois do início das actividades do projecto.

O clima da região é do tipo sub-húmido seco, megatérmico, sem excesso de água na época das chuvas e com chuva irregular ou deficiente todo o ano. Possui cerca de 700 mm de precipitação anual e a temperatura média anual é de 25°C.<sup>27</sup> No global, a realidade em Inhassune indica uma crescente dependência da agricultura relativamente à pluviosidade, não obstante irregular e inferior (ver o anexo n.º 2).

Os solos de Inhassune apresentam boas potencialidades agrárias, essencialmente pecuárias. Do total de 63000 hectares concessionados ao projecto, foram estudados e classificados em, 6000 hectares constituem a terra arável, 41000 hectares apta para a

<sup>22</sup> Para detalhes ver as diferentes fontes apontadas nas notas de rodapé.

<sup>23</sup> Casimiro, 1971:3; APIR, Avaliação e Proposta de Desenvolvimento Integrado do Projecto Inhassune/Ramalhusca, 1991:3.

<sup>24</sup> APIR, African Development Fund, 1980:10; DEA, Projecto de Desenvolvimento Agrícola de Inhassune/Ramalhusca. Relatório. Maxixe, Novembro de 1987:1. Embora a área concessionada ao projecto abrange os 4 distritos citados, é de referir que na prática o projecto tinha a maior parte das suas terras nos distritos de Panda e Inharrime.

<sup>25</sup> Entrevistas com Moséis Mapilele, Panda, 05.06.2001; Fernando Phumule, Inhassune, 15.06.2001.

<sup>26</sup> DEA, Projecto de Desenvolvimento Agrícola de Inhassune/Ramalhusca. Relatório. Maxixe, Novembro de 1997:6.

actividade pecuária (boas pastagens) e os restantes 16000 hectares são formados por pântanos<sup>28</sup> e lagoas permanentes e intermitentes.<sup>29</sup>

De acordo com as condições físico-naturais da região, os solos de Inhassune são aptos para a cultura do milho, feijão nhemba e, culturas resistentes à seca, tais como algodão e girassol.<sup>30</sup>

Os dados sobre a situação demográfica de Inhassune no período anterior e mesmo posterior à instalação do projecto são escassos. Contudo, com a implantação do Projecto Inhassune/Ramalhusca, ele tornou-se o centro de atracção de pessoas através dos empregos que oferecia, crédito agrícola favorável que providenciava aos camponeses e, ainda mais, a segurança militar.

No período anterior à independência, a ocupação humana na região era fraca. A maior concentração da população verificava-se nas zonas arenosas circundantes, de cota mais elevada, onde tinham (e ainda tem) outras culturas, especialmente os cajueiros. Mesmo muitas daquelas pessoas que tinham machambas na planície, no período anterior e mesmo durante a presença colonial na região, viviam nas terras arenosas e altas, vindo visitar e trabalhar ao longo do dia e regressavam a casa à noite ou depois de alguns dias de trabalho.<sup>31</sup> Muitos destes camponeses apenas tinham pequenos acampamentos nas respectivas machambas para a sua estadia durante o período de trabalho.

Depois da independência, particularmente no período entre 1980 e 1992, verificou-se o maior aumento populacional em Inhassune, por um lado, eram pessoas vindas de diferentes distritos da província de Inhambane ou mesmo fora dela, que por livre iniciativa iam à procura de emprego e/ou forçadas pela política operação/produção<sup>32</sup>. Por outro lado, devido ao recrudescimento da guerra civil. Nos anos de 1984/5 e 1990, foi o período de agudização das acções da RENAMO, o que obrigou muitas pessoas das povoações circundantes da área do projecto, particularmente de Maiuane, Macaúze, Phumule, Chacana

---

<sup>27</sup> Casimiro, 1971:3; APIR, Avaliação e Proposta de Desenvolvimento Integrado do Projecto Inhassune/Ramalhusca, 1991:4.

<sup>28</sup> Pântanos são regiões baixas em que se acumula, formando um lençol de pequena espessura, água estagnada, que favorece o desenvolvimento de uma vegetação peculiar (amieiros, caniços, plantas aquáticas, etc.). Ver Dicionário enciclopédico, 1979:635.

<sup>29</sup> INIA, Protecno. Cartas, 1979. Para detalhes sobre a caracterização dos solos ver a Carta Nacional dos Solos elaborada pela INIA (escala 1:1000 000), Maputo, 1995.

<sup>30</sup> Carvalho, 1969:47; Casimiro, 1971:57.

<sup>31</sup> Casimiro, 1971:3; AFM, André Malate. O princípio do meu sonho (extracto da autobiografia), Inhassune, (s.d.).

<sup>32</sup> Em 1983 chegaram em Inhassune cerca de 256 pessoas recrutadas sobretudo nas cidades da Maxixe e Inhambane, dentro da política de operação/produção para trabalharem nas unidades de produção. Abolida a operação/produção, muitas destas pessoas optaram por fixar definitivamente a sua residência na região. Entrevistas com Pedro Paulo Guambe, Inhassune, 08.0.6.2001; Lápisona Wane, Inhassune, 17.06.2001.

e Calangane a concentraram-se nas aldeias criadas pelo projecto, especialmente em Inhassune-sede à procura de segurança que não existia nos seus locais de origem.<sup>33</sup>

Nesta fase posterior à instalação do projecto, as únicas fontes escritas disponíveis sobre a população são resultados do censo populacional realizado pelo projecto (com apoio da INICEF) em Agosto de 1992. De acordo com este censo, em 1992 viviam na área do projecto 14064 pessoas agrupadas em 2716 famílias.<sup>34</sup>

Com a assinatura do AGP em Roma entre o Governo da FRELIMO e a RENAMO em 1992 e com a realização das primeiras eleições gerais em 1994, assistiu-se o início do processo gradual de regresso dos deslocados e dos militares desmobilizados às zonas de origem. Contudo, é preciso ter em conta que um número significativo de deslocados e ex-militares não regressaram para os seus locais de origem, uma vez que já possuem na região suas machambas, casas e, sobretudo o gado, bem como a facilidade de acesso à escola primária completa e a assistência sanitária, bens esses que não possuem nos seus locais de origem devido a guerra. Outros elementos que faziam com que os deslocados e os ex-militares preferissem residir na região, pelo menos até 1999 era a vantagem de poderem usufruir de uma agricultura mecanizada e com assistência técnica regular.<sup>35</sup>

No entanto, segundo o nosso informante Fernando Phumule, com a abolição da agricultura mecanizada e outras facilidades que se seguiu à privatização do projecto (em 1999), o abandono das baixas de Inhassune reforçou-se, deste modo, actualmente em Inhassune-sede existem 1830 habitantes agrupados em 461 famílias.

## **2.2. Actividades económicas da população no período até 1960**

A população local tinha como principais actividades económicas a prática de agricultura e a criação de animais, particularmente o gado bovino. Também, o trabalho migratório sobretudo para as minas da África do Sul, o trabalho assalariado nas cidades de Maxixe, Inhambane e na ex-Lourenço Marques (actual Maputo), bem como o fabrico e venda de bebidas tradicionais, comércio de excedentes agrícolas, constituíam outras das principais fontes de rendimento da população.<sup>36</sup>

Nas terras arenosas circundantes, onde a presença humana foi quase sempre maior, constituíam as principais culturas alimentares a mandioca, amendoim, milho, feijão nhemba e também as culturas permanentes de rendimento, como os cajueiros, cafezeiros e

<sup>33</sup> Entrevistas com Acácio Cumbane, Inhassune, 08.06.2001; Artur Amigo, Inhassune, 15.06.2001.

<sup>34</sup> Cogill; Galamba & Maiopué, 1992:1.

<sup>35</sup> Entrevistas com Fernando Phumule, Inhassune 15.06.2001; Carlos Ngomane, Inhassune, 10.06. 2001.

<sup>36</sup> Em média cada família tinha 2 a 3 fontes de rendimento.

mafureiras. Enquanto que nas baixas de Inhassune, a pouca população que lá vivia, bem como a das terras arenosas circundantes mas que tinha machambas na planície, cultivavam o arroz, hortícolas (com pequenos sistema de irrigação com a água do rio), feijão nhemba e, sobretudo o milho, no sistema de sequeiro. Em termos de instrumentos de produção, eram empregues enxadas, machados, catanas, charruas e bois para a tracção animal.<sup>37</sup>

O uso da tracção animal para a lavoura da terra foi introduzida na região em estudo a partir de 1935<sup>38</sup>, desde então, difundiu-se largamente na região, sobretudo a partir de 1943/44.<sup>39</sup> Em geral, eram as famílias com maridos ou filhos nas minas da África do sul e/ou alguns assalariados relativamente bem pagos em Moçambique, que eram proprietários de charruas com juntas de bois, isto porque a nível local a sua aquisição era difícil e cara.<sup>40</sup>

As poucas famílias que possuíam charruas eram os camponeses prósperos e com um número elevado de mulheres (2 em média) e de filhos (7 em média), cultivando entre 4 a 6 hectares. Enquanto que a maioria dos camponeses, não dispoendo de charruas e com dificuldades de alugá-las, usando as queimadas cultivavam entre 1 a 2 hectares e eram famílias compostas por um número reduzido de filhos (3 em média) e de mulheres (1 em média). Também, frequentemente os camponeses desfavorecidos vendiam a sua força de trabalho aos camponeses prósperos.<sup>41</sup>

O trabalho agrícola era feito ao nível familiar, envolvendo especialmente as mulheres e os filhos, uma vez que o trabalho agrícola do homem limitava-se, geralmente à abertura de novas machambas e era feito nos períodos das férias, no caso dos homens migrantes e/ou assalariados. Enquanto que os camponeses menos prósperos, a sua produção destinava-se principalmente para o consumo das próprias famílias, os camponeses

---

<sup>37</sup> Entrevistas com Catarina Willi, Chacana, 20.12.2000; Adelaide Nhamuenda, Inhassune, 11.06.2001; AFM, André Famanda Malate. O princípio do meu sonho (extracto da autobiografia). [Inhassune], [s.d.].

<sup>38</sup> Foi provavelmente por volta de 1935 que iniciou o cultivo das terras das baixas de Inhassune pelas populações das regiões circundantes, particularmente de Macaúze, onde o uso da tracção animal já tinha iniciado nesse período. Entrevista com Jossai Tchambe, Inhassune, 18.06.2001.

<sup>39</sup> A partir de 1943/44 os comerciantes dos distritos de Panda, Homoíne, Morrumbene, Inharrime, Massinga e Vilanculos, passaram a ter e a vender charruas, isto permitiu e facilitou a população rural comprar estas alfaias. Contrariamente ao que se vivia no período anterior a 1943/44 em que a sua aquisição era feita, sobretudo na África do Sul, o que fazia subir o preço com o transporte. Esta medida surgiu como resposta a uma lei do Governo do Transvaal que a partir de 1943/44 passou a proibir a saída de charruas para Moçambique, com esta lei muitos migrantes perderam charruas que já haviam comprado. Vide AFM, André Famanda Malate. O princípio do meu sonho (extracto da autobiografia). [Inhassune], [s.d.]

<sup>40</sup> Idem; Entrevistas com Jossai Tchambe, Inhassune, 18.06.2001; Alberto Come, Inhassune 12. 06.2001.

<sup>41</sup> O trabalho destes "contratados" era pago em dinheiro e/ou em espécie (sabão, semente de milho, feijão nhemba, etc.). entrevista com Eva André Malate, Inhassune, 06.06.2001.

prósperos, com o uso de charruas produziam principalmente o milho para a comercialização.<sup>42</sup>

Uma outra principal actividade económica da população local era a criação do gado bovino. A posse do gado bovino constitui até hoje um factor de riqueza no seio dos camponeses.<sup>43</sup> De um modo geral, no período anterior a 1962 a população local e das regiões circundantes das baixas de Inhassune, usavam mais estas baixas para pastorear o seu gado do que para a prática da agricultura.<sup>44</sup>

Na planície de Inhassune, a população local também dedica-se ao fabrico de uma bebida "tradicional" designada localmente por "uchema"<sup>45</sup>, a qual é extraída a partir das palmeiras bravas abundantes na região (ver o anexo n.º3). Esta bebida serve para o consumo do fabricante e sua família, assim como é comercializada a nível local.<sup>46</sup> A caça e a pesca são também actividades desenvolvidas pela população local e com maior importância especialmente na diversificação da sua dieta alimentar.

### 2.3. A economia política de Inhassune no período 1960-1974

A economia política de Inhassune no período 1960-1974 tinha duas características essenciais: a criação de gado de corte e a produção agrícola para o consumo e, sobretudo para a exportação (o algodão).

Este processo de integração de Inhassune na economia colonial enquadra-se dentro das mudanças sócio-económicas e políticas resultantes das reformas introduzidas pelo governo colonial português, a partir da década de 1950, com os "planos de fomento". Estes planos visavam dar um novo impulso na exploração dos recursos das suas colónias de Moçambique e Angola em benefício da metrópole.<sup>47</sup>

Foi nesta perspectiva que se assistiu a partir dos princípios da década de 1950 a origem dos povoamentos dirigidos, mais conhecidos por colonatos, em diferentes regiões

---

<sup>42</sup> A comercialização da produção agrícola era feita nas lojas dos comerciantes indianos em Chacana (a cerca de 7 Km de Inhassune-sede). Estes comerciantes não raras vezes, armazenavam os produtos comprados junto dos camponeses, essencialmente o milho e posteriormente voltavam a vendê-los aos mesmos produtores a preços bem altos em períodos de escassez alimentar (particularmente em anos de má colheita). Era também nestas lojas onde os camponeses adquiriam os bens de consumo e de uso não fabricados localmente.

<sup>43</sup> Até à data da independência, os maiores criadores de gado (no ex. do Sr. André Malate) tinham cerca de 600 cabeças de gado. Entrevista com Eva André Malate, Inhassune, 06.06.2001.

<sup>44</sup> Casimiro, 1971:3

<sup>45</sup> Foram os fabricantes desta bebida que descobriram a partir de pequenas experiências de cultivo que as terras de Inhassune eram aptas para a agricultura. Entrevista com Jossai Tchambe, Inhassune, 18.06.2001.

<sup>46</sup> Esta era muito produzida e com garantia de maior mercado no período que antecede á época do caju. Entrevista com Xavier Macuácuá, Inhassune, 18.06. 2001.

<sup>47</sup> Hedges e Rocha, 1993:162.

de Moçambique e Angola, para os quais foi incentivada a emigração de colonos portugueses, na sua maioria desalojados das suas terras<sup>48</sup>, desempregados e ex-militares.

A emigração de colonos e suas famílias para Moçambique, sobretudo na década de 60 foi facilitada pelo próprio Estado português através de pagamento de passagens e custos de instalação dos colonos com base nas verbas provenientes dos planos de fomento.<sup>49</sup>

Embora a política do governo colonial de promoção de emigração de colonos assentava-se no estabelecimento de colonatos, também incentivou o povoamento rural de Moçambique por colonos brancos independentes através de sectores de actividade e à molde de colonatos. Nesta forma de povoamento incentivou-se a fixação de colonos portugueses no sector agrícola com base nas culturas ricas, por exemplo, o algodão, e no sector pecuário com base no gado de corte.

Nestas formas de povoamento, foi incentivada a instalação de agricultores e criadores independentes em locais não incluídos nas zonas de colonatos ou em projectos, que nessa altura estavam em funcionamento. A actividade desses agricultores e criadores não era regida pelos métodos em uso nos colonatos, mas eram lhes garantido o crédito bancário e apoio técnico por parte dos organismos oficiais.<sup>50</sup>

Neste âmbito, nos princípios dos anos 60 fixaram-se em Inhassune os primeiros colonos portugueses, dentre os quais se destaca Manuel da Rocha. Este fundou a Quinta Ramalhusca, na qual dedicava-se fundamentalmente à criação de gado de corte.<sup>51</sup> Nesta Quinta que se localizava em Machambo (a cerca de 12 Km a sudoeste de Inhassune-sede), ninguém sabe ao certo quantas cabeças de gado tinha, no entanto, o nosso informante Matsitsimane Shiuane apenas limita-se a referir que "*existiam centenas e centenas destes animais submetidos à pastagem natural dentro dos extensos cercados construídos para o efeito*". No mesmo período, outros colonos tentaram o cultivo da cana-de-açúcar, mas muito cedo abandonaram-no provavelmente devido a baixa produtividade. Em seguida a zona foi concessionada orizícola,<sup>52</sup> ou seja, passou-se a cultivar arroz nas margens do rio Inhassune. No entanto, esta cultura foi também abandonada provavelmente devido a baixa rentabilidade.

---

<sup>48</sup> No contexto das transformações agrárias que se operavam nesta altura em Portugal.

<sup>49</sup> Hedges e Rocha, 1993:165.

<sup>50</sup> Comissão Técnica de Planeamento e Integração Económica da Província de Moçambique, 1966a:2-8; 34-57.

<sup>51</sup> Entrevista com Julieta Malate, Inhassune, 20.06.2001; Matsitsimane Shiuane, Inhassune, 14.06.2001.

<sup>52</sup> Casimiro, 1971:3; APIR, Avaliação e Proposta de Desenvolvimento Integrado do Projecto Inhassune/Ramalhusca, 1991:4.

Entretanto, em 1962 iniciou o fomento do cultivo do algodão nas baixas de Inhassune sob a direcção do IAM. Os nossos informantes Jossai Tchambe, Elias Cumbane e Eva Malate, referem que Vasco da Fonseca Lebre e Mário de Carvalho foram os percursores das actividades do IAM em Inhassune, tendo ordenado o envio de dois tractores pesados de destronca e um de lavoura para a zona de Macaúze, onde logo na primeira campanha fez 95 hectares que foram parceladas para a população.<sup>53</sup>

Em 1964, o eng.º José de F. Casimiro, coadjuvado por José Simão, funcionários do IAM, realizaram um estudo de reconhecimento ecológico agrícola das baixas de Inhassune, na sua parte oriental tendo concluído haver condições para a cultura do algodão.<sup>54</sup> Com base no resultado do estudo foi encorajada a produção desta cultura. Deste modo, em 1965 foi construída uma oficina, um armazém e o número de tractores foi aumentado de 3 para 9, desde então, as áreas de cultivo do algodão expandiram também como resultado da aceitação no seio dos camponeses. Como prova disto, entre 1965 a 1974, o IAM registou 775 camponeses<sup>55</sup> distribuídos pelas diferentes áreas de produção (ver o anexo n.º 4).

Entretanto, segundo Jossai Tchambe, procurou-se cultivar o algodão na região no período anterior ao fomento desta cultura pelo IAM e não teve bons resultados porque

*"Quando o IAM iniciou com as suas actividades, alguns camponeses desta região já muito antes, talvez desde de 1950, produziam algodão nas terras altas circundantes das baixas e era vendido à Companhia Algodoeira do Sul do Save, só que a produção era baixa porque os solos não eram adequados. Mas com o IAM muitas pessoas passaram voluntariamente a cultivar algodão nas baixas de Inhassune porque dava bons resultados e, portanto, ganhava-se muito dinheiro... a área de cada camponês geralmente variava de 6 a 20 hectares."*<sup>56</sup>

Com o uso de tractores alguns camponeses, particularmente os prósperos, ampliaram as áreas de cultivo. Alguns deles eram capazes de cultivar cerca de 20 hectares. Nas terras que os camponeses recebiam, a grande porção era destinada à cultura do algodão e a remanescente era para as culturas alimentares para a sua subsistência. Depois das colheitas, o algodão era vendido nas brigadas móveis e/ou fixas do IAM a um preço fixado<sup>57</sup> e com descontos resultantes do apoio técnico e material (a lavoura mecanizada,

<sup>53</sup> AFM, Carta de André F. Malate ao director [da circunscricção de Panda] da Agricultura e Floresta, Mário de Carvalho. Inhassune, 23/03/1972. APIR, Projecto de Desenvolvimento Agro-Pecuário Inhassune/Ramalhusca. Relatório apresentado aquando da visita de Sua Excelência o Presidente da RM. Inhassune, 20/05/1991.

<sup>54</sup> Casimiro, 1971:3.

<sup>55</sup> APIR, Projecto de Desenvolvimento Agro-Pecuário Inhassune/Ramalhusca. Relatório apresentado aquando da visita de Sua Excelência o Presidente da RM. Inhassune, 20 de Maio de 1991:1.

<sup>56</sup> Entrevista com Jossai Tchambe, Inhassune, 18.06.2001; AFM, Carta de André Malate ao Sr. Director do IAM, eng.º Mário de Carvalho. [Inhassune], [s.d.].

<sup>57</sup> O preço usualmente praticado pelo IAM nesta região era de 4\$00 por kg. No entanto, houve uma altura que baixou para 3\$80. Esta situação levou muitos camponeses a desmoralizarem-se e abandonar o cultivo do algodão, dedicando-se mais ao cultivo do milho, amendoim, etc. Face a isto, o IAM sentiu-se forçado a restabelecer o preço usual, ou seja, os 4\$00 por kg. Para detalhes ver AFM, Carta de André Malate ao Sr. director da Agricultura e Florestas, Mário de Carvalho. Inhassune, 23/03/1972.

acesso a semente, insecticidas e herbicidas<sup>58</sup>) concedido durante o processo de produção. E os cereais (milho e feijão nhemba) vendiam-nos nas lojas dos comerciantes indianos sediadas na localidade de Chacana (a cerca de 7 Km de Inhassune-sede) ou a comerciantes indianos e portugueses de Inharrime e de Panda que na altura das colheitas frequentavam a região, comprando a produção dos camponeses e abastecendo-os em bens de consumo não produzidos localmente. Apesar dos descontos, o cultivo do algodão permitiu melhorar a vida sócio-económica deste campesinato, conforme nos contam André Malate e Matsitsimane Shiuane,

*"Com o algodão muitas pessoas ganharam muito dinheiro que servia para pagar o lobolo, imposto, mandar os filhos para a escola, comprar bens de consumo (como sal, sabão, petróleo, açúcar, roupa, etc.), alguns chegaram mesmo a construir casas de alvenaria nas terras altas. Além disto, os camponeses desta região organizaram-se e contribuíram dinheiro obtido através da venda do algodão que, sob apoio do IAM foi usado em 1971 para a construção de uma maternidade que também servia de posto de socorro e uma escola primária com material convencional. O IAM no fim de cada campanha distribuía uma junta de bois e uma fêmea aos melhores agricultores."*<sup>59</sup>

Deste extracto pode se constatar que o IAM abriu novas perspectivas de desenvolvimento da região que os camponeses tiveram que adaptar todo um conjunto das suas relações sócio-familiares a uma nova realidade, na qual o dinheiro passou não só a influenciar mas a determinar o seu modo de viver. O principal mecanismo de reprodução sócio-familiar desta comunidade patrilinear (baseada principalmente na agricultura e na criação de gado) passa pela instituição do dote matrimonial, o "lobolo". Contrariamente ao período anterior, com o início do fomento do algodão pelo IAM, passou a observar-se uma certa rigorosidade na cobrança do lobolo, pois já não se aceitava a justificação de falta de emprego ou de dinheiro para não o fazer no período exigido. Esta situação contribuiu para que muitas pessoas, essencialmente homens dos diferentes grupos sócio-linguísticos (*Vashopes, Vatsuas e Vatongas*) circundantes da planície alistassem-se nas machambas do IAM a fim de obter dinheiro para pagar o lobolo, imposto, etc.<sup>60</sup>

<sup>58</sup> A introdução de insecticidas e herbicidas na agricultura enfrentou uma forte resistência dos camponeses locais. Estes "presos" no seu costume tradicional de convidar um nyanga (curandeiro) para tratar por *khololo* as machambas, assim, numa primeira fase negaram usar os agro-químicos introduzidos pelo IAM, desconfiando-os que pudessem destruir as culturas. No entanto, depois de várias campanhas de sensibilização sob a importância daqueles químicos é que os camponeses, usando as bombas manuais passaram a aplicá-los. Ver AFM, Carta de André F. Malate ao Sr. director do IAM, eng.º Mário de Carvalho. [Inhassune], [s.d.].

<sup>59</sup> AFM, Carta de André Malate ao Sr. director do IAM, eng.º Mário de Carvalho. [Inhassune], [s.d.]; entrevista com Matsitsimane Shiuane, Inhassune, 14.06.2001.

<sup>60</sup> Entrevista com Xavier Macuácuá, Inhassune, 18.06.2001. Este entrevistado faz parte do grupo dos que conseguiram pagar o seu lobolo na base do ganho com algodão. Porém, a concentração de diferentes grupos populacionais nas baixas de Inhassune levou ao início ou reforço de miscigenações, pois passou a ser frequente o nascimento de filhos que resultam de casamentos cruzados entre pessoas desses grupos. No entanto, as línguas mais faladas actualmente são o Shishope e shitsua, mas também existe um número significativo de falantes do guitonga.

Por outro lado, o ganho com algodão levou a que os camponeses de Inhassune investissem na educação dos filhos e na saúde de todos através da contribuição de dinheiro que serviu para a construção de uma escola primária e uma maternidade. Nos anos de calamidades naturais (seca ou cheias) que afectavam a produção de bens alimentares, particularmente os cereais, o ganho com algodão servia também para comprar bens de consumo básicos, tais como milho e feijão nhemba.<sup>61</sup>

O IAM complementava as suas actividades com a prestação de alguns serviços sociais. Neste contexto, entre 1965 a 1970 o IAM abriu um furo e apoiou os camponeses na abertura de 4 poços (nas machambas) de água<sup>62</sup>; colocou na região dois professores: um ensinava as crianças dos camponeses de 1ª a 4ª classes e o outro, era uma professora que ensinava às mulheres artes de costura, culinária, etc., e apoiou aos criadores de gado da região com arame farpado para a construção de curais para o gado. Assim, a posição geral da população de Inhassune quanto ao IAM, pode ser resumida nas seguintes citações,

*“...a introdução da cultura do algodão foi um passo largo para dar boa vida a todas as populações de Inhassune...”; “...se não fosse algodão [a vida] seria um inferno [nas baixas de Inhassune]...”; “...os agricultores de Inhassune consideram os dois homens [os percursores das actividades do IAM na região] como os seus verdadeiros pais...”<sup>63</sup>*

Seja como for, os camponeses eram usados pelo IAM como mão-de-obra barata. A prestação de alguns serviços sociais e, sobretudo a distribuição de cabeças de gado aos melhores agricultores, para além de servir de incentivo para obter mais camponeses para explorá-los, visava capacitar a estes em meios de modo a aumentarem as áreas de cultivo recorrendo ao uso da charrua de tracção animal.

#### **2.4. O abandono dos colonos portugueses, 1974-1977**

No geral, antes do golpe de estado de 25 de Abril de 1974 em Portugal, já tinha começado o abandono dos colonos portugueses de Moçambique, na sua maioria temendo principalmente aos avanços da luta de libertação nacional que teve o seu início em 1964 no norte do país. No entanto, segundo Hermele<sup>64</sup>, a saída de colonos nesta fase provavelmente tocou principalmente o sector urbano da população branca, deixando por enquanto os

<sup>61</sup> AFM, Carta de André Malate ao Sr. Administrador da Circunscricção de Panda, João Sousa Lobo. Inhassune, 03.08.1962:2.

<sup>62</sup> A abertura dos poços e do furo de água proporcionou à população local o acesso a este líquido precioso perto do seu local de residência. Assim, contrariamente ao período anterior, os camponeses deixaram de beber água do rio e/ou de percorrer 7 km que até então o faziam à busca de água potável.

<sup>63</sup> AFM, Mensagem dos agricultores de Inhassune por ocasião da inauguração da maternidade. Inhassune, 26.07.1971; AFM, Carta de André Malate ao Sr. Director da Agricultura e Florestas, eng.º Mário de Carvalho. [Inhassune], 23.03.1972; AFM, Carta de André Malate ao Sr. Administrador da Circunscricção de Panda, João Sousa Lobo. Inhassune, 03.08.1962.

colonos no meio rural ainda à espera (“talvez já com malas feitas mas ainda sem bilhetes na mão”) do desenvolvimento e da política da FRELIMO para decidirem – finalmente - se iam seguir os outros brancos e deixar Moçambique (para um futuro em Portugal sem grandes perspectivas) ou se iam ficar.

No entanto, no período entre 1974 e 1977, muitos colonos portugueses que representavam a maior parte da força de trabalho qualificada e administrativa, incluindo agricultores e comerciantes colonos, abandonaram o país em geral e, a região de Inhassune em particular, sentindo-se hostilizados por um discurso político “pouco convidativo” (socialista)<sup>65</sup> e que conotava a todo o branco (que não fosse das “fileiras” da FRELIMO e que discordava das opções tomadas) como “colonialista, capitalista e explorador.”<sup>66</sup>

Esta situação de transição caracterizada por discursos menos claros e convidativos para a população colona portuguesa, contribuiu para que entre 1974 e 1975 os colonos que estavam em Inhassune quer ligados ao IAM, quer ligados às actividades pecuárias (no ex. de Manuel da Rocha) abandonassem as suas terras, gado, infra-estruturas e outros bens. Por outro lado, os comerciantes indianos e portugueses de Inharrime e Panda que na época das colheitas frequentavam a região também o deixaram de fazer.

Esta partida da população colona portuguesa afectou seriamente o sector agrícola na região. Em Inhassune, tal como nas outras zonas rurais do país, a partida dos agricultores e comerciantes rurais portugueses originou importantes quebras nos rendimentos da agricultura e um colapso generalizado dos sistemas de comercialização agrícola nos quais aqueles operavam, assim como dos sistemas de abastecimentos de bens de consumo e insumos agrícolas (pesticidas, insecticidas, fertilizantes, semente, etc.), equipamento, sobressalentes, assistência técnica e a lavoura mecanizada da terra desapareceu. Para o campesinato de Inhassune a partida dos colonos significou uma quebra no escoamento dos excedentes, sobretudo da sua principal cultura de rendimento, o algodão.

*"Quando os colonos do IAM abandonaram aqui com a chegada da independência nacional, os sistemas de apoio técnico e material (factores de produção) que eram concedidos aos camponeses para a prática da agricultura desapareceram. O mais grave foi o desaparecimento dos mercados de venda do algodão, que levou ao abandono do cultivo desta cultura, tendo se passado a cultivar apenas as culturas alimentares (nas terras altas circundantes da planície) para o consumo. Com isto muitas famílias sofreram muito uma vez que passou a ser difícil obter dinheiro."*<sup>67</sup>

<sup>64</sup> CEA, Hermele, 1987:2-3.

<sup>65</sup> A partir de 1975, os discursos públicos do governo de transição liderado pela FRELIMO defendiam a estatização da terra, a socialização da propriedade e sobretudo a colectivação do trabalho, bem como a necessidade de redefinição do papel do comerciante com o objectivo de “sempre que for possível substituir-se a sua função no processo de comercialização” Foi dentro desta perspectiva que os discursos políticos da FRELIMO nos seus contactos com a população sempre enfatizavam a necessidade de luta de classes. Mais detalhes sobre isto ver CEA, Hermele, 1987:4-5.

<sup>66</sup> Bowen, 1990:8; Valá, 1996:43.

<sup>67</sup> Entrevistas com Adelaide Nhamuenda, Inhassune, 10.06.2001; Marcelo Tsume, Inhassune, 21.06.2001.

Esta citação mostra-nos que, sem comerciantes para comprar o algodão e para abastecer os camponeses de Inhassune em insumos agrícolas e meios de produção a sua produção comercializada, tal como acontecia noutras partes do país, baixou. Isto afectou negativamente a economia desta comunidade que viu as suas receitas da produção agrícola comercializada a decaírem. Face a isto, muitos camponeses abandonaram as terras das baixas de Inhassune para as zonas altas circundantes e o grupo dos que tinham residências permanentes nas baixas mantiveram-nas, mas ambos os grupos recuaram para as formas de produção quase exclusivamente de sobrevivência.

Em 1976/77, a semelhança do que aconteceu noutras regiões do país, as actividades agro-pecuárias de Inhassune passaram a ser tuteladas pelo Gabinete de Apoio à Produção (GAPPO), órgão estatal que estava subordinado a Direcção Provincial de Agricultura de Inhambane (DPA) e tinha como objectivos: i) reorganizar e assegurar a continuidade da reprodução e criação de gado de corte (a partir do núcleo pertencente à Quinta Ramalhusca e outro proveniente de uma serração de distrito de Panda)<sup>68</sup> e de produção agrícola nas terras abandonadas; ii) evitar a sabotagem e o desvio de gado, infra-estruturas e equipamentos; iii) lançar as bases para a criação de uma empresa estatal agrária.<sup>69</sup>

O GAPPO funcionou parcialmente, as suas actividades concentraram-se na tentativa de cumprir com os objectivos que nortearam a sua criação. Assim, no período entre 1977 e 1981, o GAPPO usando os reeducados<sup>70</sup> como mão-de-obra barata empenhou-se na construção (com material convencional) de instalações viradas para o uso da futura empresa estatal agrária. Dentre essas instalações pode se destacar: dois armazéns, uma eira, dez moradias, um talho, uma dependência e um edifício-escritório.<sup>71</sup>

Em suma, com o abandono dos colonos portugueses, as terras, gado e outros bens foram nacionalizadas e ficaram sob tutela da GAPPO até a constituição da Empresa Estatal do Algodão de Inhambane (EEAI), em 1980.

<sup>68</sup> APIR, MAP/Comissão Nacional de Avaliação e Alienação. Memorando de venda: Projecto Inhassune/Ramalhusca. Maputo, 08 de Agosto de 1997:7-8.

<sup>69</sup> Entrevista com Acácio Cumbane, Inhassune, 08.06.2001; APIR, Projecto de Desenvolvimento Agro-Pecuário Inhassune/Ramalhusca. Relatório apresentado aquando da visita de Sua Excelência o Presidente da RM. Inhassune, 20 de Maio de 1991.

<sup>70</sup> Na altura em que é criado o GAPPO (1976/77), já tinha sido instalado em Inhassune em 1975 um Centro de Reeducação (o qual tinha cerca de 1345 reeducados). Provavelmente a instalação deste centro resultou de um plano deliberado com vista a aproveitar essa mão-de-obra não remunerada em trabalhos destinados a desenvolver a região de Inhassune, e o País em geral.

<sup>71</sup> APIR, Secretaria de Estado do Algodão. Proposta para inclusão do projecto de desenvolvimento agrícola de Inhassune/Ramalhusca no Fundo Agrário e de Desenvolvimento Rural. Maputo, 22 de Maio de 1990:14-15.

## 2.5. Da política agrária delineada no 3º Congresso da FRELIMO à Empresa Estatal do Algodão de Inhambane (EEAI)

Nesta secção pretende-se analisar a política agrária adoptada no 3º congresso da FRELIMO e estabelecer uma ligação com a origem da EEAI, com vista a estudarmos as formas de exploração agrárias instaladas em Inhassune no período entre 1980-85. Por outro lado, a análise da política agrária nos levará a entender e saber enquadrar historicamente a origem do PIR.

O 3º Congresso da FRELIMO realizado de 3 a 7 de Fevereiro de 1977, introduziu profundas mudanças na política de desenvolvimento sócio-económico de Moçambique. Neste Congresso, a FRELIMO oficialmente transformou-se num Partido Marxista-Leninista, atribuindo grande ênfase à aliança operária-camponesa e à criação de bases materiais e ideológicas para a construção do socialismo científico.<sup>72</sup> Neste âmbito, a FRELIMO ao optar pelo modelo ideológico-político socialista de desenvolvimento, ficava especialmente marcante a modificação das condições de reprodução e acumulação.

No Congresso, a FRELIMO definiu como estratégia de desenvolvimento rural de Moçambique a "Socialização do Campo" na qual a agricultura devia ser a base dessa estratégia.<sup>73</sup> Neste âmbito, a política agrária adoptada priorizou as seguintes medidas: a) apoiar a criação e desenvolvimento de aldeias comunais (condição *sine qua non* do desenvolvimento rural); b) criação de um sector estatal forte que pudesse determinar e dominar o processo económico; c) criação de formas de produção colectivas, através de cooperativas; d) aumentar a influência e intervenção do Estado na direcção, planificação e controlo da economia.<sup>74</sup>

No entanto, o sector das machambas estatais foi definido como prioritário, ou seja, ponto fulcral da estratégia de desenvolvimento agrícola: "*o sector estatal de produção deve tornar-se dominante e determinante*"<sup>75</sup>. Para tal decidiu-se desenvolver e alargar este sector recorrendo à tecnologia avançada.

Assim, entre 1977-81 foram importados mais de três mil tractores, cerca de 500 auto-combinados, muitas toneladas de insumos agrícolas de melhor qualidade,

<sup>72</sup> Valá, 1996:46; Casal, 1991:59-60; Hermele, 1986:63; FRELIMO, 1977b:91-93; Boletim da República, I série, n.º 39 de 30 de Setembro de 1981.

<sup>73</sup> Nesta estratégia a agricultura era a base de desenvolvimento e a indústria o factor dinamizador e decisivo. Isto é o que se desejava, que numa primeira fase a agricultura constituísse a principal fonte de acumulação para o desenvolvimento económico do país. Por isso, no período até 1984, 70% do investimento na economia nacional foi destinado à agricultura e construção, especialmente de obras destinadas à expansão das explorações agrárias (por ex., projectos de irrigação). Ver Castel-Branco, 1994:54.

<sup>74</sup> Bowen, 1990:10; Castel-Branco, 1994: 54; Casal, 1991:59-60; FRELIMO, 1977a:32-34; Hermele, 1986:63.

<sup>75</sup> FRELIMO, 1977a:34; Casal, 1991:60

especialmente químicos (ex. fertilizantes, pesticidas, insecticidas, etc.). No geral, no período até 1984, 90% do investimento e dos técnicos alocados à agricultura destinavam-se ao sector estatal (numa clara tentativa para o expandir, modernizar tecnicamente e tornar dominante e determinante), 2% ao sector cooperativo e menos de 2% afectados ao sector familiar.<sup>76</sup> Segundo Covane, no plano dos dez anos aprovado em 1981, a agricultura familiar foi definida como algo a ser eliminado no final da década.<sup>77</sup> Isto porque o que se pretendia era transformar todo o sector familiar e integrá-lo ora sob a forma de produção cooperativa, ora sob a forma de operariado agrícola, com vista a reforçar a aliança operária-camponesa (condição indispensável para a consolidação do poder político).<sup>78</sup>

Contudo, a estratégia e a política agrária delineadas em 1977 resultaram de acções deliberadas pelo novo governo que pôs em causa todos os mecanismos de acumulação e de reprodução herdados do período colonial, sem que tivesse previamente feita uma avaliação adequada das consequências que daí adviriam e sem que estivessem disponíveis os necessários mecanismos alternativos nem, tão – pouco, a capacidade para os edificar.<sup>79</sup> O partido FRELIMO, baseando-se no ideal - "*o homem novo, a nova sociedade*"-, rejeitava totalmente as instituições e os valores tradicionais e do colonialismo (com todos os seus vestígios) e, pretendia construir um novo modelo da sociedade moçambicana, oposto ao tradicional e ao colonialismo. Foi neste contexto que surgiu a política agrária de 1977 que se assentava na modernização como paradigma de desenvolvimento.

Assim, cumprindo com as orientações do 3º Congresso, em 1980 é desmantelado o GAPPO e em seu lugar foi criada a EEAI. Dentre as tarefas desta nova empresa, foi-lhe atribuída a responsabilidade de garantir a continuidade das actividades agro-pecuárias de Inhassune. Para tal, foram criadas em Inhassune duas unidades estatais: a Unidade de Produção Agrícola (que a partir das terras e infra-estruturas que outrora pertenciam ao IAM, devia no sistema de machambas estatais dedicar-se à produção de algodão e girassol)

---

<sup>76</sup> Castel-Branco, 1994:54; FRELIMO, 1983b:28-32; Bowen, 1990:10; Casal, 1996:167. A concentração de recursos no sector estatal justifica-se pelo facto de na estratégia delineada em 1977 este sector ter sido conceptualizado como o "polo de desenvolvimento", com isto, o governo esperava que as receitas da exploração da agricultura em grande escala pudessem contribuir para uma transformação total das zonas rurais (esperava-se que ele desse o apoio técnico e financeiro ao sector cooperativo), para além de que em si com a criação de grandes complexos agro-pecuários e industriais estatais nas zonas rurais esperava-se que contribuíssem para a diminuição da diferenciação entre o campo e a cidade. Estas empresas mecanizadas e de grande dimensão deveriam representar o carácter desenvolvido da agricultura moçambicana. Ver Abrahamsson & Nilsson, 1998:38; FRELIMO, 1977b:124.

<sup>77</sup> Covane, 2001:262.

<sup>78</sup> Samora Machel (Discurso de abertura da 8ª sessão da Assembleia Popular – 1981) citado por Casal, 1996:188.

<sup>79</sup> Almeida Serra, 1991:424.

e a Unidade de Produção Pecuária (devia dedicar-se à criação de gado de corte a partir do gado, infra-estruturas e outros bens da antiga Quinta Ramalhusca).<sup>80</sup>

As duas unidades de produção, sob a tutela da EEAI arrancaram com as suas actividades em 1980 e funcionaram até 1985 de uma forma muito deficiente. Os principais problemas que enfrentavam iam desde a falta de equipamentos e maquinaria agrícola, à falta de mão-de-obra não e qualificada. Estes problemas ressentiam-se mais na Unidade de Produção Agrícola (UPA). Esta não tinha maquinaria própria, assim, para lavrar as suas machambas dependia dos tractores da MECANAGRO da Maxixe ou de Xai-Xai. Não raras vezes, a UPA não conseguia lavrar as suas machambas na época desejada (no período normal das sementeiras) porque ou os tractores andavam avariados, ou porque em primeiro lugar cumpriam outras missões (em outros locais) recomendadas pelas respectivas direcções. Paralelamente a esta situação, frequentemente a UPA recebia insuficiente ou tardiamente a semente, insecticidas, herbicidas e fertilizantes.<sup>81</sup>

Por outro lado, existia o problema da falta da mão-de-obra. A nível local era difícil obter mão-de-obra suficiente para as necessidades das duas unidades de produção, situação agravada pelo abandono dos camponeses das baixas de Inhassune como consequência do desaparecimento dos incentivos de produção do algodão oferecidos pelo IAM e da nacionalização da terra que se seguiu à independência. Perante esta realidade, a EEAI em coordenação com a Direcção Provincial do Trabalho, lançou através da rádio Moçambique (delegação de Inhambane) concursos públicos para admissão de trabalhadores com e sem qualificação.<sup>82</sup> Em resposta a estes concursos, pessoas (desempregadas) de diferentes partes da Província de Inhambane alistaram-se e foram admitidas.

No entanto, chegadas em Inhassune foram afectadas pelos diferentes sectores, sendo a maioria para o sector das machambas estatais. Neste sector, cedo muitos abandonaram os seus postos de trabalho por considerarem que o trabalho era pesado. Na verdade, segundo o nosso informante João Manuel, o trabalho nas machambas estatais era pesado isto porque o trabalho mecanizado restringia-se na lavoura da terra; o resto do trabalho que ia desde a adubação, alinhamento e sementeira, sacha, aplicação dos insecticidas e herbicidas, colheita e sacaria, era feito manualmente na base de metas<sup>83</sup>

<sup>80</sup> APIR, Projecto de Desenvolvimento Agro-pecuário Inhassune/Ramalhusca. Relatório apresentado aquando da visita de Sua Excelência o Presidente da RM. Inhassune, 20 de Maio de 1991:2.

<sup>81</sup> Entrevistas com Acácio Cumbane, Inhassune, 08.06.2001; Matsitsimane Shiuane, Inhassune, 14.06.2001.

<sup>82</sup> Entrevistas com Alexandre Mulele, Inhassune, 15.06.2001; Victorino Simão, Inhassune, 26.06.2001.

<sup>83</sup> Entrevistas com João Manuel, Inhassune, 10.06.2001; Fernando Enoque, Inhassune, 09.06.2001; Filomena Mendes, 07.06.2001. Por exemplo, a meta diária de sacha nas machambas do algodão variava entre 20 a 25 linhas de 0,5 e 100 metros de largura e comprimento, respectivamente.

As dificuldades enfrentadas pela UPA contribuíam para que a produção fosse baixa. Por exemplo, na primeira campanha agrícola (1980/81) foram lavrados e semeados 1000 hectares de algodão na região de Madumo (a cerca de 10 Km a nordeste de Inhassune-sede) e obteve-se uma colheita de cerca de 300 toneladas, o que corresponde a um rendimento de 0,3 toneladas/hectare. As principais razões deste baixo rendimento estão ligadas a não chegada e, portanto, a não aplicação dos fertilizantes, insecticidas e herbicidas e, à falta de mão-de-obra, isto é, não se conseguiu obter a mão-de-obra necessária para fazer a sacha e a colheita na altura própria.<sup>84</sup>

Contudo, procurando colmatar o problema de falta de mão-de-obra não e qualificada, entre 1981-82 chegaram a Inhassune dois ou três agrónomos de nacionalidade cubana para ajudar a coordenar a produção nas machambas estatais. Na prática, segundo o nosso informante Matsitsimane Shiuane, estes agrónomos permaneceram em Inhassune durante 2 anos tendo como missão ensinar aos técnicos agro-pecuários (básicos) locais novas técnicas de aplicação dos insecticidas, herbicidas e de cuidar do gado. Por outro lado, em 1983 chegaram a Inhassune cerca de 256 pessoas capturadas dentro da política operação/produção. Estas pessoas tinham penas por cumprir que variavam de 1 a 3 anos, por isso, foram afectadas no sector das machambas estatais, onde trabalhavam também na base de metas (iguais à dos trabalhadores remunerados) mas sem remuneração. A UPA somente fornecia-lhes alimentação e alojamento (nos armazéns da empresa).<sup>85</sup>

No entanto, o trabalho prestado por este grupo de trabalhadores era de má qualidade. Muitos deles estavam descontentes devido a forma como tinha sido levado a cabo o processo do seu recrutamento<sup>86</sup>, situação agravada por serem sujeitos a um trabalho não remunerado e que o consideravam pesado. Deste modo, não se empenhavam devidamente no trabalho e alguns sem ou com êxito tentaram fugir.

Entretanto, provavelmente na tentativa de cumprir com as recomendações do 4º Congresso da FRELIMO e na procura de estabilizar a mão-de-obra, a partir de 1983/84 a UPA passou por um lado, a fornecer factores de produção (semente, enxadas, etc.), apoio técnico e lavrava (mecanicamente) anualmente uma machamba que parcelava para os trabalhadores - em segunda mão. Por outro lado, introduziu o cultivo de culturas

---

<sup>84</sup> Entrevista com Acácio Cumbane, Inhassune, 08.06.2001.

<sup>85</sup> Entrevistas com Ester Macuácuá, Inhassune, 06.06.2001; Lápsisone Wane, Inhassune, 17.06.2001; Pedro Guambe, Inhassune, 08.06.2001; João Manuel, Inhassune, 10.06.2001.

<sup>86</sup> Muitos deles acham que foram "presos" injustamente. Por ex. Lápsisone Wane refere que quando foi recrutado acabava de ser desmobilizado do exército governamental e, portanto, ainda estava a ver a família para posteriormente procurar um novo emprego. Por sua vez, Ester Macuácuá diz que era comerciante de

alimentares tais como milho, feijão nhemba, mandioca, hortaliças que eram vendidos aos trabalhadores.<sup>87</sup>

O sistema de apoio técnico e maquinaria em segunda mão prestado aos trabalhadores da UPA intensificou-se a partir da campanha agrícola 1984/85, altura em que a UPA recebera (em preparação para o início da implementação do PIR) muita maquinaria, técnicos agro-pecuários, agro-químicos etc. Foi a partir desta altura que começou a emergir um novo estrato de camponeses prósperos, constituído por jovens qualificados (técnicos agro-pecuários) ligados à direcção da UPA. Estes aproveitando-se das suas facilidades e influências, vão lavrar machambas grandes que são cuidadas por trabalhadores assalariados e em alguns casos, particularmente nos períodos de pico (sacha e colheita) eram desviados trabalhadores da UPA para cuidá-las.<sup>88</sup> Este pequeno grupo lutava por produzir cereais (milho e feijão nhemba) e hortícolas para o mercado local e/ou das sedes dos distritos de Panda e Inharrime. Em contrapartida, o estrato de camponeses prósperos do período colonial estava em colapso desde o desaparecimento do fomento do algodão pelo IAM e agravada pela guerra. Situação pior era ainda a que era vivida pela maioria dos camponeses da região que sem nenhum apoio, tentavam dedicar-se à agricultura com meios próprios quase exclusivamente para a sobrevivência.<sup>89</sup>

De uma forma geral, no período entre 1980-85, em Inhassune foram criadas duas unidades de produção estatais: uma agrícola e outra pecuária. A primeira tinha a sua sede em Inhassune e a segunda em Machambo. No entanto, ambas estavam sob tutela da EEAI e funcionaram numa fase transitória, procurando retomar e continuar a realização das tarefas que tinham sido traçadas para o GAPPO. Isto porque, como veremos no próximo capítulo, já em 1980, tinha sido assinado um acordo entre o governo e o FAD para a criação em Inhassune de uma exploração agro-pecuária mais sistematizada, portanto, era apenas um compasso de espera no qual deviam ser criadas as condições básicas, essencialmente de

---

renome no mercado central da Maxixe, assim, para ela foi presa porque o chefe do bairro e os grupos dinamizadores (de Chambone) odiavam-na porque era rica.

<sup>87</sup> Entrevista com Pedro Guambe, Inhassune, 08.06.2001; João Manuel, Inhassune, 10.06.2001. Relativamente a distribuição de pequenas parcelas de terra lavrada aos trabalhadores, estes nossos informantes confessaram que era difícil para os trabalhadores que não viviam com as suas famílias cuidar de machambas individuais porque saíam do trabalho da machamba estatal cansados, assim, não dispunham de tempo e forças suficientes para tal. Deste modo, muitos destes trabalhadores preferiam fazer uma pequena machamba em redor da sua residência, onde cultivava produtos destinados quase exclusivamente para o autoconsumo.

<sup>88</sup> O autor deste trabalho testemunhou o início da formação deste novo estrato de "camponeses ricos".

<sup>89</sup> Para além de as prateleiras das lojas de alguns comerciantes indianos de Chacana (que ainda permaneciam na região) andarem vazias, a falta de abastecimento aos camponeses da região em bens de consumo, uso e instrumentos agrícolas agravou-se a partir de 1983 com a destruição dessas lojas pelos guerrilheiros da RENAMO, levando ao abandono dos seus proprietários. Para piorar a situação, muitas famílias de camponeses perderam neste período o seu gado (levado pelos guerrilheiros da RENAMO).

segurança militar, para que essa futura exploração fosse implantada sem pôr em risco os avultados investimentos previstos. Por outro lado, era prosseguida a construção de infra-estruturas básicas.<sup>90</sup>

No âmbito da segurança militar, pela importância económica atribuída ao projecto que se pretendia instalar e face a insegurança provocada pela guerra, entre finais de 1983 a princípios de 1984 montou-se um forte sistema de segurança que englobava, não somente as 7 aldeias residenciais e as instalações da empresa, mas também as zonas periféricas, nomeadamente junto aos locais de produção.<sup>91</sup>

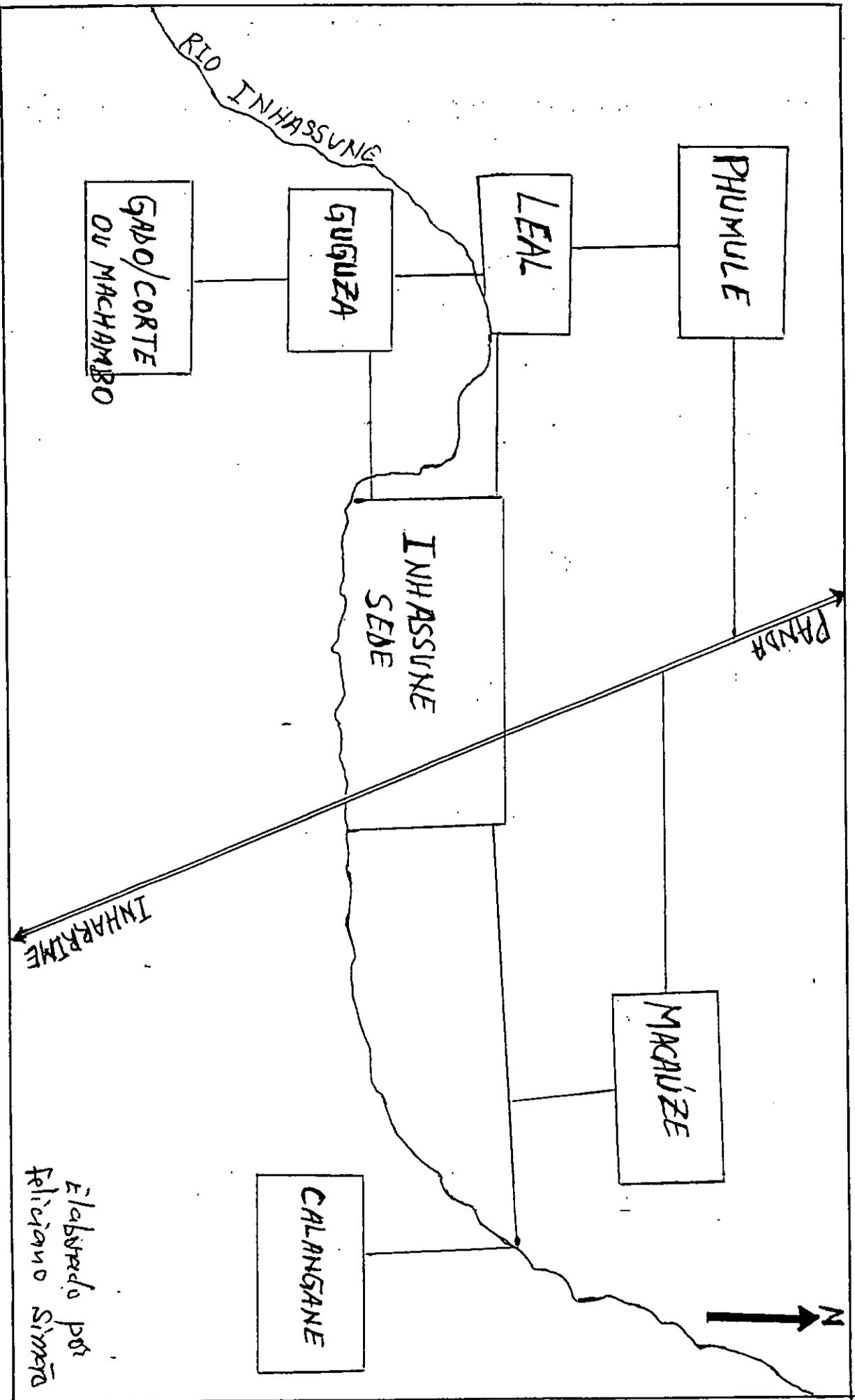
A região de Inhassune tinha (e ainda tem) boas potencialidades agrárias, essencialmente pecuárias e não tinha conflitos de terras. A economia política colonial de Inhassune era caracterizada principalmente pela produção agrícola para o consumo e exportação (o algodão), criação de gado bovino, trabalho migratório e outras formas de trabalho assalariado a nível local e nas cidades da Maxixe, Inhambane e Maputo. A diferenciação sócio-económica no seio do campesinato era feita na base de acumulação dos salários provenientes do trabalho assalariado e da comercialização dos produtos agrícolas (particularmente o algodão) que eram investidos na aquisição de novos instrumentos agrícolas (charruas, gado bovino, etc.).

Depois da independência (no período até 1984/85), a economia política da região sofreu algumas alterações, mas manteve as suas características essenciais (agrárias). No entanto, as novas formas de produção estatais criadas na região, ao contrário do IAM, não garantiam aos camponeses o aprovisionamento em insumos agrícolas (semente melhorada, insecticidas, herbicidas e maquinaria), assistência técnica agrária e não participavam na comercialização da produção agrícola dos camponeses. Assim, os camponeses recuaram para formas de produção quase exclusivamente de sobrevivência. Por outro lado, iniciou neste período a formação de um novo estrato de camponeses ricos, compostos por jovens qualificados.

---

<sup>90</sup> No que toca à construção de infra-estruturas, a UPA demarcou e iniciou a construir as aldeias onde iria ser alojada a mão-de-obra da futura empresa. Por ex. em 1983, foram construídas (com material local e convencional) na aldeia de Macaúze, nove moradias de tipo dois. Ver APIR, Secretaria de Estado do Algodão. Proposta para a inclusão do Projecto de Desenvolvimento Agrícola de Inhassune/Ramalhosa no Fundo de Fomento Agrário e de Desenvolvimento Rural. Maputo, 22 de Maio de 1990:15.

<sup>91</sup> Para garantir a segurança militar, entre finais de 1983 a princípios de 1984 foi instalado na região o batalhão n.º 279, composto por cerca de 400 homens, bem equipado com armas de longo alcance.



Mapa 3: Localização das aldeias edificadas pelo PIR (Sem escala)

Elaborado por  
Feliciano Simão

### CAPÍTULO III. O PROJECTO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DE INHASSUNE/RAMALHUSCA

O Projecto Inhassune/Ramalhusca constituiu um elemento importante da intervenção da política de desenvolvimento da região de Inhassune no período pós-colonial. Este Projecto teve início das suas actividades em 1985 e terminou formalmente em 1999, com a sua privatização. O Projecto arrancou e desenvolveu-se num contexto extremamente turbulento devido à instabilidade provocada pela guerra civil, cujas acções faziam-se sentir na região e, portanto repercutiram-se em todas as fases do seu desenvolvimento, chegando mesmo a afectar de forma negativa o cumprimento dos planos e objectivos do projecto (ver o anexo n.º 5).

O estudo deste Projecto financiado pelo FAD e pelo governo, será feito em duas fases que correspondem às principais transformações sócio-económicas e políticas que se verificaram no pós-independência em Moçambique (em particular com o advento do PRE) e que o projecto foi obrigado a adaptar-se para a sua sobrevivência.

**Primeira fase (1985/86–1989/90)**, o projecto funcionou como uma empresa estatal agro-pecuária, sob a direcção da EEAI. A agricultura feita em regime de monocultura de algodão e de girassol, era a principal actividade económica do PIR, seguida pela criação do gado bovino. A agricultura de monocultura era complementada, embora em menor escala, pela produção de cereais (milho e feijão) e hortícolas (ao longo do rio Inhassune em sistema de irrigação por motobombas). Na pecuária experimentou-se a criação de animais de pequena espécie, tais como o gado caprino, suíno, frangos, coelhos e perús. O PIR também dedicou-se à apicultura. Nesta fase, o projecto utilizava grandemente o trabalho assalariado sazonal, principalmente para as machambas estatais em épocas de pico (sacha e colheita).

**Segunda fase (1989/90–1999)**, o Projecto foi reestruturado de modo a adequar-se às modificações sócio-económicas e políticas impostas pelo PRE (e/ou PRES, a partir de 1991 com a integração da componente social) cujo objectivo geral era procurar formas de garantir a recuperação da economia nacional. A aplicação das medidas do PRE resultaram na alteração das formas de produção, reprodução e de acumulação. Foi neste contexto que o PIR foi reestruturado e passou a funcionar em duas modalidades: o sector pecuário permaneceu estatal e no sector agrícola as machambas estatais foram abolidas e em seu lugar o Projecto incentivou e apoiou (técnica e materialmente) o sector familiar camponês. No entanto, as terras das extintas machambas estatais continuavam sob a administração do

projecto; anualmente este parcelava e distribuía-as pelos camponeses depois da lavoura mecanizada. Em cada parcela da terra distribuída por camponês, uma parte era reservada à produção do algodão e outra à culturas para o autoconsumo.

### 3.1. A origem do Projecto e seus objectivos

O Projecto para o desenvolvimento agro-pecuário de Inhassune, como forma de intervenção para o desenvolvimento da região, não é novo nem original. Experiências análogas, como intervenções localizadas e pontuais foram realizadas pelo governo colonial e, posteriormente levados a cabo pelo governo pós-colonial em diferentes regiões do país em geral e, em Inhassune, particularmente.<sup>92</sup>

No período pós-colonial, os planos para a criação do Projecto de desenvolvimento agrário de Inhassune/Ramalhusca datam desde 1978 e, enquadram-se dentro da política agrária delineada no 3º Congresso da FRELIMO em 1977.<sup>93</sup> Foi cumprindo com esta linha política que o novo governo, em 1978 contratou uma empresa brasileira de consultoria – PROTECNO -, a qual foi encarregue a função de estudar as potencialidades de desenvolvimento das várias machambas abandonadas pelos colonos, bem como de novas terras. Assim, entre finais de 1979 a princípios de 1980, a PROTECNO elaborou os estudos de viabilidade técnico-económica das terras abandonadas pelos colonos na região de Inhassune, tendo recomendado a criação de dois projectos de desenvolvimento: um agrícola que devia dedicar-se à produção do algodão e girassol; e outro pecuário que devia centrar-se na criação de gado de corte.<sup>94</sup>

Na base do referido estudo, o governo iniciou conversações com os seus parceiros financeiros, especialmente com o BAD visando a angariação de fundos para o financiamento deste Projecto, o qual já o tinha definido como prioritário. Estas conversações culminaram com a aprovação do Projecto em Setembro de 1980 e em Dezembro do mesmo ano foi assinado o acordo entre o governo e o FAD, do qual abriu-se

---

<sup>92</sup> Importa salientar que para além das explorações agro-pecuárias feitas pela Quinta Ramalhusca e pelo IAM, o plano de actividades para o 3º Plano de Fomento (1968-1973), baseando nas formas de povoamento de colonos particulares por sectores de actividades que o incentivava, designou a região interior entre o Save e o Limpopo, incluindo portanto a região de Inhassune, devido a predominância da fraca pluviosidade, como zona de povoamento prioritário através de grandes explorações pecuárias e de desenvolvimento da agricultura de pequenos regadios por bombagens. Para detalhes ver Comissão Técnica de Planeamento e Integração Económica da Província de Moçambique, 1966b:467; 1966a:19.

<sup>93</sup> De recordar que esta política surgiu como resposta imediata para fazer face à crise da economia rural provocada pelo abandono da população colona portuguesa durante o período de transição e, preconizava a criação de empresas estatais agrárias (estas deviam ser o ponto fulcral da estratégia de desenvolvimento agrícola do país no período até 1986) mecanizadas e modernizadas.

<sup>94</sup> APIR, African Development Fund, 1980:1-2.

o caminho para a concessão de um empréstimo que ficou designado pelo n.º “CS/MZQ/AGRI/80/5”.<sup>95</sup>

Este projecto devia ser implementado como uma empresa estatal agro-pecuária, no qual o sector agrícola seria constituído por machambas estatais a produzir o algodão e girassol<sup>96</sup> e, o sector pecuário a dedicar-se à criação de gado de corte no sistema de pastagem natural. No entanto, decidiu-se criar um único projecto que devia desenvolver as duas actividades, daí surgiu o nome “*Projecto Inhassune/Ramalhusca*”, como resultado da combinação do Projecto agrícola de Inhassune e do Projecto pecuário de Ramalhusca.

Embora o acordo entre o governo e o FAD para o financiamento do Projecto datava desde finais de 1980, e cujo arranque do mesmo estava previsto para 1981, na prática só na campanha agrícola de 1985/86 é que o projecto iniciou com os trabalhos. Este início tardio do projecto deveu-se a problemas de insegurança causados pela guerra civil.<sup>97</sup>

É de salientar também que este projecto foi executado sob a tutela do Ministério da Agricultura (MA) através da então Secretaria de Estado do Algodão (SEA), representado a nível provincial (até 1990) pela EEAI. Na parte de desembolsos estava sob tutela do Ministério do Plano e Finanças através do Banco Popular de Desenvolvimento (onde funcionava o Gabinete de Coordenação de todos os Projectos financiados pelo BAD).<sup>98</sup>

Este Projecto foi formulado com 4 objectivos fundamentais: i) incrementar a produção do algodão e girassol para a exportação a fim de garantir a obtenção de divisas para o Estado; ii) produzir carne para abastecer a cidade de Inhambane e outras do sul do Save, o que contribuiria para a redução das importações deste alimento; iii) Criar oportunidades de emprego e, conseqüentemente reduzir o desemprego, proporcionando assim melhores condições de vida à população envolvida; e iv) o projecto devia constituir o centro local de pesquisa e de desenvolvimento de novas técnicas e ciência agrária, as quais

---

<sup>95</sup> Na base desse acordo, o FAD comprometeu-se a alocar ao Projecto, 8 milhões de dólares americanos e, o governo entraria com 166 262 contos, bem como seria responsável pelos pequenos custos locais (por ex. o desalfandegamento de insumos e maquinarias destinadas ao PIR). Ver DEA, Projecto de Desenvolvimento Agrícola Inhassune/Ramalhusca. Relatório. Maxixe, Novembro de 1987:1; APIR, Avaliação e proposta para o desenvolvimento integrado do Projecto Inhassune/Ramalhusca. Maputo, 1991:2; APIR, Projecto Inhassune/Ramalhusca. Documento n.º 195/PIR/92, para o Presidente do BPD. [Maputo], 3/07/92.

<sup>96</sup> No que diz respeito a culturas alimentares, nesta fase, o governo recomendou que o projecto devia fazer experiências das várias culturas alimentares em pequena escala, caso descobrisse a sua sustentabilidade económica deviam ser praticadas no sistema rotativo com as culturas de rendimento e/ou prioritárias.

<sup>97</sup> Entre os meados dos anos 1982 a princípios de 1983, haviam começado a fazer-se sentir as acções guerrilheiras da RENAMO na zona concessionada ao Projecto, bem como nas áreas periféricas. Como prova disso, em 1983 a sede da Unidade de Produção Agrícola de Inhassune foi atacada pelos guerrilheiros da RENAMO, causando alguns estragos. Ver APIR, Projecto Inhassune/Ramalhusca. Relatório, Maxixe, 26 de Agosto de 1991:1; Entrevista com Victorino Simão, Inhassune, 26.06.2001.

<sup>98</sup> Entrevistas com Filomena Maiopué, Maputo, 21.05.2001; Acácio Cumbane, Inhassune, 08.06.2001.

deviam ser transmitidas aos camponeses, a outras Unidades de Produção e Cooperativas da Província através de demonstração e treinamento.<sup>99</sup>

Embora não constasse nos objectivos, nas formulações iniciais do Projecto visava também executar diversas acções de âmbito social a nível de Inhassune tais como a construção e manutenção de escolas, postos de saúde, habitação, estradas, fornecimento de água e electrificação. No entanto, como poderemos ver ao longo deste estudo, os objectivos do projecto acima citados evoluíram com o tempo procurando adaptar-se à realidade circunstancial que se foi impondo ao projecto, sobretudo as modificações sócio-económicas e políticas que se verificaram no país, particularmente com o início do PRE em 1987. Contudo, é de assegurar que estas modificações nunca chegaram a alterar as principais actividades do Projecto, o que mudou foi a estratégia de desenvolvimento.

### 3.2. O PIR como empresa estatal, 1985/86-1989/90

Depois de criadas as condições de segurança militar na zona concessionada ao Projecto,<sup>100</sup> em 1985/86 o PIR arrancou com as suas actividades à moldes estatais, dirigida por Abdula Mamad Hussene, como director-geral nomeado pela SEA.

O PIR foi criado e alargado na base das machambas, infra-estruturas, gado de corte e outros bens que durante o período colonial pertenciam ao IAM e a colonos portugueses particulares, que abandonaram Inhassune com a chegada da independência nacional. No período pós-independência essas propriedades foram geridas sucessivamente pelo GAPPO (1976/77-1980) e pelas unidades de produção estatais agrícola e pecuária (1980-1984/85). Provavelmente porque, por um lado, se tratava de herdar um projecto que usava técnicas modernas e mecanização (por ex. o uso de tractores, fertilizantes e pesticidas) e, por outro, porque a modernização e a mecanização da agricultura desenvolvida em grandes explorações estatais era vista pela liderança da FRELIMO no período até 1986 como a condição fundamental para o sucesso da política e estratégia de desenvolvimento agrárias

---

<sup>99</sup> APIR, African Development Fund, 1980:i ; MAP/Comissão Nacional de Avaliação e Alienação. Memorando de venda: Projecto Inhassune/Ramalhusca. Maputo, 1997:8.

<sup>100</sup> Para além do batalhão n.º 279, para reforçar a segurança da empresa foi criado um grupo de milícias e forças para-militares. Estes últimos eram geralmente constituídos pelos trabalhadores do Projecto que eram treinados para a defesa da empresa e dos seus locais de residência – na base de uma escala rotativa controlada pelo director executivo do projecto faziam o patrulhamento das instalações do mesmo e dos bairros residenciais. Também com o intuito de reforçar a segurança, em 1986/87 foi construído cercado duplo (de 3 ou 4 m de altura) armado com explosivos (minas terrestres) que circundava a sede do projecto deixando apenas 7 portões de acesso, os quais eram fechados (também com explosivos) ao anoitecer e abertos ao amanhecer de cada dia. (revelações da experiência do autor deste trabalho, que viveu na região desde os finais de 1983 até 1989 e, visitou a zona várias vezes durante toda a década de 1990).

delineadas em 1977, no PIR tal como em outras empresas estatais agrárias, a luta pela modernização e mecanização tornou-se a preocupação prioritária dos responsáveis.

Foi dentro deste contexto que no período entre 1984 e 1986, o Projecto recebeu diverso equipamento de destronca, de construção de estradas, de serviços gerais, de produção agrícola e pecuária, viaturas e motorizadas. Dentre este equipamento, podemos destacar 15 camiões de 7/10 toneladas, 7 carros ligeiros, 30 tractores e respectivas alfaias (charruas, grades, semeadores-adubadores, etc.) e atrelados (ver o anexo n.º 6). A nossa informante, Filomena Maiopué, refere que o PIR recebeu excessiva maquinaria e equipamento, parte deste não foi usado ou foi usado poucas vezes e posteriormente abandonado por falta de enquadramento no processo produtivo.<sup>101</sup> Isto revela-nos a falta de coordenação entre o poder central e a direcção do projecto na definição das prioridades deste último.

O PIR nesta sua fase estatal, tal como as outras empresas estatais, se regia por imperativos de planificação centralizada, ou seja, as quantidades e o destino da sua produção principal (algodão, girassol e gado de corte) eram estabelecidas de forma administrativa, o mesmo se passando com os preços, concessão de crédito e demais condições de oferta dos factores terra e capital.<sup>102</sup>

### 3.2.1. As actividades desenvolvidas

Quando o projecto se estabeleceu devia realizar todas as tarefas traçadas pelos objectivos que nortearam a sua criação, dos quais se destacam: a produção do algodão e girassol no sistema de machambas estatais para a exportação; e a criação de gado de corte para fornecer a cidade de Inhambane e outras do sul do Save, em carne.

Para executar estas tarefas, foi nomeado um director-geral que coordenava todas as actividades do projecto desde a sua sede em Inhassune, a sua delegação na Maxixe, assim como as outras actividades em Maputo. A seguir a este e em regime permanente existia um director executivo em Inhassune que velava pelas actividades a nível local. Por sua vez, foram criados 3 sectores ou departamentos de trabalho: o da agricultura, da pecuária e o de apoio-oficinas, cada um destes tinha um chefe ou director. Os sectores da agricultura e pecuária estavam divididos em blocos (ver o anexo n.º7).

---

<sup>101</sup> Entrevista com Filomena Maiopué, Maputo, 21.05.2001.

<sup>102</sup> Entrevista com Acácio Cumbane, Inhassune, 08.06.2001.

Talvez reconhecendo-se a problemática de falta de quadros nos primeiros anos do pós-independência<sup>103</sup>, o FAD contratou uma equipa de quatro técnicos (vulgo cooperantes) da Inglaterra, pertencentes a "*Hunting Technical Services Limited*", sendo um eng.º agrónomo, um agro-economista, um médico veterinário e um eng.º mecânico. Estes técnicos chegaram em Inhassune em 1986/7, com uma missão dupla: garantir a assistência técnica ao projecto e a formação intensiva de quadros moçambicanos das respectivas áreas num período de 3 anos. Mas na prática só abandonaram o projecto em Agosto de 1991.<sup>104</sup>

#### a) O sector agrícola

O sector agrícola compreendia 6000 hectares de terra arável, nos quais no sistema de machambas estatais se cultivava o algodão e girassol, em regime de sequeiro e de monocultura. Estas terras em nenhuma campanha agrícola chegaram de ser cultivadas na sua totalidade, eram divididas em blocos agrícolas (designação utilizada no resto das empresas estatais agrárias), cada qual dirigida por um chefe (este era um técnico agrário básico/médio), coadjuvado por um enquadrador. No total, no período até 1991 existiam 12 técnicos afectos a este sector, sendo 10 moçambicanos e 2 estrangeiros.<sup>105</sup>

A agricultura praticada era mecanizada. A destronca, a lavoura da terra, a gradagem, adubação e sementeira eram feitas por meios mecânicos; o tratamento de plantas contra os insectos era feito através da pulverização área. Portanto, as machambas não precisavam de muita mão-de-obra na maior parte do ano, somente nos períodos de pico - sacha e colheita.

No entanto, como o projecto foi estabelecido num período de escassez de bens alimentares na generalidade das zonas rurais do sul do País, e em Inhassune em particular, que vinha manifestando-se mais fortemente a partir do início do período das secas em 1982 e agravada entre 1985 e 1987/8 pelo fluxo de deslocados de guerra,<sup>106</sup> foram introduzidas com maior peso culturas alimentares, consideradas secundárias. Parte deste tipo de produções era resultado de orientações dadas pelo MA para aumentar o abastecimento de alimentos nos mercados locais e das cidades de Maxixe e Inhambane – orientação reforçada no seguimento das decisões do 4º Congresso da FRELIMO. Contudo, o Projecto investiu o seu esforço na produção de culturas alimentares também, quando não principalmente, como

<sup>103</sup> Como já apontamos atrás, nos primeiros anos do pós-independência muitos colonos portugueses que constituíam a maior parte dos técnicos ou quadros (neste caso agrários) abandonaram o país.

<sup>104</sup> Entrevista com Lourenço Cossa, Inhassune, 11.06.2001; Filomena Maiopué, Maputo, 21.05.2001.

<sup>105</sup> Idem.

<sup>106</sup> Alguns deslocados abandonaram as suas colheitas ainda por tirar das machambas fugindo ao avanço da guerra violenta e brutal que se fazia sentir nas regiões de origem.

forma de estabilizar a mão-de-obra e melhor competir no mercado de trabalho.<sup>107</sup> O quadro seguinte apresenta a estrutura de produções agrícolas do sector estatal na campanha 85/86.

**Tabela n.º 1: Produção agrícola do sector estatal do projecto na campanha 1985/86**

Culturas	Plano (Ha)	Área semeada (Ha)	%	Produção real (Ton.)
Algodão	400	144	36	120
Girassol	125	-	-	-
Milho da 1ª época	100	100	100	216
Mandioca	100	29	29	-
Feijão	50	35	70	6
Abóbora	20	30	150	112
Melancia	-	-	-	22
Hortalícias	5	2	40	5
Batata-reno	-	1	-	-
Bananeiras	-	7	-	1.8
Papaieiras	-	1	-	2.4
Total	800	349	43.6	-

Fonte: Projecto de Desenvolvimento Inhassune/Ramalhusca. Relatório, Maxixe, Novembro de 1987

Esta tabela mostra-nos a sobrecarga a que o sector estatal foi sujeito com as culturas alimentares. Embora estas em nenhum momento chegaram a substituir as culturas prioritárias (sobretudo o algodão), afectaram a prática planeada destas últimas. O Projecto teve que desviar recursos humanos e financeiros destinados a culturas de rendimento para as culturas secundárias que no período anterior a independência eram garantidos pelo sector familiar. Na prática, depois do algodão o milho passou a ser a segunda principal cultura, 144 hectares contra 100 hectares semeados na campanha 1985/86, respectivamente.

Em suma, a produção alimentar realizada pelo sector estatal foi reflexo ou de decisões destinadas a aumentar a atracção e estabilidade da força de trabalho do projecto ou de orientações provenientes de órgãos de tutela, com o mesmo objectivo e para abastecer a população local e as cidades de Maxixe e Inhambane. O algodão caroço produzido pelo projecto era transformado em fibra na fábrica de descaroçamento de Jangamo e posteriormente vendido na indústria têxtil nacional, particularmente a Texlom e a Textáfria, mas também em menor escala, vendido a comerciantes privados que o exportavam.<sup>108</sup>

<sup>107</sup> Provavelmente também com o objectivo de estabilizar a mão-de-obra, o PIR herdou e manteve o sistema outrora usado pela UPA de fornecimento de factores de produção, apoio técnico e maquinaria em segunda mão apenas aos seus trabalhadores.

## b) O sector pecuário

Desde o início das actividades do Projecto em 1985/6 até a sua privatização em 1999, o sector pecuário funcionou à molde estatal. Embora existiam 41000 hectares de relva natural conveniente para pastagens do gado (com capacidade para criar no sistema de pastagem natural cerca de 9000 cabeças<sup>109</sup>), reservada para este sector, na prática até 1999 só explorava cerca de 11000 hectares. Nesta área o projecto criava principalmente o gado de corte, que produzia carne e leite<sup>110</sup> abastecendo as cidades da Maxixe e Inhambane, aos trabalhadores do Projecto e a população local em geral.<sup>111</sup>

No princípio, a actividade pecuária no Projecto estava organizada em 3 blocos, a saber: o centro de reprodução, de desmame e de engorda. A pastagem do gado era do tipo natural e as manadas pastavam obedecendo uma rotação dentro dos 17 cercados construídos para o efeito e devidamente protegidos.<sup>112</sup> A assistência técnica ao gado era feita por uma equipa de 11 técnicos básico/médios nacionais e, no período de 1985 a 1991, coadjuvada e reciclada por um técnico estrangeiro.<sup>113</sup> Esta assistência era constituída por vacinação do gado contra doenças infecciosas e tratamento do gado nos tanques carracidas contra os parasitas.

Como a região de Inhassune enfrenta dificuldades na obtenção de água, foram construídos 10 bebedouros e criado o respectivo sistema de distribuição de água, como também foram abertos 4 furos de água dentro dos cercados.<sup>114</sup> Tal como na agricultura, a preocupação por fornecer meios modernos ao sector pecuário era maior.

No período entre 1984/85 e 1990, por recomendações do MA, especialmente da Direcção Nacional da Pecuária (DNP) foi introduzida também a criação de suínos, coelhos, cabritos, galinhas, patos e perús. Ligado ao sector pecuário existia a prática da apicultura.<sup>115</sup> No entanto, segundo testemunho de Acácio Cumbane, a criação de animais de pequena espécie foi suspensa em 1989/90 por revelar-se pouco rentável, isto é, estes

---

<sup>108</sup> Entrevistas com Filomena Maiopué, Maputo, 21.06.2001; Acácio Cumbane, Inhassune, 08.06.2001. Porém, a venda do algodão a comerciantes privados que o exportavam só começou depois da adopção do PRE.

<sup>109</sup> Mais detalhes sobre este assunto ver African Development Fund, 1980:2.

<sup>110</sup> A produção do leite foi suspensa por razões económicas a partir dos princípios de 1989. Ver DPIAM, Projecto Inhassune/Ramalhusca. Relatório para o Ministério das Finanças. Maxixe, 16.04.1990.

<sup>111</sup> APIR, Projecto de Inhassune/Ramalhusca. Documento n.º 195/PIR/92, para o Presidente do BPA. [Maputo], 3/07/1992:4.

<sup>112</sup> Para melhor garantir a segurança do gado face às acções da RENAMO, entre 1985-87 a maior parte destes animais foram transferidos de Machambo para novos cercados construídos nas imediações da sede do PIR.

<sup>113</sup> DEA, Projecto de Desenvolvimento agrícola de Inhassune/Ramalhusca. Relatório. Maxixe, Nov. 1987:6.

<sup>114</sup> APIR, Projecto Inhassune/Ramalhusca. Campanha 1991/92 (Relatório das actividades). Inhassune, 19.05.1992.

<sup>115</sup> Entrevista com Acácio Alexandre Cumbane, Inhassune, 08.06.2001

animais exigiam cuidados intensivos e o seu maneiio era oneroso se tiver-se em conta os benefícios monetários obtidos com a sua venda.<sup>116</sup>

No que diz respeito a quantidade do gado de corte por criar, de acordo com o plano do BAD, o Projecto devia atingir em 1989, 5000 efectivos. Este efectivo devia ser atingido com a importação (do Zimbabwe, Suazilândia e Botswana) de novilhas e touros para a reprodução. No entanto, este plano não chegou de ser cumprido, quer no prazo estabelecido quer durante toda a vivência do projecto (ver o anexo n.º 8).

Várias razões justificam o não cumprimento do planificado, dentre elas destacamos o roubo, abate e comercialização dos animais. Por um lado, existia o roubo de gado, só para exemplificar em 1985 e 1988 foram roubadas 83 e 153 cabeças de gado, respectivamente, por desconhecidos.<sup>117</sup> Por outro, existia o abate indiscriminado de animais. Logo que o Projecto arrancou também começou o abate e venda dos animais por ele criado sem que para tal se tivesse deixado pelo menos reproduzirem-se e atingir os efectivos planificados. A estes factores associava-se a guerra, esta pôs o projecto numa dependência, isto é, o projecto não podia alastrar os cercados (para longe da área com segurança- a sede do projecto) e importar novas cabeças para a reprodução temendo que os guerrilheiros da RENAMO sabotassem.

### c) O sector de apoio – oficinas

Era o sector vital para o Projecto, compreendia maquinaria agrícola e de transporte (constituída por 30 tractores – com respectivos atrelados e alfaias: charruas, grades, adubadoras, semeadores e sachadores; 15 camiões e 7 carros ligeiros) máquinas pesadas para trabalhos agrícolas, construção e manutenção de estradas, bem como diverso equipamento usado no sector pecuário.<sup>118</sup>

Grande parte deste equipamento era assistido na oficina de mecânica/serralharia do projecto, cujas instalações serviam também de parque para toda a maquinaria acima referida. Paralelamente a este sector, funcionou entre 1985/86 e 1989/90 um sector de

---

<sup>116</sup> A suspensão da criação dos animais de pequeno porte enquadra-se dentro das reformas defendidas pelo PRE.

<sup>117</sup> DPIAM, Projecto Inhassune/Ramalhusca. Relatório para o Ministério das Finanças. Maxixe, 10.01.1990:28. Desconhecendo-se os ladrões do gado, o dedo acusador era apontado aos guerrilheiros da RENAMO.

<sup>118</sup> Este equipamento ou maquinaria era renovado quando houvesse necessidade. Daí que o seu número, marca e modelo variava de ano pós ano. Por exemplo, em 1992/3 o Projecto recebeu 8 novos tractores, igual número de charruas e grades, 6 semeadores, 13 atrelados, 2 camiões cavalo (plataforma). Ver APIR, Projecto Inhassune/Ramalhusca. Relatório, Maputo, 5.04.1992:5; APIR, MAP/Comissão Nacional de Avaliação e Alienação. Memorando de venda do PIR. Maputo, 08.08.1997:28.

construção e conservação de todo o tipo de obras, composto por um estaleiro de construção, integrando também uma carpintaria.

Para além destas 3 áreas ou actividades que eram apoiadas por diversas unidades de serviços administrativos e de aprovisionamento, directa ou indirectamente o Projecto envolveu-se em todas as actividades de desenvolvimento e da vida da região de Inhassune e zonas periféricas, incluindo algumas típicas do Aparelho de Estado. Estas actividades iam desde a construção e manutenção de estradas e fontes de abastecimento de água, o aluguer de tractores para a lavoura da terra, a compra de fardamento e equipamento não letal para as milícias<sup>119</sup> de defesa e protecção da propriedade, bem como garantia-lhes a remuneração, o fornecimento de meios de transportes para as movimentações militares das forças do governo aí afectas, para transportar doentes em casos de transferência pela gravidade do posto de saúde local para os hospitais distritais e/ou provincial, bem como o transporte da população local para diferentes paragens dentro da rota Inhassune – Maxixe – Inhambane, frequentadas pelos camiões do Projecto.

O projecto apoiava ainda, as actividades recreativas e desportivas, especialmente com o uso de meios mecânicos garantia a limpeza do campo de futebol local, transportava a equipa de futebol de Inhassune para fazer jogos amigáveis fora de Inhassune (geralmente nas sedes dos distritos de Panda, Inharrime e na cidade da Maxixe), bem como oferecia bolas de futebol a mesma equipa e a crianças da escola primária local.

Ao director do Projecto, o qual era na altura indicado pelo governo, cabia a responsabilidade de administrar a globalidade das actividades acima referidas. Deste modo, as suas funções ultrapassavam as de um gestor empresarial, incluindo também relacionadas com o exercício da soberania nacional.

Dentro do espaço físico do Projecto e dependendo de instituições e serviços por esta prestados, encontravam-se integradas algumas estruturas (subordinadas ao órgão do Aparelho de Estado) destinadas a servir a generalidade dos habitantes da zona, incluindo também os trabalhadores e suas famílias. Dentre essas estruturas encontrava-se: uma escola primária, uma maternidade e os militares do batalhão n.º 279 do exército do governo aí afecto.

A associar-se a todas estas realizações, o projecto envolveu-se também directamente no reflorestamento da região, plantando eucaliptos, castanheiras, acácias e casuarinas que para

---

<sup>119</sup> Até 1987 o projecto tinha um efectivo de 59 milicianos e, estava em curso negociações com o departamento da defesa do comité provincial do Partido FRELIMO com vista a aumentar o efectivo para 300. Ver DEA, Projecto de Desenvolvimento Agrícola de Inhassune/Ramalhusca: Relatório. Maxixe, Novembro de 1987:7.

além de servirem para a estabilização ecológica forneciam material de construção e lenha para a população local (ver anexo n.º9).

### 3.3. Fontes de mão-de-obra e condições de trabalho

A mão-de-obra destinada ao projecto era recrutada nos diferentes pontos da província de Inhambane e em menor escala nas províncias de Gaza e Maputo<sup>120</sup>. A maior solicitação da mão-de-obra era de carácter sazonal e destinava-se às machambas estatais, verificando-se nos períodos de pico, uma vez que a maior parte das operações agrícolas estavam mecanizadas.

Para ilucidar esta situação, dos 602 trabalhadores que o Projecto tinha em 1987 no sector agrícola, 360 eram sazonais e apenas 242 é que eram trabalhadores permanentes (constituídos por 12 técnicos -2 cooperantes e 10 moçambicanos -, 31 operadores de máquinas pesadas e ligeiras e 198 trabalhadores de campo).<sup>121</sup>

O número de trabalhadores empregues pelo projecto variava de ano para ano de acordo com as suas necessidades e com a oferta. Contudo, o ano de 1986 é que ofereceu maior número de empregos, isto é, 1006, no ano seguinte o número de empregos baixou drasticamente para 660 e volta a subir em 1988 para 981. A partir deste ano a queda foi vertical até atingir 148 em 1997. Esta situação é ilustrada pela tabela abaixo.

**Tabela n.º 2: Evolução do número de trabalhadores do PIR entre 1986 e 1994**

Trabalhadores	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1997
Permanentes	671	343	351	332	288	188	176	186	203	127
Eventuais	337	317	630	495	419	297	226	133	57	21
Total	1006	660	981	836	707	485	402	319	260	148

Fonte: DPIAM, Projecto Inhassune/Ramalhusca. Relatórios para o Ministério das Finanças. Maxixe, 16/04/1994 e o de 20/04/1994; APIR, MAP/Comissão Nacional de Avaliação e Alienação. Memorando de Venda do Projecto Inhassune/Ramalhusca. Maputo, 08.08.1997:8.

Esta redução do número dos trabalhadores tem muito a ver com a reestruturação do projecto que veremos mais adiante. Com a reestruturação do PIR parte dos trabalhadores considerados excedentários foram dispensados e passaram a receber parcelas de terras para a produção familiar nos blocos organizados.

O constrangimento no acesso a mão-de-obra local estava ligado a fraca fixação humana na zona do Projecto relativamente às necessidades urgentes das machambas

<sup>120</sup> O nosso informante Acácio Cumbane refere que o recrutamento de mão-de-obra fora da província de Inhambane era para casos especiais em que se precisasse contratar força de trabalho semi e/ou qualificada.

estatais nos períodos de pico, agravada pela recusa de muitos camponeses deslocados em trabalhar nas machambas estatais sem que a sua base de subsistência estivesse garantida.

Com a criação do PIR pensava-se que ele viesse a desempenhar o papel fundamental no processo da socialização do campo, pois esperava-se que o Projecto faria surgir aldeias comunais onde seria fixada a sua força de trabalho – transformada em operariado agrícola- conforme dizia Samora M. Machel (1979): “*A cooperativa faz nascer a aldeia comunal. A empresa estatal agrícola faz nascer a aldeia. Concentrar indivíduos sem produzir é criar comunidades de parasitas*”<sup>122</sup>.

Um processo que na zona do Projecto, numa primeira fase encontrou dificuldades. Até 1985/86 as populações das zonas periféricas não estavam interessadas em trabalhar nas machambas estatais nem em viver nas aldeias edificadas com o objectivo de instalar mão-de-obra para o PIR. Esta resistência da população estava ligada a 4 aspectos: i) a população local não estava interessada em abandonar a lógica de residência "tradicional" que pressupõe a dispersão, em parte, por causa dos sistemas de produção, para passar a viver concentrado em que não estava habituada; ii) no habitat disperso a população tinha as suas plantações de cajueiros, mafureiras, cafezeiros, etc., e lá dedicavam-se a pequena produção agrícola individual na qual estavam familiarizados e obtinham meios de subsistência; iii) na maior parte das aldeias do PIR ainda não tinham sido criadas as condições básicas, particularmente as fontes de água potável não existiam e/ou eram insuficientes; iv) a coincidência de períodos de pico (sacha e colheita) nos dois sectores, estatal e familiar.

No entanto, entre 1986/7 e 1992 verificou-se a maior concentração de camponeses nas aldeias do PIR, sobretudo em Inhassune-sede, acelerada pela guerra.<sup>123</sup> Mesmo assim, as machambas estatais continuavam a enfrentar escassez de mão-de-obra. Esta escassez era agravada pelo facto de o projecto continuar a manter o sistema de recrutamento de carácter colonial, isto é, uma mão-de-obra tipicamente sazonal e cuja capacidade de reprodução<sup>124</sup> continuava a ser assegurada pela produção familiar, gerando uma grande contradição entre as necessidades da produção familiar e as necessidades da produção estatal do PIR, particularmente nos períodos de pico em que coincidiam as necessidades nos dois sectores.

---

<sup>121</sup> DEA, Projecto de Desenvolvimento Agrícola de Inhassune/Ramalhusca. Relatório, Maxixe, Nov. de 1987:6.

<sup>122</sup> Samora Machel citado por Casal, 1996:186.

<sup>123</sup> Entre 1985 e 1990 as acções violentas e brutais da RENAMO intensificaram-se nas zonas periféricas do Projecto, particularmente ao anoitecer e ao amanhecer. Esta situação contribuiu para que a população instalada nas aldeias do PIR duplicasse e/ou triplicasse principalmente durante as noites.

<sup>124</sup> Embora não tivemos acesso à tabela salarial praticada pelo PIR, o nosso informante Fernando Enoque refere que os salários eram baixos e, por isso, não chegavam para satisfazer as necessidades básicas de uma

O recrutamento da mão-de-obra para as machambas estatais nos períodos de pico era feito na base de campanhas de mobilização política, isto é, por mecanismos extra-económicos. A direcção do Projecto, em coordenação com os secretários das aldeias, localidades e distritais (e até provincial) do Partido FRELIMO, estes últimos, sob o lema "*Machambas do Estado e/ou do Povo*" mobilizavam e recrutavam a população, especialmente mulheres e alunos, das regiões sob o seu controlo e de imediato era transportada pelos camiões do projecto até as machambas onde deviam fazer o trabalho.<sup>125</sup>

As condições de trabalho eram duras, conforme nos relatam Florinda Mapanzene e Ester Macuácuca,

*"Na época de colheita do algodão, os camiões e tractores do projecto levavam as pessoas de Inhassune sede, juntamente com as outras recrutadas noutros locais, logo nas primeiras horas do dia e iam deixar nas machambas que ficavam muito longe (5, 7 ou 10 km). Lá colhiam o algodão durante todo o dia, passando fome e sede...as 14 ou 15 horas despegava-se e era servido um almoço de feijão nhemba e farinha de milho no armazém junto à machamba. Findo este os camiões e/ou tractores recolhiam as pessoas de volta para casa. Este trabalho geralmente era feito nos fim-de-semana e, as crianças que estudavam além deste período faziam este trabalho também como actividades de férias escolares... por este trabalho as pessoas não eram pagas porque dizia-se que era apoio as machambas do estado que devia ser feito pelo menos uma vez por semana."<sup>126</sup>*

Para além de o trabalho ser duro, Adelaide Nhamuenda conta que pior ainda era o alojamento que era oferecido aos trabalhadores sazonais recrutados particularmente para a colheita do algodão,

*"As pessoas que eram recrutadas em zonas distantes de Inhassune, especificamente em distritos do norte da província de Inhambane, não sendo possível fazer a jornada e serem recolhidos no mesmo dia, eram alojadas nos armazéns do projecto e/ou nas salas de aulas da escola primária local. Estes locais não ofereciam condições de habitabilidade...havia falta de água tanto para o consumo como para o banho, as refeições eram mal confeccionadas e a dormida era péssima."<sup>127</sup>*

Estes depoimentos mostram que o trabalho era duro, não remunerado e ocupava às pessoas longas horas. Esta situação causava descontentamento nos camponeses envolvidos, mas tratando-se de um representante do Partido/Estado que lhes mobilizava para este trabalho, não se admitia críticas públicas. Assim, a reacção dos camponeses pautou pela timidez e falta de vigorosidade.<sup>128</sup> No entanto, o medo foi uma questão temporária e transitória. Quando a segurança alimentar do camponês era ameaçada pela sua participação no trabalho sazonal, este refugiava-se na pequena produção familiar, aumentando desse modo a escassez da mão-de-obra no sector estatal.

---

família durante todo um mês, tais como comprar alimentação, petróleo, sabão, vestuário, livros para os filhos, etc.

<sup>125</sup> Entrevistas com Ester Macuácuca, Inhassune, 06.06.2001; Acácio Cumbane, Inhassune, 08.06.2001

<sup>126</sup> Entrevista com Florinda Mapanzene, Inhassune, 13.06.20001; Ester Macuácuca, Inhassune, 06.06.2001.

<sup>127</sup> Entrevista com Adelaide Nhamuenda, Inhassune, 10.06.2001

O carácter sazonal e a não e/ou má remuneração do trabalho sazonal, a coincidência do período de pico no sector estatal e familiar, bem como a intensificação da guerra quebrando as possibilidades de o projecto recrutar mão-de-obra de longe, contribuíram para a escassez de mão-de-obra sazonal, chegando mesmo a pôr em risco a produção de algumas campanhas.

Entretanto, o projecto procurou ultrapassar este problema de escassez de mão-de-obra introduzindo bens de consumo para incentivar os trabalhadores. Isto começou a ser implementado mesmo na campanha 1986/87. O camponês recrutado para a colheita do algodão e que conseguisse completar a meta recebia bens de consumo, tais como sal, sabão, açúcar, peixe seco, farinha de milho no fim de cada jornada semanal. E no fim de cada mês recebia dinheiro correspondente ao empenho individual no trabalho.<sup>129</sup> Com a introdução deste sistema de pagamento, o projecto passou a registar trabalhadores sazonais voluntários de todas as idades. Mas mesmo assim, a procura de trabalhadores por parte do projecto continuava maior que a oferta.

Por outro lado, provavelmente, a excessiva mecanização da agricultura no projecto era uma tentativa para resolver o problema de carência de mão-de-obra que havia dificultado o funcionamento da UPA, bem como as outras empresas de produção estatais (no ex. do CAIL e CAIA ). Mas este problema sempre persistiu porque a colheita do algodão era manual, portanto sempre precisava da força humana.

Em suma, a carência de mão-de-obra nas machambas estatais, particularmente em períodos de pico, não significava que os camponeses não pretendiam o trabalho assalariado, mas era o seu carácter sazonal, sem e/ou mal remunerado e a coincidência de colheitas do sector estatal e do familiar, que faziam com que esse trabalho fosse preterido. Associado ao facto de a produção do sector familiar continuar a ser a principal base de subsistência e de reprodução das populações da região.

Entre 1985/86 e 1989/90 o PIR funcionou nos moldes estatais e as suas actividades centraram-se na criação de gado de corte e na produção agrícola no sistema de

---

<sup>128</sup> Na prática, a oposição da população às machambas estatais era manifesta quer através de fuga ou de não se deixar recrutar facilmente, quer através da realização de trabalhos de má qualidade (sacha mal feita ou colheita de algodão sem obedecer os requisitos exigidos para manter a qualidade deste produto).

<sup>129</sup> Entrevistas com João Manuel, Inhassune, 10.06.2002; Pedro P. Guambe, Inhassune, 08.06.2001. Segundo estes nossos entrevistados, também visando colmatar o problema de escassez da mão-de-obra nas machambas do PIR, este recebeu em 1986 da administração do distrito de Panda, 300 pessoas recuperadas das bases da RENAMO. Este grupo foi afecto nas machambas estatais, trabalhava sem remuneração. Porém, o PIR com apoio da administração do distrito de Panda, fornecia-lhes alimentação, roupa, alojamento e, para garantir a sua re inserção sócio-económica, o PIR passou a lavrar anualmente uma machamba e parcelava para eles. Este grupo se desfez ao longo dos anos, uns reencontraram e reintegraram-se nas suas respectivas famílias (e abandonaram Inhassune) e outros ganharam nova vida e permanecem na região até ao presente.

monoculturas com recurso à mecanização. No entanto, o PIR enfrentava vários problemas que iam desde altos custos de produção, baixa produção, à escassez de mão-de-obra nos períodos de pico (agravada pela guerra e recusa de muitos camponeses deslocados em trabalhar nas machambas estatais sem que a sua base de subsistência estivesse garantida). Contudo, o PIR abriu postos de trabalho na região.

## CAPÍTULO IV: DE MACHAMBAS ESTATAIS AO SECTOR FAMILIAR ORGANIZADO, 1989/90-1999

### 4.1. Principais factores que condicionaram a mudança

O projecto, inicialmente concebido e desenvolvido em moldes estatais, cedo mostrou-se que era de difícil gestão e, até certo ponto, inviável. O sector agrícola enfrentava vários problemas que iam desde altos custos de produção, baixa produção, a escassez de mão-de-obra nos períodos de pico (sobretudo na colheita) e por outro lado, as medidas do PRE exigiam que se introduzissem mudanças significativas no sistema de gestão.

A produção do algodão e do girassol, não obstante mostrar tendências de aumentar em termos numéricos nas três primeiras campanhas (1985/86 e 1987/88), na prática esse aumento era baixo se se comparar, por um lado, com os elevados custos com a mecanização e assalariamento da mão-de-obra e, por outro lado, se se comparar com o que se podia conseguir com menos ou com mesmos recursos em machambas dos camponeses.<sup>130</sup> O mesmo acontecia com a produção do milho que começou com sucesso ao atingir 217 toneladas na primeira campanha (1985/86), mas decresceu muito na campanha seguinte, na qual só obteve-se 67 toneladas. Paralelamente a isto, os planos traçados no "Appraisal Report"<sup>131</sup> não eram alcançados. Toda esta situação aqui descrita pode ser ilustrada na base da seguinte tabela.

**Tabela n.º 3: Produção do algodão, girassol e milho, no sector estatal, comparada ao previsto no "Appraisal Report" entre 1985/86 e 1989/90**

ANO	Algodão				GIRASSOL				MILHO		
	Ha *	Realizado			Ha*	Realizado			Realizado		
		Ha	Ton.	Rend Ton/ Ha		Ha	Ton	Rend Ton/ Ha	Ha	Ton	Rend Ton/ Ha
85/86	1.440	140	130	0.9	720	-	-	-	124	217	1.8
86/87	2.880	700	618.4	0.88	1.440	10	5	0.5	125	67	0.5
87/88	4.320	1 000	829.8	0.89	1.440	133	66	0.5	200	86	0.4
88/89	4.320	480	428.9	1.0	1.440	365	162	0.4	375	29	0.08
89/90	4.320	410	671	1.6	1.440	-	-	-	105	37	0.4
TOTAIS			2678.1				233			436	

\*Áreas estimadas no Appraisal Report

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados obtidos nas seguintes fontes:

APIR, MAP/Comissão Nacional da Avaliação e Alienação. Memorando de Venda: Projecto Inhassane/Ramalhusca. Maputo, 08 de Agosto de 1997:12;

<sup>130</sup> Veja e compare os dados das tabelas n.º3 e 5.

<sup>131</sup> "Appraisal Report" é o relatório de avaliação básico da implementação do PIR, descreve os objectivos, os custos e as metas que o projecto devia alcançar. Em suma, este relatório mostra como é que o PIR devia ser implementado.

APIR, Projecto de desenvolvimento agro-pecuário de Inhassune/Ramalhusca. Relatório apresentado aquando da visita de Sua Excelência o Presidente da República de Moçambique. Inhassune, aos 20 de Maio de 1991:5-6.

As principais causas para o não cumprimento do planificado para o Projecto e da baixa produção são quase gerais para todas as empresas estatais agrárias que existiam no país, dentre elas: a paralização constante das máquinas principalmente durante o período das lavouras devido a falta de combustível<sup>132</sup> e/ou de sobressalentes,<sup>133</sup> levava ao início tardio da campanha agrícola e/ou a lavoura de hectares mais reduzidos que o planificado; a falta ou a chegada tardia (e as vezes insuficiente) da semente (por ex. na campanha 85/86 a cultura de girassol não foi semeada devido a falta da semente); a irregularidade das chuvas (às vezes levava ao início tardio da sementeira ou causava baixas na produção); a escassez da mão-de-obra, sobretudo durante o período de pico (sacha e a colheita).

No entanto, importa destacar a falta de mão-de-obra para as machambas estatais do projecto. Como já apontamos acima, o projecto enfrentava enormes dificuldades no recrutamento de mão-de-obra necessária sobretudo nos períodos de pico. O nosso informante Lourenço Cossa, sem precisar os anos, confessa que nalgumas campanhas agrícolas o algodão caía e perdia-se por falta de mão-de-obra para o colher. Num outro desenvolvimento acrescenta que *"face a carência de mão-de-obra, o projecto ficou limitado e dependente deste problema, isto é, não podia aumentar a área de cultivo porque correria o risco de perder a produção"*.<sup>134</sup> Por esta razão, a escassez de mão-de-obra foi considerada como um dos principais imperativos de mudança.

Assim, o maior investimento que era realizado em termos de mecanização e em insumos agrícolas não correspondia a expectativa que dele se esperava, isto é, em vez de permitir o aumento rápido da produção dos bens alimentares e de exportação originou uma situação contrária, ou seja, elevados custos para uma menor produção.<sup>135</sup>

<sup>132</sup> Nas campanhas agrícolas 85/86 e 86/87, o Projecto recebeu 44.9% e 68.3%, respectivamente, do total do combustível planificado para essas campanhas. Ver DEA, Projecto de Desenvolvimento Agrícola Inhassune/Ramalhusca. Relatório, Maxixe, Novembro de 1987:4-5.

<sup>133</sup> O problema de falta de sobressalentes foi grave durante todo o período do funcionamento do PIR. Muitas máquinas, sobretudo as de destronca, de construção de estradas, e mesmo as agrícolas, ficavam paralizadas durante longo período devido a falta de sobressalentes. Por um lado, porque estes não existiam no mercado nacional o que implicava a necessidade de importá-los (um processo moroso e que exigia divisas que o estado não tinha) e, por outro, existindo sobressalentes no mercado do país, eram caros e não existiam fundos para os adquirir na devida altura necessitados. Ver APIR, Projecto de Inhassune/Ramalhusca, relatório, Maputo, 9 de Maio de 1992.

<sup>134</sup> Entrevista com Lourenço Cossa, Inhassune, 11.06.2001.

<sup>135</sup> Os custos de produção também subiam como resultado da instabilidade político-militar que assolava a região desde 1983/84 até 1992, obrigando que o projecto suportasse toda uma série de despesas que não estavam normalmente contempladas na estrutura dos custos de produção. Por ex. despesas em fardamento, vencimento e alimentação das milícias.

Por outro lado, existiam os imperativos de mudanças sócio-económicas impostas pelo PRE. Em Janeiro de 1987 o governo adoptou o PRE como um programa de reformas político e sócio-económicas que visavam estancar a crise da produção que se verificava no País desde a independência e, agravada pela guerra entre o governo da FRELIMO e a RENAMO. As medidas nele preconizadas foram precedidas de uma série de outras introduzidas no país desde o 3º Congresso da FRELIMO e são vistas por Otto Roesch,<sup>136</sup> como sendo em seguimento dessas medidas ou reformas.

As reformas políticas e económicas lançadas entre 1983 e 1986 foram feitas de uma forma tímida e cuidadosa tentando viabilizar ainda o sistema socialista no campo. Foi nesta perspectiva que se defendia a reestruturação e consolidação das machambas estatais e incentivava-se o desenvolvimento das cooperativas. Esperava-se que com o redimensionamento territorial das machambas estatais se poderia concretizar a sua tarefa de serem o pólo de desenvolvimento rural em Moçambique. E noutra vertente, ficou também deliberado no 4º Congresso a necessidade urgente de dar acesso ao sector familiar camponês de instrumentos agrícolas e bens de consumo básicos.<sup>137</sup> Estas medidas, no caso concreto de Inhassune, até 1986 não foram postas em prática. As populações da região enfrentavam a carência de instrumentos agrícolas e de bens de consumo, bem como encaravam dificuldades em ter acesso à terra arável<sup>138</sup> para cultivarem as suas culturas alimentares.

No caso particular do PRE, a sua adopção em 1987 que também marcou o início oficial do programa, acabou por marcar uma importante viragem na vida política e económica do País. O PRE ao reconhecer o papel vital e prioritário da agricultura na economia nacional, definiu como objectivos essenciais para este sector: "recuperar a produção mercantil e os circuitos comerciais de modo a atingir os níveis de produção comercializada de produtos alimentares e de exportação do período anterior a independência e/ou pelo menos a de 1981".<sup>139</sup>

Para realizar estes objectivos o programa, contrariamente ao período anterior penalizou o sector estatal e reforçou o papel dos sectores privado e familiar na economia nacional.

<sup>136</sup> Otto Roesch citado por Anselmo, 2000:33.

<sup>137</sup> Mais detalhes sobre as deliberações do congresso, ver FRELIMO, 1983a:27; Abrahamsson & Nilsson, 1998:221.

<sup>138</sup> Os 6000 Ha de terra arável que existiam na zona do projecto eram de pertença deste e que devido a guerra as terras mais distantes da sua sede não as conseguia trabalhar. Assim, só trabalhava nas terras em redor da sua sede, nestas não admitia camponeses individualmente ocupá-las mesmo não as utilizando nessa campanha isto porque foram destroncadas pelas máquinas do projecto e que a qualquer altura podia as precisar (Entrevista com Acácio Cumbane, Inhassune 08.06.2001). Face a esta realidade os camponeses disputavam as terras menos férteis (intercaladas às machambas do PIR) e, portanto não preferidas pelo projecto.

Neste âmbito, traçou um conjunto de medidas que deviam ser observadas na sua implementação, das quais destacamos as seguintes para o sector agrícola:

- introdução da política de preços e comercialização que incentivassem a produção;
- limitação do número de produtos com preço fixo;
- introdução de incentivos que mobilizassem uma maior contribuição do sector privado na produção e comercialização;
- melhoria de aprovisionamento de recursos para os produtores familiares;
- reestruturação das empresas estatais contemplando a distribuição das áreas excedentárias aos produtores familiares e privados.<sup>140</sup>

Estas medidas destinavam-se a incentivar a produção nas zonas rurais para o abastecimento em bens alimentares ao País, promover as exportações agrícolas e a compra de insumos. As mesmas medidas do PRE propunham-se a facilitar o processo de produção e comercialização agrária<sup>141</sup> sobretudo para os sectores familiar e privado, porque chegou-se a conclusão de que grande parte da produção rural provinha destes sectores. E que o facto de a política agrícola delineada em 1977 não ter tido os resultados esperados tinha a ver com a marginalização destes sectores do processo de desenvolvimento. A qual associava-se a desestabilização político-militar e a seca.

Assim, o PRE deu início a um novo período na história de desenvolvimento rural de Moçambique pós-colonial, o qual fica caracterizado pelo predomínio da economia de mercado, o que é contrário à economia de planificação socialista que até então vinha vigorando no País.

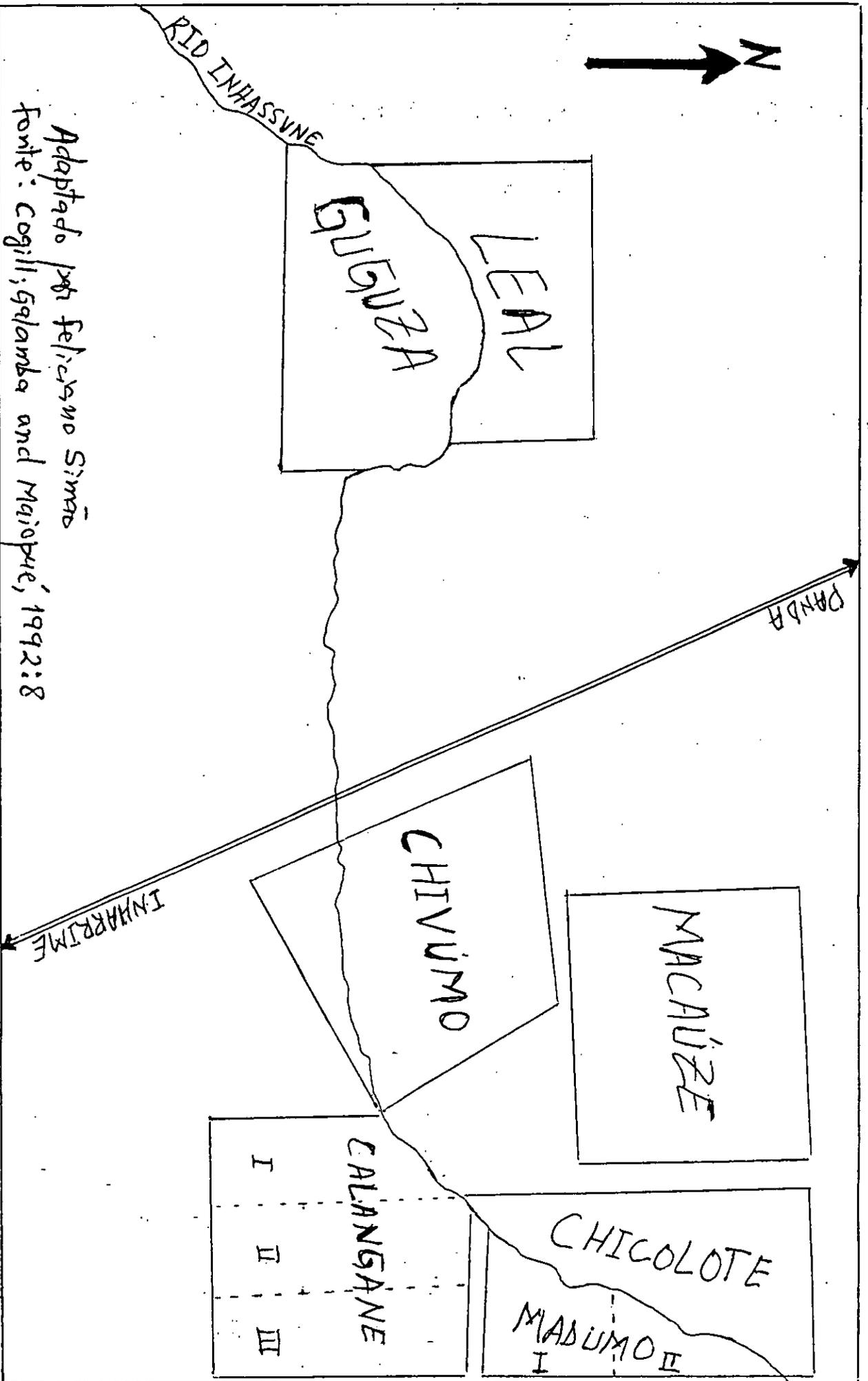
Deste modo, os fracos resultados conseguidos pelo sector estatal do projecto nas primeiras três campanhas agrícolas (1985/86 e 87/88), a escassez da mão-de-obra nos períodos de pico e a necessidade de adaptar o projecto às mudanças sócio-económicas impostas pelo PRE desde 1987, cujas medidas defendem a retirada da intervenção do Estado do processo de produção para passar a centrar-se na elaboração de políticas e estratégias de desenvolvimento agrário, acentuando o papel indubitável das famílias camponesas para o melhoramento dos níveis de produção. Estes foram os principais factores que levaram a reestruturação da concepção inicial do projecto.

---

<sup>139</sup> Castel-Branco, 1994:66; Abrahamsson & Nilsson, 1998:49.

<sup>140</sup> Ministério da Agricultura, 1990:13.

<sup>141</sup> A falta da rede comercial no meio rural onde os camponeses pudessem vender o seu excedente em troca de bens de consumo, sementes e instrumentos agrícolas necessários, no período que vai desde a independência até 1986, serviu como desincentivo à produção: "porque produziu muito excedente se não tem onde comercializá-lo?". Ver Abrahamsson & Nilsson, 1998: 46 e 229; Bowen, 1990:10.



Adaptado por Feliciano Simão

Fonte: Cogill, Galamba and Maior, 1992:8

Mapa 4: Localização dos blocos de produção agrícola (sem escala)

Dessa reestruturação destacou-se a necessidade de desviar a política e/ou estratégia de desenvolvimento agrícola assente em machambas estatais para enfatizar o papel da agricultura familiar de pequena escala. Foi assim que a partir de 1989/90 as terras anteriormente só trabalhadas em moldes estatais foram largamente atribuídas ao sector familiar que, mediante o apoio material e técnico do projecto, passaram a produzir o algodão, milho e outras culturas alimentares.

Ainda no contexto da reestruturação do projecto, nos finais de 1990 o director-geral cessou as suas funções, tendo sido substituído por uma engenheira agrónoma com uma nova designação correspondente da nova época - coordenadora do projecto. No mesmo período o projecto separa-se da EEAI, passando a ter uma direcção própria e autónoma, responsável pela planificação e execução das suas actividades.<sup>142</sup> Deste modo, ficava eliminado o sistema de planos centrais que até então vinham vigorando.

#### **4.2. Estrutura da produção agrícola no sector familiar. O processo de distribuição de terras e a agricultura por contrato**

A partir da campanha agrícola 1989/90, além da revisão do plano de culturas iniciou o forte envolvimento do sector familiar com a introdução de blocos de produção. A implementação desta nova estratégia mereceu um forte trabalho de mobilização e muito cedo os resultados obtidos mostraram-se animadores.

Na verdade, o processo de distribuição de terras anteriormente trabalhadas em moldes estatais ao sector familiar começou muito antes de 1989/90, provavelmente data desde 1986/87,<sup>143</sup> enquadrando-se dentro das reformas previstas pelo PRE. Contudo, foi a partir de 1989/90 que a nova estratégia tornou-se mais difundida e, o sector estatal deixou de ser predominante. Deste então, o número dos camponeses que integravam o sector familiar organizado subia de ano para ano, tendo atingido o seu máximo em 1991/92 com 2210 camponeses e, baixou para 996 em 1993/94 devido a saída da população para os locais de origem depois do AGP; mas a partir de 1994/95 o número voltou a subir com o retorno das populações (ver a última coluna da tabela n.º 5).

Estes números provam a aceitação por parte dos camponeses desta nova estratégia, por isso, na campanha 1990/91 foi completamente extinto o sistema das machambas estatais e substituído na sua totalidade pelo sector familiar organizado. Tratava-se, portanto,

<sup>142</sup> Entrevistas com Acácio Cumbane, Inhassune, 08.06.2001; Filomena Maiopué, Maputo, 21.05.2001.

<sup>143</sup> APIR, Avaliação e Proposta de Desenvolvimento Integrado do Projecto Inhassune Ramalhusca. [Maputo], Fevereiro de 1991:6; APIR, Projecto Inhassune/Ramalhusca. Relatório para o Ministério das Finanças. Maxixe, 16.04.1990:1.

de voltar a herdar o sistema de organização dos camponeses utilizado pelo IAM no período colonial, no qual os camponeses da região haviam se familiarizado, além de que a produção individual faz parte da "tradição" deste campesinato, a qual foi negligenciada nos primeiros anos da independência. Daí talvez que se justifica a maior aderência a esta nova estratégia de desenvolvimento.

A área total disponível para a agricultura era de cerca 4128 hectares, dividida em dez blocos. Por cada bloco existia um técnico (básico/médio) agrícola e um enquadrador, que eram chefe e subchefe do bloco, respectivamente. Junto da direcção de cada bloco existia uma equipa de "líderes" dos camponeses, estes trabalhavam em estreita colaboração com a direcção do bloco representando os interesses daqueles. Os camponeses encontravam-se distribuídos pelos diferentes blocos (ver os anexos n.º 10 e 11).

A distribuição de terras pelos camponeses não obedecia a nenhuns critérios pré-estabelecidos ou sistematizados. No início de cada campanha agrícola, os responsáveis pelo bloco procediam o levantamento dos camponeses interessados em inscreverem-se para ocupar as áreas. Na base desse levantamento o projecto preparava mecanicamente a terra e posteriormente distribuía-a pelos camponeses, ademais, o projecto fornecia aos camponeses o apoio técnico regular, semente, fertilizantes (adubo), herbicidas e insecticidas, garantia o transporte da produção das zonas de produção para os armazéns no caso do algodão e/ou para a casa do camponês em casos dos cereais, bem como fornecia outras matérias-primas necessárias à produção. Por sua vez, o camponês com a assistência técnica dos responsáveis pelo bloco, fazia as operações manuais que iam desde a adubação da terra, sementeira, sacha, aplicação dos herbicidas e insecticidas até a colheita.<sup>144</sup>

No fim da campanha, os custos de produção de cada camponês que iam sendo registados no seu cartão que lhe fora entregue na altura da sua inscrição, eram cobrados em espécie (algodão) e o remanescente era vendido ao projecto. Por estas razões, consideramos que no sector familiar organizado praticava-se uma agricultura por contrato. Em casos de má colheita, a produção do algodão era dividida numa percentagem igual entre o projecto e o camponês, ficando os custos de produção desse ano a pesarem mais sobre o projecto. Esta política visava incentivar os camponeses a manterem-se integrados neste sistema de produção.<sup>145</sup>

<sup>144</sup> Entrevistas com Alexandre Mulele, Inhassune 15.06.2001; Alberto Changuane, Inhassune, 23.06.2001; Acácio Cumbane, Inhassune, 08.06.2001; ver Também, APIR, MAP/Comissão Nacional de Avaliação e Alienação. Memorando de Venda: Projecto Inhassune/Ramalhusca. Maputo, 08 de Agosto de 1997:10.

<sup>145</sup> Entrevistas com Filomena Maiopué, Maputo, 21.05.2001; Acácio Cumbane, Inhassune, 08.06.2001.

Na ausência de critérios sistematizados no processo de atribuição de terras, os chefes dos blocos passaram a considerar e a usar o desempenho do camponês na(s) última(s) campanha(s) como critério básico de selecção dos camponeses e para calcular as dimensões da terra a atribuir a cada um. No princípio cada camponês recebia uma parcela composta por três talhões, cada um com 1 hectare, totalizando 3 no seu todo, devidamente organizados, obedecendo a uma rotação de culturas tecnicamente estabelecida. Nesses talhões os camponeses com a força de trabalho familiar produziam o algodão, milho e outras culturas, sobretudo o feijão nhemba, em regime de sequeiro e no sistema de monocultura. A tabela a baixo mostra como era feita a divisão da parcela familiar nos blocos.

**Tabela nº4: Divisão da parcela familiar nos blocos**

Talhões	Área (Ha)	Ano I	Ano II	Ano III
1	1	Algodão	Milho	Legumes
2	1	Milho	Legumes	Algodão
3	1	Legumes	Algodão	Milho

Fonte: APIR, Projecto de Desenvolvimento Agro-Pecuário Inhassune/Ramalhusca. Relatório apresentado aquando da visita de Sua Excelência o Presidente da República de Moçambique. Inhassune, 20 de Maio de 1991:4.

Este sistema de rotação servia para manter o equilíbrio entre o algodão e as culturas alimentares e assegurar a alimentação básica para os camponeses e, por outro lado, permitia igualmente a existência de excedentes que entravam no circuito de comercialização. Nesta nova estratégia, o milho entrou como cultura principal em substituição da cultura de girassol abandonada na campanha 1988/89 por mostrar-se inviável.

Os nossos informantes Lápisone Wane, João Manuel e Carlos Ngomane, revelam que a maior parte dos camponeses do sector familiar organizado trabalhavam os seus talhões na base da mão-de-obra familiar.<sup>146</sup> Desta forma, as famílias com agregado pequeno possuíam um número reduzido de hectares de terra sob cultivo. Neste contexto, o projecto passou a variar o tamanho de cada talhão em 0,5 a 1 hectare e, com a excepção da cultura do algodão, aceitou a consociação das culturas alimentares (por ex. milho com feijão). A ajuda-mútua ou *tsima* (grupos de trabalho) foi também uma das estratégias usadas, tanto

<sup>146</sup> Algumas famílias com reservas alimentares suficientes e/ou com salários provenientes do emprego no projecto, no exército, no Aparelho de Estado (professores e agentes de saúde) e dos pequenos negócios colaterais (por ex. o da comercialização da pedra), em períodos de pico, usavam mão-de-obra "assalariada" adquirida nas famílias com dificuldades alimentares e/ou de sementes. Esta mão-de-obra era paga em espécie, um cesto ou uma certa quantidade de semente, sal, coco, sabão, farinha de milho, etc., por cada jornada. Estes "assalariados" tornavam-se dependentes deste trabalho uma vez que a sua família perdia a força que pudesse aumentar a produção e, por outro lado permitiu às famílias "ricas" aumentarem cada vez mais as suas áreas de cultivo. Assim, concorria-se para a diferenciação social entre o campesinato.

pelas famílias com reduzido agregado, assim como as com maior agregado para acelerar o trabalho e aumentar a produção.

O papel da mulher na produção do algodão no projecto era de grande importância, não só devido ao seu papel na agricultura mas pelo seu papel social e psicológico na família como o elemento que se responsabiliza pelas. Era geralmente a mulher e as crianças que faziam a maior parte do trabalho agrícola, uma vez que o trabalho agrícola do homem era parcial isto porque ou era trabalhador do projecto ou afecto no exército ou ainda estava ligado a pequenos negócios. Os homens ajudavam as suas famílias no trabalho agrícola na base dos seus rendimentos.

*"As mulheres e as crianças é que mais trabalhavam na agricultura, isto porque os homens daqui de Inhassune tinham outras ocupações, tais como o emprego no PIR, o comércio e a vida militar. Contudo, esses homens ajudavam as mulheres quer através da sua participação nos trabalhos agrícolas nos períodos de folga nas suas ocupações principais, quer com o seu rendimento, do qual uma parte servia para pagar a mão-de-obra usada em períodos de pico (sementeira, sacha e colheita)..."<sup>147</sup>*

A avaliar pelo número dos camponeses integrados, este sistema de produção envolvendo o sector familiar organizado e apoiado pelo projecto teve boa aceitação junto dos camponeses com a sustentação baseada na preparação mecanizada da terra, no apoio técnico que lhes era concedido regularmente e a garantia do mercado para vender o algodão.

*"O projecto ajudava muito aos camponeses...como esta terra de Inhassune é pesada e dura, sendo difícil de trabalhá-la com a tracção animal e muito menos com a enxada de cabo curto, a lavoura mecanizada era uma grande ajuda, para além de que, os técnicos agrícolas explicavam individualmente ou em reuniões dos blocos como se devia cuidar as culturas. Por isso, aqui em nhassune produzia-se muito algodão, milho e feijão"<sup>148</sup>*

Este aumento da produção também nos foi confirmado pela direcção do projecto. Segundo os nossos informantes Filomena Maiopué, Acácio Cumbane e Lourenço Cossa, a introdução do sistema de contrato com o sector familiar permitiu reduzir os custos da produção (poupar recursos na aplicação dos insecticidas, herbicidas – anteriormente a aplicação destes agro-químicos era feita através da pulverização aérea, nesta fase passou a ser feita através de bombas manuais manejadas pelos próprios camponeses - , adubos, poupar combustíveis que anteriormente eram gastos com a “mecanização excessiva”<sup>149</sup>; poupar recursos que anteriormente eram gastos no transporte, alojamento, alimentação da mão-de-obra sazonal recrutada em regiões mais afastadas de Inhassune e poupar recursos que anteriormente eram gastos na remuneração da mão-de-obra) mas aumentando a área de

<sup>147</sup> Entrevistas com Lápisonne Wane, Inhassune, 17.06.2001; Artur Mapanzene, Inhassune, 16.06.2001.

<sup>148</sup> Entrevistas com Irene João, Inhassune, 19.06.2001; Filomena Mendes, Inhassune, 07.06.2001.

<sup>149</sup> A lavoura mecanizada não desapareceu. No entanto, o anterior sistema de 4 lavouras (divididas em 1ª e 2ª lavoura; 1ª e 2ª gradagem) usado nas machambas estatais do PIR foi simplificado para apenas uma lavoura e uma gradagem (numa primeira fase) e, posteriormente, a gradagem foi totalmente extinta.

cultivo, a produção e a produtividade. O rendimento médio por hectare oscilava entre 1000 a 1200 kg e 800 a 1000 kg de algodão e milho, respectivamente. A tabela a seguir apresenta melhor esta realidade.

**Tabela n.º 5: Evolução das áreas cultivadas (Ha) e da produção realizada (Ton.) pelo sector familiar comparadas ao plano.**

ANO	ALGODÃO				MILHO <sup>150</sup>			N.º DE CAMPO NESES
	Ha*	Realizado			Realizado			
		Ha	Ton	Rend Ton/Ha	Ha	Ton	Rend Ton/Ha	
1985/86	-	-	-	-	-	-	-	-
1986/87	-	52	16	0.4	-	-	-	109
1987/88	-	250	81	0.3	-	-	-	255
1988/89	200	329	429	0.9	393	30	0.08	619
1989/90	700	560	1020	1.8	560	1120	2.0	841
1990/91	1500	1066	1646	1.5	1004	681	0.68	1700
1991/92	1500	1681	1330.3	0.79	1681	816	0.49	2210
1992/93	1100	1202	723	0.76	1202	1916	1.6	1808
1993/94	600	610	756	1.2	610	908	1.49	996
1994/95	855	858	433	0.5	858	0	-	1223
1995/96	830	819	896.1	1.094	819	800	0.98	1332
1996/97	800	837	596.2	0.712				1520
1997/98	724	708	645.6	0.911				1460
1998/99	800	259	97.5	0.37				462
TOTALS			8669.7			6271		

\*plano interno do projecto

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados obtidos nas seguintes fontes:

DPIAM, Projecto Inhassune/Ramalhosa. Relatório para o Ministério das finanças. Maxixe, 16.04.1990;

Relatório para o Ministério das finanças. Maxixe, 20.04.1994;

Relatório. Inhassune, 19 de Julho de 2000.

Pela tabela acima apresentada, verifica-se que a partir de 1989/90 a produção do algodão aumenta. Contudo, este crescimento baixa a partir de 1992/93 devido, por um lado, à seca e por outro, à saída da população de Inhassune para os seus locais de origem depois do Acordo Geral de Paz. A partir da campanha 94/95 a produção tende a aumentar não só devido às condições climáticas favoráveis, como também devido ao retorno da população a Inhassune, o que indica que a população encontrava na zona de projecto um local propício para a sua actividade sócio-económica. O crédito agrícola favorável (ou seja, o apoio técnico, a lavoura mecanizada e o acesso aos insumos agrícolas) que o projecto providencia aos camponeses constituía o principal atractivo e incentivo para o fluxo populacional.

<sup>150</sup> A produção do milho oscilava muito devido à sua vulnerabilidade à seca. Nos anos de chuvas regulares a produção subia e nos anos de seca baixava. Este último caso foi vivido com maior peso na campanha 1994/95, na qual a produção do milho não foi significativa devido a seca. O mesmo se passou na campanha 1988/89, onde dos 393 hectares de milho semeados apenas se obteve 30 toneladas.

### 4.3. A comercialização agrícola e o incremento da circulação monetária na região

*"A agricultura e a comercialização são duas actividades que devem ajustarem-se para o seu sucesso."*<sup>151</sup>

O dilema da falta de mercados para a comercialização do excedente agrícola constitui um dos principais problemas enfrentados pela maioria dos pequenos camponeses moçambicanos até a actualidade. A questão de fundo é encontrar resposta para a seguinte pergunta retórica: *"porquê produzir muito se não existe mercado para comercializar o excedente?"* Segundo Abrahamsson & Nilsson, secundado por Bowen<sup>152</sup>, a rede comercial funcionava como incentivo para o aumento da produção, isto porque os camponeses só estão dispostos a produzirem muito quando existe um mercado no qual possam vender a sua produção em troca de bens de consumo básicos (por ex. sal, sabão, açúcar, petróleo, roupa, etc.), insumos agrícolas (sementes e agro-químicos) e instrumentos de trabalho (enxadas, catanas, machados, etc.). Esta realidade adequa-se à situação vivida em Inhassane. Nesta região, o aumento da produção camponesa no sector familiar organizado foi incentivado pela existência de um mercado disponível para a colocação da produção, sobretudo a do algodão que era vendido na sua totalidade ao projecto. Lutando por produzir mais para o mercado ficava completamente garantida a segurança alimentar do campesinato.

Mais de 70% dos nossos informantes afirmaram que no sector familiar organizado a sua preocupação em termo de cereais (milho e feijão) não era só de produzir o suficiente para a sua alimentação, mas também um excedente que era dividido em duas partes, uma reservada para a semente e a outra era vendida no mercado local aos comerciantes privados (vulgo *"vaguevas"*), que na altura das colheitas frequentavam a região, geralmente vindos das cidades de Maxixe, Inhambane, Xai-Xai e Maputo.

Deste modo, a comercialização do milho e do feijão era garantido por estes comerciantes uma vez que o projecto nunca se envolveu directamente na comercialização destes produtos. Segundo a nossa informante Filomena Maiopué, o projecto não se envolveu na comercialização dos cereais do camponês porque, por um lado, não lhe interessavam devido a falta de mercado seguro e a sua fácil deterioração. Por outro lado, porque a introdução destes cereais visava garantir a subsistência do produtor enquanto

---

<sup>151</sup> Ferrinho, 1967:42.

<sup>152</sup> Bowen, 1990:10.

estiver a produzir o algodão (cultura prioritária do PIR); era necessário manter o sistema de rotação de culturas e o equilíbrio entre o algodão e as culturas alimentares.<sup>153</sup>

Entretanto, a falta de conhecimentos dos preços oficiais dos cereais por praticar por cada ano por parte dos camponeses, aliada a abundância da produção dos cereais nos anos de chuvas regulares, beneficiou mais os comerciantes. Os comerciantes aproveitavam-se desta situação para ditarem os seus preços, os quais eram geralmente inferiores aos oficiais. Por exemplo, nos últimos anos o milho foi comprado ao produtor a um preço que variava de 20 a 30 mil meticais (Mt) por cada lata de 20 a 25 litros, sendo o preço de 20 mil Mt o praticado na altura das colheitas e que vai subindo para os 30 mil Mt quando começa a carência do produto. O camponês, temendo a deterioração do seu produto devido a falta de locais de armazenamento seguros e, por outro lado, preocupado em obter dinheiro para os diversos fins, vendia-o ao preço fixado pelos comerciantes.<sup>154</sup> Esta situação contribuía mais para enriquecer estes intermediários ao mesmo tempo que reduzia os ganhos do camponês, minando deste modo o desenvolvimento deste produtor.

Apesar deste constrangimento, a venda do algodão e dos cereais (milho e feijão), bem como o emprego no projecto, contribuíram para incrementar a circulação monetária na região, proporcionando assim às famílias envolvidas um rendimento líquido, conforme nos conta Pedro Guambe, Venâncio Mutuque e Alexandre Mulele,

*"Na altura do projecto aqui em Inhassune existia muito dinheiro para quem dedicava-se ao trabalho agrícola. Nos meses de Março a Junho vendia-se o milho e o feijão da 1ª época, em troca de dinheiro e/ou de bens de consumo e de uso doméstico que davam falta ao camponês (baldes, bacias, latas, etc.) e nos anos de boas chuvas, entre o mês de Junho e Julho tirava-se o milho da 2ª época que também entrava no circuito da comercialização. Nos meses de Agosto a Setembro obtinham dinheiro com a venda do algodão ao projecto. O dinheiro que obtinham com a venda da sua produção, em particular o algodão era muito nesse tempo porque chegava para satisfazer as necessidades básicas de uma família média, tais como comprar açúcar, petróleo, sabão, óleo, livros para as crianças, roupa e outros bens de consumo e uso não produzidos localmente."<sup>155</sup>*

A maioria dos nossos entrevistados afirmaram terem conseguido pagar a formação académica e/ou técnico profissional (básica, média e alguns mesmo superior) dos seus filhos na base do dinheiro obtido nas suas relações com o projecto.<sup>156</sup>

Alguns camponeses que produziam muito algodão e cereais, com a venda destes produtos conseguiram comprar cabeças de gado (para iniciar e/ou aumentar a sua criação),

<sup>153</sup> Entrevista com Filomena Maiopué, Maputo, 21.05.2001. Porém, o projecto envolveu-se na comercialização dos cereais de forma indirecta, ou seja, o seu empenho na construção e manutenção de estradas e picadas que ligavam as zonas de produção aos locais de comercialização foi crucial, tendo permitido o fluxo de comerciantes privados em Inhassune.

<sup>154</sup> Entrevistas com F. Phumule e A. Amigo, Inhassune, 15.06.2001; Xavier Macuácuá, Inhassune, 18.06.2001.

<sup>155</sup> Entrevistas com P. Guambe, 08.06.2001; V. Mutuque, Inhassune, 28.06.2001; A. Mulele, 15.06.2001.

outros construíram casas com o material convencional nas suas zonas de origem e, um pequeno grupo composto por técnicos agro-pecuários, talvez pelas facilidades que tinham como pessoas ligadas aos membros da direcção do projecto, compraram carros ligeiros e motobombas, as quais até a realização do nosso trabalho de campo usavam para a irrigação das hortícolas que cultivam nas margens do rio Inhassune.<sup>157</sup>

Este pequeno estrato de camponeses prósperos tinha acesso a locais seguros para armazenar a sua produção de cereais (geralmente usavam os armazéns do projecto) à espera de melhores preços no mercado local ou com o uso dos seus próprios meios (e não raras vezes do projecto) transportavam os cereais e hortícolas para os mercados das cidades da Maxixe, Inhambane e para as vilas distritais de Panda e Inharrime, onde a procura e o lucro eram maiores. Para além de que, as mesmas pessoas tem grandes manadas de cabeças de gado que obtiveram e começaram a criar com a sua integração no Projecto.<sup>158</sup>

Esta situação revela que as vantagens e os ganhos da elite do projecto foram maiores que as adquiridas pela maioria dos simples camponeses. Esta situação concorreu para a diferenciação social no seio da população local. Trata-se de um novo estrato de camponeses prósperos (diferentes dos que eram no período colonial), composto por trabalhadores qualificados (técnicos agro-pecuários) que usaram o seu salário e o ganho com o algodão não fundamentalmente para a subsistência familiar, mas antes para o investimento e acumulação na produção agrária familiar.

Uma outra prova do incremento da circulação monetária na região pode ser confirmada pela proliferação de comerciantes na região. Da única loja do projecto que existia até 1987, a partir de 1988/89 surgiu em Inhassune-sede um mercado com mais de 30 bancas fixas, três padarias e vários vendedores ambulantes. A mesma situação verificava-se noutras aldeias do projecto.

A mulher colheu muitas vantagens com a implementação do projecto. Por um lado, com o projecto a garantir empregos a população local, os homens deixaram de deslocar-se para longe à procura destes, passando assim a participar lado a lado com a mulher nos problemas e desafios diários da família. Por outro, o projecto permitiu à mulher ter acesso e controlo dos recursos financeiros, uma vez que a comercialização da produção era feita

---

<sup>156</sup> O autor deste trabalho testemunhou esta realidade e, a sua formação académica foi custeada na base do dinheiro obtido pelo pai que teve um vínculo com o PIR em toda as suas duas fases de vivência.

<sup>157</sup> Encontram-se neste grupo os senhores Horácio Joaquim, Henrique Santos, António Zandamela, Acácio Cumbane e Lourenço Cossa. Com a excepção do L. Cossa, todos estes tem 1 a 2 motobombas e pelo menos um carro em circulação.

<sup>158</sup> Esta informação resulta da experiência do autor em termos de vivência desta realidade, bem como da observação directa que fez durante os 30 dias de trabalho de campo em Inhassune.

junto dos locais de residência. Deste modo, quebrou-se a anterior situação em que dada a longa distância que se tinha de percorrer para encontrar locais de comercialização, o que fazia com que só o homem fosse o mais capacitado a fazê-la. Bem como criou oportunidades de emprego de mulheres junto dos seus lares.

Em suma, a existência de um mercado disponível para colocação da produção, sobretudo a do algodão foi o principal incentivo para o aumento da produção por parte dos camponeses. No caso particular dos cereais (milho e feijão), a luta por obter maior produção possível para comercializá-la, contribuiu para o aumento da produção e, conseqüentemente, a manutenção da auto-suficiência alimentar dos produtores.

#### **4.4. Outros serviços de apoio à população versus incentivos e atractivos para o fluxo populacional.**

Para além do crédito agrícola favorável que o projecto providenciava aos camponeses, ele realizava um conjunto de actividades que directa ou indirectamente beneficiavam a população local. Estas actividades iam desde a reabilitação e construção de infra-estruturas sociais e económicas a apoio em transporte de carga e de passageiros.

Na área das construções, o projecto desde o início da sua implementação até a sua privatização sempre garantiu a construção e manutenção das estradas e picadas que ligavam a sede deste aos locais de produção e de residência (no caso das suas aldeias), bem como da principal estrada de terra batida que liga os distritos de Panda a Inharrime. Esta situação facilitava a circulação de pessoas e bens, além de que dado a falta de transportes de passageiros privados na região, no período que vai até 1994/5, o projecto muitas vezes utilizava os seus meios de transportes para transportar famílias de Inhassune aos diferentes destinos, em particular dentro da rota Inhassune-Maxixe-Jangamo, que pelos interesses do próprio projecto era a mais frequentada pelos seus camiões.

*"O projecto ajudava muito a população na área dos transportes...o projecto mediante um pedido encaminhado à sua direcção fornecia um meio de transporte (camião ou tractor) para transportar a produção de milho e feijão de uma machamba que distasse mais de 5 km da casa do produtor, para transportar lenha e material de construção das palhotas da população que era adquirido a mais de 10 km de Inhassune, para transportar doentes de uma zona distante para o hospital local, bem como, para trasladar uma urna de Inhassune para o local de origem da família do falecido. O projecto dava transporte para todos os efeitos sem que para tal o beneficiário tivesse que pagar algum dinheiro. Para além de que a simples construção e manutenção de estradas e picadas locais facilitava a circulação de pessoas por meios próprios, por exemplo a carroça animal, bicicleta e carros...uma situação que agora é difícil porque as vias estão péssimas...." <sup>159</sup>*

<sup>159</sup> Entrevista com Matsitsimane Shiuane, Inhassune, 14.06.2001; Victorino Simão, Inhassune, 26.06.2001

A partir de 1990 o projecto iniciou com a construção e reabilitação das suas infra-estruturas, tendo contemplado também as de âmbito social. Neste âmbito, em 1993/4 iniciaram as obras da reabilitação e ampliação da maternidade local construída em 1971 e que até então servia também como posto sanitário. A ampliação da maternidade em centro de saúde consistiu na construção de duas enfermarias com 22 camas (sendo uma feminina e outra masculina); um laboratório, um consultório, uma farmácia, uma sala de tratamentos, uma casa mortuária e uma casa para o enfermeiro chefe. Além disto, o projecto financiou a aquisição do respectivo equipamento do centro de saúde.<sup>160</sup>

No mesmo período iniciaram também as obras de reabilitação e ampliação da escola primária local construída no tempo colonial. De duas salas de aulas que existiam até a data da independência nacional, o projecto financiou a sua reabilitação e construção de um novo pavilhão composto por quatro salas de aulas, uma secretaria e dois gabinetes para a direcção da escola e uma casa para o director da escola, bem como financiou a aquisição do respectivo equipamento.<sup>161</sup>

Tanto na escola assim como no centro de saúde foi feita a instalação eléctrica e beneficiavam de energia a partir do gerador do projecto. Com a electrificação da escola pretendia-se implementar o curso nocturno para garantir a continuação de estudos dos trabalhadores e da população em geral, mas este objectivo não chegou de ser alcançado. A construção do centro de saúde e a ampliação da escola primária local (que de 1ª a 5ª classes que leccionava até então, passou a leccionar também as 6ª e 7ª classes) beneficiou muito a população local. Para tal basta reparar que as duas infra-estruturas sociais vieram reduzir as longas distâncias que as populações de Inhassune e arredores tinham que percorrer à procura de um centro de saúde e de uma escola de EP2 para matricular os seus filhos, que na localização de Inhassune só podiam recorrer as sedes dos distritos de Panda e/ou de Inharrime, distando 28 e 32,5 km, respectivamente.

*"O projecto apoiou muito a população desta zona com a construção do centro de saúde e da escola primária completa de Inhassune. Isto veio resolver o sofrimento que enfrentavam na assistência sanitária e escolar. Antes da construção destas infra-estruturas tinham que ir até Panda sede e/ou Inharrime para ter assistência sanitária (uma vez que na maternidade de Inhassune só prestavam-se os primeiros socorros) e para matricular os filhos no EP2...o que não era fácil obter vaga para todos os filhos no EP2 de Panda porque a nível de todo o distrito era a única EP2, portanto não conseguia absorver a demanda..."<sup>162</sup>*

Em 1992/93 o projecto financiou a construção de um sistema canalizado de fornecimento de água potável não salubre para o consumo da população local. Com efeito,

<sup>160</sup> Entrevistas com Acácio Cumbane, Inhassune, 08.06.2001; Filomena Maiopué, Maputo, 21.06.2001; ver também, ACNUR/PNUD, 1997:11.

<sup>161</sup> Idem.

foram montados fontanários públicos para além dos montados nas residências onde viviam os membros da direcção do projecto e no centro de saúde. Nos fontanários públicos a população obtinha água para o consumo sem que para tal tivesse que pagar dinheiro. Este novo sistema de fornecimento de água veio reforçar o antigo sistema de fornecimento de água na base dos 7 furos (distribuídos na proporção de 1 por cada aldeia) construídos em 1987/88 pela GEOMOC com o financiamento do projecto.<sup>163</sup> O projecto também financiou a construção de uma casa de frescos, ou seja, uma loja com sistema de refrigeração onde pela primeira vez na história da região a população local passou a poder dispor através da compra, bebidas e outros produtos frescos. Por outro lado, o projecto montou em Inhassune em 1993 uma antena parabólica onde a população local organizada assistia os grandes acontecimentos nacionais e internacionais.

Todas estas realizações e construções foram feitas no período entre 1992/3 a 1995/6. A maioria das construções e reabilitações foram executadas pela empresa de construção civil, a ADPP, contratada para o efeito em 1990/1.<sup>164</sup>

O fácil acesso à terra e ao crédito agrícola favorável proporcionado pelo projecto aos camponeses, a existência de um mercado disponível para a colocação da sua produção agrícola, a segurança militar, bem como a prestação de serviços de âmbito sócio-económicos (por exemplo, a construção e manutenção de estradas e picadas locais, do centro de saúde, da escola primária completa de Inhassune, o fornecimento de água potável), constituíram os principais incentivos ou atractivos para o fluxo populacional que a região de Inhassune assistiu com maior destaque entre 1985/86 e 1999.

Uma parte dessa população já regressou às suas zonas de origem e outra em número significativo está fixada definitivamente na região. O impacto positivo do projecto verifica-se pelo nível sócio-económico dos camponeses (a nível familiar) e da comunidade local em geral, que é relativamente melhor quando comparado ao período anterior do projecto e, muito melhor que dos outros camponeses das zonas que não se beneficiaram deste projecto.

---

<sup>162</sup> Entrevistas com Victorino Simão, Inhassune, 26.06.2001; Julieta A. Malate, Inhassune, 20.06.2001.

<sup>163</sup> APIR, Projecto Inhassune/Ramalhusca. Abastecimento de água em 1988: furos abertos para o abastecimento de água para o consumo humano. [Maxixe, 1988]; Entrevista com J. Manuel, Inhassune, 10.06.2001.

<sup>164</sup> O início tardio das construções estava ligado á insegurança provocada pela guerra, as empresas de construção civil não aceitavam arriscar os seus homens. Ver APIR, Projecto de Desenvolvimento Agro-

### Considerações finais

A ideia para o desenvolvimento da região de Inhassune na base de um projecto agro-pecuário data desde 1978/79, tendo sido prosseguida em 1980 com a elaboração de um estudo de viabilidade técnico-económica e sua aprovação em Dezembro do mesmo ano. A existência de boas potencialidades agrárias, essencialmente pecuárias, motivou a instalação deste projecto, cujas áreas de intervenção foram definidas incorporando a criação do gado de corte e produção do algodão e girassol. Contudo, devido a insegurança militar causada pela guerra civil, o início da implementação do projecto só se deu em 1985/86.

O PIR que na sua fase inicial foi implementado nos moldes estatais, surgiu no contexto da política agrária delineada no 3º Congresso da FRELIMO, em 1977, a qual definiu as empresas estatais agrárias como o ponto fulcral da estratégia para o desenvolvimento rural. Neste âmbito, desde 1977 até 1986, várias outras empresas agro-pecuárias e/ou agro-industriais estatais foram criadas no País, com particular destaque para o CAIL e o CAIA. Muito cedo, esta estratégia de desenvolvimento mostrou-se inviável devido, por um lado, a excessiva concentração de recursos financeiros, técnicos e materiais (a mecanização) sem retorno do investimento devido a factores como produtividade baixa, problemas de comercialização, preços e os efeitos da guerra que se verificava, e por outro lado, as machambas estatais em geral e do projecto em particular, criaram ou reforçaram contradições antagónicas entre o novo governo (representado a nível local pelo PIR) e os camponeses.

O descontentamento dos camponeses de Inhassune estava ligado a forma como o projecto foi implantado. A população local, assim como de outras regiões onde foram implantados projectos estatais semelhantes, não foi dada a oportunidade de participar na definição das políticas destinadas ao desenvolvimento das suas regiões. Todas as iniciativas eram definidas de *"cima para baixo"*, transformando assim a população inserida no projecto em meros objectos das políticas de desenvolvimento e não sujeitos activos do processo. O papel da população local restringia-se apenas ao fornecimento de mão-de-obra, geralmente sazonal, e num sistema em que os interesses do projecto sobrepunham-se aos dos pequenos produtores. A reacção mais vulgar do campesinato foi de não deixar-se contratar facilmente enquanto a sua segurança alimentar não fosse garantida, esse facto reforçou a escassez da mão-de-obra nas machambas estatais do PIR, contribuindo deste

modo para a queda da produção (e para o fracasso parcial desta estratégia). Isto porque perante a coincidência entre as necessidades da mão-de-obra nos sectores estatal e familiar, o camponês optava por cuidar em primeiro lugar da sua pequena produção pois ela é que garantia a reprodução da sua família.

Perante os problemas acima referidos e procurando adequar o projecto às transformações sócio-económicas que estavam em curso no País desde 1987, com a introdução do PRE, a concepção inicial do projecto que estabeleceu o desenvolvimento deste em moldes estatais foi alterada. A reestruturação da estratégia de desenvolvimento do projecto começou em 1989/90 e consistiu, fundamentalmente na distribuição das terras anteriormente usadas nos moldes estatais a unidades familiares, formando assim o sector familiar organizado. No sector familiar organizado os camponeses passaram livremente a produzir algodão, milho e feijão, na base de um crédito agrícola favorável proporcionado pelo projecto, o qual era constituído por apoio técnico regular e material (sobretudo a lavoura mecanizada da terra e a disponibilização de insumos agrícolas- semente, fertilizantes e pesticidas). Isto permitiu o aumento da produção e da produtividade, o que por sua vez contribuiu para a manutenção da segurança alimentar do campesinato envolvido.

O PIR proporcionou às famílias envolvidas um rendimento líquido a partir da venda do algodão suplementado pelo cultivo de culturas alimentares nas parcelas disponíveis, para a venda ou consumo caseiro. Para além disto, o PIR complementava a produção agrícola com um acesso pronto a serviços essenciais incluindo saúde, educação, fornecimento de água e extensão agrícola. Podemos resumir às vantagens potenciais que os camponeses locais tiveram nas relações com o projecto: i) acesso a novas tecnologias; ii) facilidades de obtenção de insumos agrícolas e serviços locais; iii) mercado disponível para colocação da produção; iv) incremento nos rendimentos monetários; v) diminuição do desemprego na região. Os empregos e auto-empregos oferecidos pelo projecto eram muito procurados numa área em que a escassez de emprego era aguda, o que pressionava a migração da força de trabalho masculina para as cidades de Inhambane, Maxixe, Xai-Xai e Maputo.

Pelas razões anteriormente expostas pode-se concluir que o projecto, não obstante ter experimentado constrangimentos na primeira fase da sua execução, afectou positivamente o bem estar de mais de 1000 famílias. O acesso a terra, o crédito agrícola favorável e tantas outras facilidades que o projecto proporcionava aos camponeses, aliado a segurança militar, constituíram atractivos e incentivos para o fluxo populacional na região

no período 1985/86 e 1999. O sistema de apoio ao sector familiar agrícola organizado pelo projecto é um exemplo ilustrativo e concreto, de como os frequentes discursos políticos sobre a necessidade de apoio ao sector familiar camponês foram transformados numa realidade visível não desfrutada pela maioria da população rural deste País.

No entanto, em 1999 o PIR foi privatizado. Desde então, abriu-se uma nova fase na história de desenvolvimento agrário de Inhassune, caracterizada essencialmente pela retirada dos novos proprietários do fomento do algodão e, conseqüentemente, a abolição de todas as anteriores facilidades de acesso à maquinaria e insumos agrícolas amortizáveis no fim da campanha;<sup>165</sup> o início de conflitos pelo acesso e posse de terra, opondo os novos proprietários e os camponeses locais. Por outro lado, constatámos que a anterior utilização de tecnologias caras na preparação de terrenos (aliada ao facto de os solos serem pesados) para os camponeses criou uma dependência destes em relação ao projecto. Sendo assim, desde a sua privatização, a maioria dos camponeses não conseguem dar continuidade ao anterior sistema de produção que vigorou durante a existência do projecto.

Deste modo, os camponeses da região sentem-se abandonados pelo governo, pois para eles não existiam motivos para a privatização do PIR, o qual o consideram que era o seu melhor parceiro de desenvolvimento, permitindo-lhes aumentar a produção e produtividade e, conseqüentemente os rendimentos líquidos das famílias. Estes factos remetem-nos a levantar uma questão que se relaciona com a eficácia e a oportunidade em que a política liberal de privatizações é implementada. É uma questão que fica em aberto, talvez servirá de base para futuras investigações.

---

<sup>165</sup> DPIAM, IAM. Balanço da campanha algodoeira 1999/2000: Produção e comercialização do algodão caroço. (Relatório referente ao 4º trimestre de 2000). Maxixe, Dezembro de 2000. Trata-se de uma situação similar a que os camponeses de Inhassune enfrentaram com dor aquando do abandono dos colonos portugueses.

## FONTES CONSULTADAS

### 1. Entrevistas

- AMIGO, Artur Arão. Entrevista, Inhassune, 15.06.2001.  
Ex-militar do governo; ex-1º secretário do grupo dinamizador de Inhassune; membro do grupo dinamizador e camponês.
- CHANGUANE, Alberto. Entrevista, Inhassune, 23.06.2001.  
Antigo tractorista e maquinista do PIR; camponês.
- COME, Alberto Maiela. Entrevista, Inhassune, 12.06.2001.  
Camponês e ex-trabalhador do PIR.
- COSSA, Lourenço Moisés. Entrevista, Inhassune, 11.06.2001.  
Técnico agro-pecuário do PIR.
- CUMBANE, Artur. Entrevista, Inhassune, 15.06.2001.  
Antigo trabalhador do IAM; Secretário do grupo dinamizador de Macaúze e camponês.
- CUMBANE, Elias. Entrevista, Inhassune, 29.06.2001.  
Camponês e ex-trabalhador mineiro.
- CUMBANE, Acácio Alexandre. Entrevista, Inhassune, 08.06.2001.  
Ex-director da Unidade de Produção Agrícola Estatal de Inhassune; ex-director do sector familiar organizado do PIR; director executivo do PIR.
- ENOQUE, Fernando. Entrevista, Inhassune, 09.06.2001.  
Camponês e ex-trabalhador do PIR.
- GUAMBE, Pedro Paulo. Entrevista, Inhassune, 08.06.2001.  
Ex-enquadrador; trabalhador do PIR e camponês.
- JOÃO, Irene. Entrevista, Inhassune, 19.06.2001.  
Camponesa.
- MACUÁCUA, Ester Joaquim. Entrevista, Inhassune, 06.06.2001.  
Antiga trabalhadora da Unidade de Produção Agrícola de Inhassune (no âmbito da política operação/produção); camponesa e comerciante.
- MACUÁCUA, Xavier. Entrevista, Inhassune, 18.06.2001.  
Camponês.

- MAIOPUÉ, Filomena Albano. Entrevista, Maputo, 21.06.2001.  
Eng.<sup>a</sup> agrónoma, ex-coordenadora do PIR.
- MALATE, Eva André. Entrevista, Inhassune, 06.06.2001.  
Antiga combatente da luta de libertação nacional; antiga funcionária do Ministério do Interior afecta no Campo de Reeducação de Inhassune; camponesa.
- MALATE, Julieta André. Entrevista, Inhassune, 20.06.2001.  
Enfermeira reformada; camponesa.
- MALATE, André Famanda. Correspondências escritas (1961 a 1974/5).  
Primeiro habitante de Inhassune.
- MANUEL, João. Entrevista, Inhassune, 10.06.2001.  
Ex-enquadrador; trabalhador do PIR e camponês.
- MAPANZENE, Artur. Entrevista, Inhassune, 16.06.2001.  
Ex-militar do governo; ex-trabalhador do PIR; camponês.
- MAPANZENE, Florinda Alfeu. Entrevista, Inhassune, 13.06.2001.  
Antiga professora de alfabetização de adultos no PIR; camponesa.
- MAPILELE, Moisés. Entrevista, Panda, 05.06.2001.  
Chefe da secretaria da Administração do distrito de Panda.
- MENDES, Filomena Laice. Entrevista, Inhassune, 07.06.2001.  
Camponesa e ex-trabalhadora do PIR.
- MULELE, Alexandre Galaze. Entrevista, Inhassune, 15.06.2001.  
Camponês e ex-trabalhador do PIR; membro do grupo dinamizador de Inhassune.
- MUTUQUE, Venâncio. Entrevista, Inhassune, 28.06.2001.  
Antigo ajudante-operador das máquinas pesadas do PIR.
- NHAMUENDA, Adelaide Fabião. Entrevista, Inhassune, 11.06.2001.  
Camponesa.
- NGOMANE, Carlos Sabonete. Entrevista, Inhassune, 10.06.2001.  
Camponês e ex-militar do governo.
- PACULE, Tande. Entrevista, Inhassune, 18.06.2001.  
Líder local ("tradicional").
- PHUMULE, Fernando. Entrevista, Inhassune, 15.05.2001.  
Primeiro secretário do grupo dinamizador de Inhassune; camponês e ex-trabalhador mineiro.

- SIMÃO, Victorino. Entrevista, Inhassune, 26.06.2001.  
Trabalhador do PIR e camponês.
- SHIUANE, Matsitsimane. Entrevista, Inhassune, 14.06.2001.  
Antigo tractorista do IAM e, posteriormente do PIR.
- TCHAMBE, Jossai Ngulaze. Entrevista, Inhassune, 18.06.2001.  
Ex-trabalhador mineiro; ex-camponês do IAM; camponês.
- TSUME, Marcelo Germano. Entrevista, Inhassune, 21.06.2001.  
Ex-trabalhador mineiro; ex-camponês do IAM; camponês.
- WANE, Lápisone. Entrevista, Inhassune, 17.06.2001.  
Ex-militar do governo; ex-trabalhador do PIR; camponês e comerciante.
- WILLI, Catarina. Entrevista, Chacana, 20.12.2000.  
Camponesa.

## 2. Documentos não publicados

Diversos documentos não publicados foram consultados nos seguintes arquivos e instituições:

### a) Arquivo Pessoal da Família Malate (AFM) – (Inhassune)

Neste arquivo, os documentos seguintes foram tidos como sendo particularmente úteis:

- Carta de André Famanda Malate ao senhor director do IAM, eng.º Mário de Carvalho. [Inhassune], [s.d.].
- Carta de André Famanda Malate ao senhor Administrador da Circunscrição de Panda. Loureço Marques, 26 de Abril de 1956.
- Carta de André Famanda Malate ao senhor Administrador da Circunscrição de Panda, João Sousa Lobo. Inhassune, 03.08.1962.
- Carta de André Famanda Malate ao senhor director do IAM, eng.º Mário de Carvalho. Inhassune, 18.02.1964.
- Carta de André Famanda Malate ao chefe do sector algodoeiro de Inhassune. Inhassune, 26.08.1971.
- Carta de André Famanda Malate ao senhor director da Agricultura e Florestas, eng.º Mário de Carvalho. Inhassune, 23.03.1972.
- Carta de André Famanda Malate ao chefe de Repartição da Agricultura e Florestas de Inhambane, senhor Vasco Lebre Mazitulele. Inhassune, 29.08.1975.
- Mensagem dos agricultores de Inhassune por ocasião da inauguração da maternidade de Inhassune. Inhassune, [26.07.1971].
- O princípio do meu sonho (extracto da autobiografia de André Famanda Malate). [Inhassune], [s.d.].

## **b) Arquivo do Projecto Inhassune/Ramalhusca (APIR) – (sede do Projecto-Maputo)**

Neste arquivo, os relatórios e documentos seguintes foram tidos como sendo particularmente úteis:

- AFRICAN DEVELOPMENT FUND (1980). Appraisal Report: Inhassune-Ramalhusca, Agricultural Development Project, Mozambique. [s.l.].
- Avaliação e Proposta de Desenvolvimento Integrado do Projecto Inhassune/Ramalhusca. [Maputo], 1991.
- COGILL, Bruce [s.d]. O Projecto de Algodão de Inhassune: Implicações Para Projectos Futuros. Maputo.
- ERNST & YOUNG (1995). Agricultural Development project for period December, 1980 to April 11, 1995. Maputo, 31 de Dezembro.
- INHASSUNE DEVELOPMENT PROJECT (Loan CS/MZQ Agr. 80/85). Report – quarter 2/94. Maputo, June 4, 1994.
- MAP/ COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO E ALIENAÇÃO (1997). Memorando de venda: PIR (Projecto Inhassune/ Ramalhusca). Maputo, 08 de Agosto.
- PROJECTO DE DESENVOLVIMENTO AGRO-PECUÁRIO INHASSUNE/RAMALHUSCA (1991). Relatório Apresentado Aquando da Visita de Sua Excelência o Presidente da República de Moçambique. Inhassune, 20 de Maio.
- PROJECTO INHASSUNE/RAMALHUSCA (1992). Relatório da actividades da campanha agrícola 1991/92. Inhassune, 15 de Maio.
- PROJECTO INHASSUNE/ RAMALHUSCA (1991). Relatório. Maxixe, 26 de Agosto.
- PROJECTO DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA INHASSUNE/RAMALHUSCA (1986). Relatório trimestral n.º 2: situação entre Abril e Junho de 1986. Maputo, 30 de Junho.
- PROJECTO INHASSUNE/RAMALHUSCA (1994). Síntese da reunião. Inhassune, 03.12.1994.
- PROTECNO (1979). Projecto Inhassune/ Ramalhusca: Documentário: Dados e Informações Complementares. Rio de Janeiro. 2 volumes.
- SECRETARIA DE ESTADO DO ALGODÃO (1990). Proposta para inclusão do Projecto Inhassune/ Ramalhusca no Fundo de Fomento Agrário e de Desenvolvimento Rural (Ministério da Agricultura). Maputo, 22 de Maio.

## **c) No Centro de Estudos Africanos (CEA)**

Neste centro, os documentos seguintes foram tidos como sendo particularmente úteis:

- 2 • ADAM, Yussuf [s.d.]. O programa de desenvolvimento rural de Chitima: da Árvore de natal à intervenção sustentável. Maputo.
- CEA (1978). Reforma agrária e desenvolvimento comunitário na RPM: documento preparado para a conferência mundial sobre a reforma agrária e desenvolvimento comunitário. [Maputo], Julho de 1978. 47p. [doc. 27/I]
- PROJECTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO DE MASSINGA (1989). Relatório das Actividades, Julho 1986/ Dezembro de 1989. Massinga. [doc.37/L]

#### **d) Delegação Provincial (de Inhambane) do Instituto do Algodão de Moçambique (DPIAM)**

Nesta instituição, os seguintes relatórios foram tidos como sendo particularmente úteis:

- INHAMBANE/ IAM (2000). Balanço da campanha algodoeira 1999/2000: produção e comercialização do algodão caroço (Relatório referente ao 4º trimestre de 2000. Maxixe, Dezembro.
- PROJECTO INHASSUNE/ RAMALHUSCA (1990). Relatório Para o Ministério das Finanças. Maxixe, 10 de Janeiro.
- \_\_\_\_\_ (1990). Relatório Para o Ministério das Finanças. Maxixe, 16 de Abril.
- \_\_\_\_\_ (1994). Relatório Para o Ministério das Finanças. Maxixe, 20 de Abril.

#### **e) Direcção da Economia Agrária (DEA) – (Ministerio da Agricultura e Desenvolvimento Rural)**

No centro da documentação da DEA, os relatórios e documentos seguintes foram tidos como sendo particularmente úteis:

- INHAMBANE/ Direcção Provincial da Agricultura (1988). Critérios para a Fundamentação de Reorganização do Sector Produtivo Empresarial Estatal: Empresa do Algodão de Inhambane, E. E. Inhambane.
- PROJECTO DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE INHASSUNE/ RAMALHUSCA (1987). Relatório. Maxixe, Novembro.

#### **f) No Instituto de Investigação Agronómica (INIA)**

Nesta instituição, os documentos seguintes foram tidos como sendo particularmente úteis:

- PROTECNO, (1979). Projecto Inhassune/ Ramalhusca: Cartas. Rio de Janeiro.
- PROTECNO (1979). Projecto Inhassune/ Ramalhusca: Documentário: Dados e Informações Complementares. Rio de Janeiro. 2 volumes.

### **3. Teses e artigos não publicados**

- ABREU, Ana F. S. Sengo de (1999). O Reajustamento Estrutural e o Seu Impacto em Moçambique (1982-1997): Uma Abordagem Histórica. UEM/ Faculdade de Letras/ Departamento de História (Tese de licenciatura).
- ADAM, Yussuf (1996). Trick or Treat: the Relationship Between Destabilisation, Aid and Government Development Policies in Mozambique 1974-1990. Roskilde University (A dissertation for the PhD degree).
- ALMEIDA SERRA, A. M. (1991). Política Agrária e Desenvolvimento Económico e Social na República Popular de Moçambique, 1975-1985: Contribuição Para o Estudo da Economia Política da República Popular de Moçambique. Lisboa: Instituto Superior

de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa. (Dissertação de Doutoramento).

- ANSELMO, Jorge Miguel (2000). A Agricultura e Métodos de Comunicação na Extensão Rural: O Caso do distrito de Angónia. UEM/ Faculdade de Letras/ Departamento de História (Tese de licenciatura).
- ARAÚJO, Manuel G. M (1988). O sistema das aldeias comunais em Moçambique: Transformação na Organização do Espaço Residencial e Produtivo. Universidade de Lisboa (Dissertação de Doutoramento).
- CANCELAS, Alexandre (1965/6). A Terra e o Desenvolvimento Comunitário em Moçambique. Tese de licenciatura apresentada na cadeira de política Ultramarina.
- CANHANGA, Nobre de Jesus Varela (2001). Descentralização, Participação Comunitária e Desenvolvimento Municipal: o Caso do Município de Quelimane. UEM/UFICIS (Tese de licenciatura).
- CARDOSO, Fernando Jorge (1991). Estratégias, Economias Locais e Empresas Agrárias: o Desenvolvimento em Moçambique. Lisboa: UTL/ Instituto Superior de Economia e Gestão. (Dissertação de Doutoramento).
- CARRILHO, João (1989). Alguns Aspectos da Intervenção do Estado no Apoio ao Desenvolvimento Rural. Maputo. 13p. [CEA: doc. 37/G]
- CENTRE FOR DEVELOPMENT RESEARCH (2001). Aid Impact: Development Interventions and Societal Processes Centre for Development Reseach. Copenhagen. [Colecção Yussuf Adam].
- CUAHELA, Ambrosio (1998). Análise da Estratégia Para o Desenvolvimento Rural Integrado: Experiências em Namarrói (1975-1983). UEM/ Faculdade de Letras/ Departamento de História (Tese de Licenciatura).
- HERMELE, Kenneth (1987). O Ponto de Partida: Diferenciação Rural e Estratégia de Desenvolvimento: Apontamentos Sobre Moçambique no Período de Transição, 1974-1977: Rascunho. Estocolmo, Fevereiro [CEA: 34/A]
- LUÍS, Momade (1998). Participação da Comunidade na Gestão de Recursos naturais na Ilha de Quilua no distrito de Angoche - Nampula. UEM/ Faculdade de Letras/ Departamento de Geografia (Tese de licenciatura).
- MAZIVE, Elias Sebastião (1995). Desenvolvimento Rural em Boane e Moamba: uma abordagem geográfica. UEM/ Faculdade de Letras/ Departamento de Geografia (Tese de licenciatura).
- NIELSEN, Henrik and ADAM, Yussuf (2000). An Impact of Study of Danish Agricultural Development Project in the Tete Province in Mozambique. [colecção Yussuf Adam].
- Programa de Reabilitação Económica: sector agrícola. Maputo, 1986. 11p.[CEA: 35/B]
- VALÁ, Salim (1996). A História da Posse de Terra na Região Agrária de Chokwé (1975-1995). UEM/ Faculdade de Letras/ Departamento de História (Tese de licenciatura).

## 4. Documentos publicados

### 4.1. Legislação

- GOVERNO DE MOÇAMBIQUE (1977). *Estatutos-tipo das empresas estatais (Decretos-leis n.º 17/77 e 18/77, 28 de Abril)*. Maputo.
- GOVERNO DE MOÇAMBIQUE (1981). *Lei de organização e Funcionamento das Empresas Estatais (lei n.º 2/81, Boletim da República, n.º 39, Série I, de 30 de Setembro)*. Maputo.

### 4.2. Documentação

- ACNUR/PNUD (1997). *Perfis de desenvolvimento distrital: Distrito de Panda*. Maputo: ACNUR/PNUD.
- CEA (1983). *Famílias Camponesas da Angónia no Processo da Socialização do Campo*. Maputo: CEA.
- COGILL, Bruce; GALAMBA, Irene; MAIOPUÉ, Filomena Albano (1992). *Report of the census of the population in the Inhassune cotton scheme*. (Draft – For Comment) Maputo: UNICEF, 30 December 1992.
- CASIMIRO, José de Figueiredo (1971). *Os solos das baixas do Inhassune (Panda, Homoíne, Inhambane e Inharrime)*. Lourenço Marques: IIAM. Série IIAM, Comunicações n.º 61.
- Comissão Técnica de Planeamento e Integração Económica da Província de Moçambique (1966a). *III Plano de Fomento. Parte II (Relatórios sectoriais: povoamento)*. Lourenço Marques.
- \_\_\_\_\_ (1966b). *III Plano de Fomento. Parte I: Povoamento, indústria extractiva, água*. Lourenço Marques.
- *Dicionário Enciclopédico*. Rio de Janeiro: Larousse Selecções, 1979.
- FRELIMO (1977a). *Directivas Económicas e Sociais do 3º Congresso*. Maputo: INLD.
- \_\_\_\_\_ (1977b). *O partido e as Classes Trabalhadoras Moçambicanas na Edificação da Democracia Popular*. (Relatório do Comité Central ao 3º Congresso). Maputo: Departamento do Trabalho Ideológico da FRELIMO.
- \_\_\_\_\_ (1983a). *Directivas Económicas e Sociais do IV Congresso*. Maputo: INLD.
- \_\_\_\_\_ (1983b). *Do Subdesenvolvimento ao Socialismo* (Relatório do Comité Central). Maputo: INLD.
- \_\_\_\_\_ [s. d.]. *Programa do partido*. Maputo: Departamento de Mobilização e Propaganda. Colecção 7 congresso.
- INSTITUTO NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO AGRONÓMICA (1995). *Carta Nacional de Solos*. Maputo: INIA.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1997). *Recenseamento Geral da População e Habitação: resultados gerais*. Maputo, INE.
- MINISTÉRIO DO PLANO E FINANÇAS (1998). *Pobreza em Moçambique: Perfil, Determinantes e Implicações Para Políticas*. Maputo.

- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PESCAS (1997). *Programa Sectorial de Investimento Público (PROAGRI): Plano Director da Componente de Apoio à Produção Agrícola*. Maputo: MAP.
- \_\_\_\_\_ (1998). *Programa Sectorial de Investimento Público (PROAGRI): documento mestre (Sumário executivo), 1998 a 2003*. Maputo: MAP.
- \_\_\_\_\_ (1995). *Política Agrária e Estratégias de Implementação*. Maputo: MAP.
- \_\_\_\_\_ (1990). "Diagnóstico Nacional do Sector Agrário", Vol. I, cap. XVII - *Instrumento de Desenvolvimento Agrário (versão preliminar)*. Maputo.
- MAP/Direcção da Economia Agrária; UREA (1996). *As Privatizações no Sector Agrário e o Desenvolvimento da Iniciativa Privada: Retracto de Moçambique*. Maputo: UREA.
- NEGRÃO, José G [s.d.]. *A Questão Agrária em Moçambique, 1961-1981: Documentos da FRELIMO e do Estado da República Popular de Moçambique*. Maputo: [s. ed.].
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (1997). *Relatório do Desenvolvimento Humano, 1997*. New York: Tricontinental.
- SILVA, Benedito (1986). *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas/Instituto de Documentação.
- WLSAMAZ (1994). *Direito à Sucessão e Herança em Moçambique*. Maputo: CEA/UEM.

## 5. Monografias

- ABRAHAMSSON, Hans & NILSSON, Anders (1994). *Moçambique em Transição: um Estudo da História do Desenvolvimento Durante o Período 1974-1992*. Gotemburgo/Maputo: CEEL-ISRI.
- CABRAL, António Augusto P. (1910). *Raças, Usos e Costumes dos Indígenas do Distrito de Inhambane: Agrupamento de um Vocabulário em Shitsua, Guitonga e Shishope*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional.
- CARVALHO, Mário de (1969). *A Agricultura Tradicional em Moçambique: Distribuição Geográfica das Culturas e a Sua Relação com o Meio*. Lourenço Marques: Empresa moderna.
- CASAL, Adolfo Y. (1996). *Antropologia e Desenvolvimento: Aldeias Comuns em Moçambique*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica e Tropical.
- COVANE, Luís António (2001). *O Trabalho Migratório e a Agricultura no Sul de Moçambique (1920-1992)*. Maputo: Promédia.
- HEDGES, David & ROCHA, Aurélio (1993). *História de Moçambique, vol. 3: Moçambique no Auge do Colonialismo, 1930-1961*. Maputo: DH/UEM.
- JUNTA DE EXPORTAÇÃO DO ALGODÃO (1955). *Esboço de reconhecimento ecológico-agrícola de Moçambique*. Lourenço Marques: Centro de Investigação Científica Algodoeira. Vol. 1 e 2.
- NAKATA, Hirome & COELHO, Marcos Amorin (1985). *Geografia Geral: Física, Humana e Económica*. Lisboa: Empresa Moderna.
- NEGRÃO, José (2001). *Cem anos de economia da família rural Africana: o delta do Zambeze em análise retrospectiva*. Maputo: Promédia.

- RITA-FERREIRA, António (1975). *Povos de Moçambique: História e Cultura*. Porto: edições Afrontamento. Especialmente p.95-107.
- \_\_\_\_\_ (1958). *Agrupamento e Caracterização Étnica dos Indígenas de Moçambique*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar (Estudos, Ensaios e Documentos -nº50).
- SECRETARIAT FOR EASTERN AFRICAN COAST AL AREA MANAGEMENT (1999). *De uma boa ideia para um projecto bem sucedido: manual para desenvolvimento e gestão de projectos a nível local*. Maputo: SEACAM.
- WUYTS, Marc (1981). *Camponeses e economia rural em Moçambique*. Maputo: CEA.

## 6. Artigos publicados

- ADAM, Yussuf (1993). "Mueda, 1917-1990: Resistência, Colonialismo, Libertação e Desenvolvimento". In: *Arquivo*, n.º 14 [Maputo], p.9-101.
- \_\_\_\_\_ (1991). "Guerra, Fome, Seca e Desenvolvimento: Lições de Changara, Moçambique". In: *Arquivo*, n.º 10. [Maputo], p.185-208.
- \_\_\_\_\_ (1989). "V Congresso: Implicações para o Desenvolvimento Rural". In: *Extra* n.º 2. Maputo: CEA.
- \_\_\_\_\_ (1997). "A Evolução de Estratégias de Desenvolvimento no Moçambique Pós-colonial". IN: SOGGE, David [ed.]. *Moçambique: Perspectivas Sobre a Ajuda e o Sector Civil*. Netherlands: GOM.
- ADAM, Yussuf & COIMBRA, Humberto (1997). "Messias modernos procuram novos Lázarus: ONG's em Moçambique – que parcerias para eliminar a pobreza.? In: SOGGE, David [ed.]. *Moçambique: Perspectivas Sobre a Ajuda e o Sector Civil*. Netherlands: GOM.
- BOWEN, Merle L. (1990). "A agricultura camponesas em Moçambique: o caso do Chokwé, na província de Gaza." In: *Arquivo*, n.º 7 [Maputo], p.5-44.
- BROSSARD, Joseph (1967). "Lições Sobre o Desenvolvimento Comunitário". In: *Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique*, vol. 36, n.º 150 e 151. Lourenço Marques: [s.ed.].
- "Camponeses de Inhassune e os novos proprietários do PIR acusam-se mutuamente: no centro do conflito está a não comercialização do algodão". In: Rádio Moçambique (RM). *Primeira edição do RM jornal*, 05.12.2000.
- CAPOTE, José de Abreu (2001). "Reflexão sobre o desenvolvimento rural em Moçambique". In: *Savana*, Maputo, 10.08.2001, p.16 e 17.
- CASAL, Adolfo Y. (1991). "Discurso Socialista e Camponeses Africanos: Legitimação Política-ideológica da Socialização Rural em Moçambique (Frelimo, 1965-1984)". In: *Revista Internacional de Estudos Africanos* n.º 14 e 15. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, CEA.
- \_\_\_\_\_ (1988). "A crise da produção familiar e as aldeias comunais em Moçambique". In: *Revista Internacional de estudos africanos*, n.º 8 e 9, p. 57-91.
- CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno. "Opções Económicas de Moçambique, 1975-1995: Problemas, Lições e Ideias Alternativas". In: Mazula, Brazão (1995). *Moçambique: Eleições, Democracia e Desenvolvimento*. Maputo: [s. ed.].

- \_\_\_\_\_ "Problemas Estruturais do Desenvolvimento Agrário." In: CASTELBRANCO, Carlos Nuno (1994). *Moçambique: Perspectivas Económicas*. Maputo: UEM/ Fundação Friedrich Ebert.
- "Chefe de Estado termina visita a Inhambane: delegação presidencial regressou ontem à capital depois de cinco dias de trabalho à Inhambane". In: *Notícias*, Maputo, 15.06.1991, p.1.
- FERRINHO, Homero (1964). "Considerações Sobre Métodos de Desenvolvimento das Comunidades Rurais." IN: *Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique*, 33 (139), p.8-45.
- \_\_\_\_\_ (1967). "Comercialização Agrícola cooperativa." In: *Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique*, vol.36, n.º 150 e 151. Lourenço Marques: [s.ed.].
- HERMELE, Kenneth (1986). "Lutas Contemporâneas Pela Terra no Vale do Limpopo: Estudo de Caso do Chokwé, Moçambique, 1950-1985". In: *Estudos Moçambicanos*, n.º 5/6. Maputo: CEA, p.53-81.
- JULIEN, Manuel (1990). "Desenvolvimento Rural: Modelo e Métodos a Repensar". In: *Extra* (revista para o desenvolvimento e extensão rural) n.º 3, Janeiro/Abril, p.10-17.
- MAFULANE, António (1991). "Governo está pronto a retomar as negociações: afirma Presidente Chissano no encontro com a população de Inharrime e Panda, no início da visita de trabalho a Inhambane". In: *Notícias*, Maputo, 11.06.1991, p.1.
- MARTINS, Margarida (1989). "O sector estatal no desenvolvimento agrário." In: *Extra* n.º1, p.22-29.
- NEGRÃO, José G. "Repensando as Modas do Desenvolvimento Rural". In: SOGGE, David [ed.] (1997). *Moçambique: Perspectivas Sobre a Ajuda e o Sector Civil*. Netherlands/ GOM.
- SARDAN, J. P. Oliver de (1990). "Para uma Abordagem Antropológica das Ideologias e Práticas de Desenvolvimento". *Revista Internacional de Estudos Africanos* n.º 12 e 13, Janeiro-Dezembro.
- O'LAUGHLIN, Bridget (1981). "A Questão Agrária em Moçambique." In: *Estudos Moçambicanos*, n.º3. Maputo: CEA, p.9-32.
- UANE, Roberto (1991). "Chissano em Inhambane para consolidar posições". In: *Tempo*, Maputo, 23.06.1991, p.5-11.
- VALÁ, Salim (1998). "Os Imperativos da Participação Comunitária no Desenvolvimento rural". In: *Domingo*, Maputo, 11.01.1998, n.º833, p.17 e 18.
- WUYTS, Marc (1980). "Economia política do colonialismo em Moçambique." In: *Estudos Moçambicanos*, n.º 1. Maputo: CEA. P. 9-22.

ANEXOS

## **ANEXO 1: Guiões de entrevistas**

### **A.1. Questões ligadas ao período do surgimento do PIR e do seu funcionamento como empresa estatal agro-pecuária**

- **Questões para a direcção do projecto**

1. Quando é que surgiu (início das actividades) o PIR? Quais eram os seus objectivos?
2. Como estava organizado? (estrutura e organograma do PIR).
3. A que instituições estava subordinado o PIR? Os relatórios do funcionamento do projecto eram enviados para onde e, qual era a sua periodicidade?
4. Como é que o projecto relacionava-se com os órgãos de base (locais), distritais e provincial, do partido FRELIMO? Será que o projecto tinha obrigações de mantê-los informados acerca do seu funcionamento?
5. Como é que era feita a planificação no projecto? (era feita pelo projecto ou recebiam as orientações de "cima"?)
6. Que tipo de actividades eram desenvolvidas pelo projecto?
7. Antes da instalação do projecto, a quem pertenciam as terras (machambas e pastagens)?
8. Sabe se alguém foi afastado das suas terras para dar lugar a instalação do projecto? Para onde? Será que foi indemnizado?
9. Quais eram as principais fontes e formas de obtenção de mão-de-obra, particularmente nas épocas de pico (sacha e a colheita do algodão)?
10. Será que conseguia obtê-la nas quantidades desejadas? De que maneira?
11. O que é que esses trabalhadores, em particular os sazonais, recebiam? Em dinheiro ou em espécies?
12. A nível da agricultura, quais eram as principais culturas praticadas?
13. Que técnicas eram utilizadas na produção? E qual era a quantidade e o destino da produção?
14. Que insumos agrícolas usavam? Onde e como os adquiriam?
15. A nível da pecuária, qual era o número e o tipo de animais criados pelo projecto?
16. Que tipo de apoio o projecto prestava aos camponeses e aos criadores de gado, bem como à população da região em geral?

17. Será que os trabalhadores do PIR eram autorizados a ter machambas particulares (ou familiares)? Que tipo de apoio agrícola o projecto dava-os?
18. Que sistema foi criado pelo projecto a fim de assegurar a disponibilização (seja por venda) de bens de consumo aos trabalhadores e suas famílias (no sentido de agregado familiar), assim como da população em geral?
19. Será que o projecto autorizava a população local a cultivar as terras não utilizadas pela empresa, mas sob seu controlo? Porque?
20. Será que o PIR na sua primeira fase como empresa estatal conseguiu cumprir com os planos e objectivos da sua criação?
21. Se não, porque? Quais eram as principais dificuldades ou problemas?
22. Quais foram os impactos do projecto na economia local e, particularmente na melhoria da vida da população local?

#### **A.2. Questões ligadas ao PIR na sua fase de reestruturação: de machambas estatais ao sector familiar organizado**

- **Questões para a direcção do projecto**

1. Que factores levaram à mudança da estratégia de desenvolvimento agrícola do projecto (do sistema de machambas estatais para passar a organizar e apoiar o sector familiar agrícola)?
2. Quando é que iniciou este processo e quando é que atingiu o seu auge (o fim das machambas estatais)? Será que com a reestruturação o projecto mudou de objectivos da sua criação?
3. Com o novo sistema de funcionamento, que tipo de apoio (material, técnico, etc.) o projecto prestava aos camponeses envolvidos?
4. De que maneira os camponeses pagavam estes "favores" ou "benefícios" (como por exemplo, a lavoura da terra, a alocação da semente melhorada e a assistência técnica)?
5. No caso de anos de má colheita a quem recaíam os riscos da produção? (ao projecto, ao camponês ou eram repartidos pelos dois intervenientes? De que maneira?
6. Quais eram os direitos, obrigações e deveres dos camponeses para com o projecto? E vice-versa?
7. Porque é que o projecto só garantia a compra do algodão e não os cereais também produzidos pelos camponeses? E onde é que o projecto comercializava o algodão produzido em Inhassune?

8. Que estratégias o projecto adoptou para incentivar os camponeses a integrarem-se e/ou a manterem-se integrados no sector familiar que organizava?
9. Quantos hectares de terras, em média, tinha cada camponês nas áreas do PIR? E no máximo quantos hectares eram dados aos camponeses?
10. Será que a reestruturação do projecto trouxe resultados esperados? Compara a quantidade da produção geral do projecto (por exemplo do algodão).
11. Quando (ano) é que a fábrica de descaroçamento do algodão de Jangamo passou a pertencer ao projecto? Porque? E que implicações isto trouxe para o PIR?
12. Quando é que o projecto foi privatizado? Porque nesse ano?
13. Será que até a data da sua privatização o projecto só usou fundos do BAD e do Governo Moçambicano? Ou tinha outras fontes de financiamentos? Quais?
14. Porque é que até à data da privatização do PIR, o sector pecuário permaneceu estatal? Quantas cabeças de gado tinha? E que apoio (técnico ou material) dava aos criadores locais de gado?
15. Qual era o impacto da seca no desenvolvimento agrícola no PIR?
16. De que maneira a guerra afectou o desenvolvimento das actividades económicas do projecto?
17. Qual foi o impacto do acordo geral de Paz de 1992 para o projecto? Será que com o acordo geral de Paz o número dos camponeses integrados no projecto terá reduzido? Porque?
18. Será que o projecto tentou desincentivar o abandono das populações (regressando às suas terras de origem), que se seguiu ao acordo geral de Paz? De que maneira ou que incentivos dava?

#### **B. Principais tópicos usados nas entrevistas semi-estruturadas**

- Nome, data de nascimento ou idade, dados acerca da origem da sua família, história da educação, história do emprego assalariado, história da sua produção agrícola e da sua criação do gado (tamanho das machambas, número e tipo de animais), história do seu local de residência, história do fornecimento de água, ligações com o poder tradicional. Como é que a região foi integrada na economia colonial? Com o abandono dos colonos com a independência que tipo de exploração agrícola foi implantada em Inhassune? Tópicos como dificuldades na produção, métodos ou técnicas de produção, os constrangimentos na comercialização e o seu ponto de vista sobre o projecto. De que maneira o projecto contribuiu para o aumento da produção agro-pecuária na região? O que mudou ao nível da vida sócio-económica da comunidade como resultado da implantação do PIR?

**ANEXO 2: Quedas pluviométricas (mm) registadas nas campanhas agrícolas 1988/89 e 1991/92**

Ano	1988	1989	1990	1991	1992
Janeiro		14.6	47.9	50.8	300.6
Fevereiro		96.3	143.2	208.5	53.4
Março		23.6	25.4	66.2	62.1
Abril		37.9	45.7	8.9	6.1
Maio		9.7	12.9	-	14.9
Junho		121.7	19.5	-	
Julho		7.0	0.6	-	
Agosto		17.7	7.1	-	
Setembro	0	4.3	58.8	-	
Outubro	84.6	50.8	0	2.4	
Novembro	27.2	185.3	65.1	46.1	
Dezembro	95.7	98.4	69.6	25.8	
Total	207.5	667.3	475.2	408.7	431

Fonte: Projecto Inhassune/Ramalhusca. Campanha Agrícola 1991/92: Relatório das Actividades. Inhassune, 19 de Maio de 1992;

Projecto de desenvolvimento agro-pecuário Inhassune/Ramalhusca. Relatório Apresentado Aquando da Visita de Sua Excelência o Presidente da RM. Inhassune, 20 de Maio de 1991:7.

**ANEXO 3: Palmeiras bravas e a paisagem da região**



**ANEXO 4: Distribuição dos camponeses pelas áreas de produção do IAM entre 1965 a 1974**

Área de produção	N.º de camponeses
Macaúze	450
Guguza	180
Gado/Corte	30
Cugone	25
Mavele	30
Chacana	20
Calangane	40
Total	775

**Fonte:** Projecto de Desenvolvimento Agro-Pecuário Inhassune/Ramalhusca. Relatório Apresentado Aquando da Visita de Sua Excelência o Presidente da RM. Inhassune, aos 20 de Maio de 1991:1.

## ANEXO 5

### Bens do projecto destruídos pelos guerrilheiros da RENAMO entre 1986 e 1990

#### 13.1 - Equipamento

- 1986 - Camião Mercedes Benz MLQ 28-76 - Totalmente destruído (Abatido) -	956 024,00
- 1987 - Camião Mercedes Benz MLQ 27-06 - Radiador, carter e depósito de combustível (Circulação) -	110 000,00
- Camião M Benz MLQ 28-75 - Totalmente destruído (Abatido)	764 419,00
- Camião M Benz MLQ 28-74 - Parabrisas, vidro porta esq., compressor do ar, extintor e furos na cabine (Circulação)	120 750,00
- Camião M Benz MLQ 28-77 - Suspensão dianteira, roda lado dir. e cubo lado esq., faróis, radiador e cabine (Circulação)	18 202 426,00
- Camião M Benz MLQ 28-74 - Cabine destruída (Circulação)	16 459 322,50
- 1988 - Camião M Benz MLQ 28-71 - Cabine destruída (Circulação)	20 968 099,00
- Camião M Benz MLQ 28-73 - Vidro parabrisas e porta (Circulação)	40 000,00
- Camião M Benz MLQ 27-05 - Cabine destruída (Circulação)	20 227 194,00
- Camião M Benz MLQ 27-06 - Cabine destruída (Circulação)	23 405 289,50
- Camião M Benz MLQ 28-72 - Rodado trazeiro (Circulação)	4 280 439,00
- Camião M Benz MLQ 28-78 - Tubo retorno, furos na cabine (Circulação)	<u>50 000,00</u>
	105 583 963,00
- 1990 - Tractor MF 290 MLQ 27-87 - Aceno, volante de direcção, sistema eléctrico, alternador, mangueira do radiador, resguardo, cabo do acelerador	

de mão, 1 pneu de trás com respectiva câmara de ar, 1 pneu da frente com respectiva câmara de ar.

- Atrelado de tractor - 4 pneus, 4 câmaras de ar, 4 cintas e mangueiras de hidráulico.

13.2Outros

- 1985 - Roubo de 83 cabeças de gado de corte 4 150 000,00
- 1987 - Semente de algodão queimada no total de 250 sacos de juta com peso de 12 500 kg
- 1988 - Roubo de 153 cabeças de gado de corte 22 000 000,00  
27 700 000,00

TOTAL DOS DANOS CAUSADOS PELOS BA's:

( D I R E C T A M E N T E )

133 283 963,00

=====

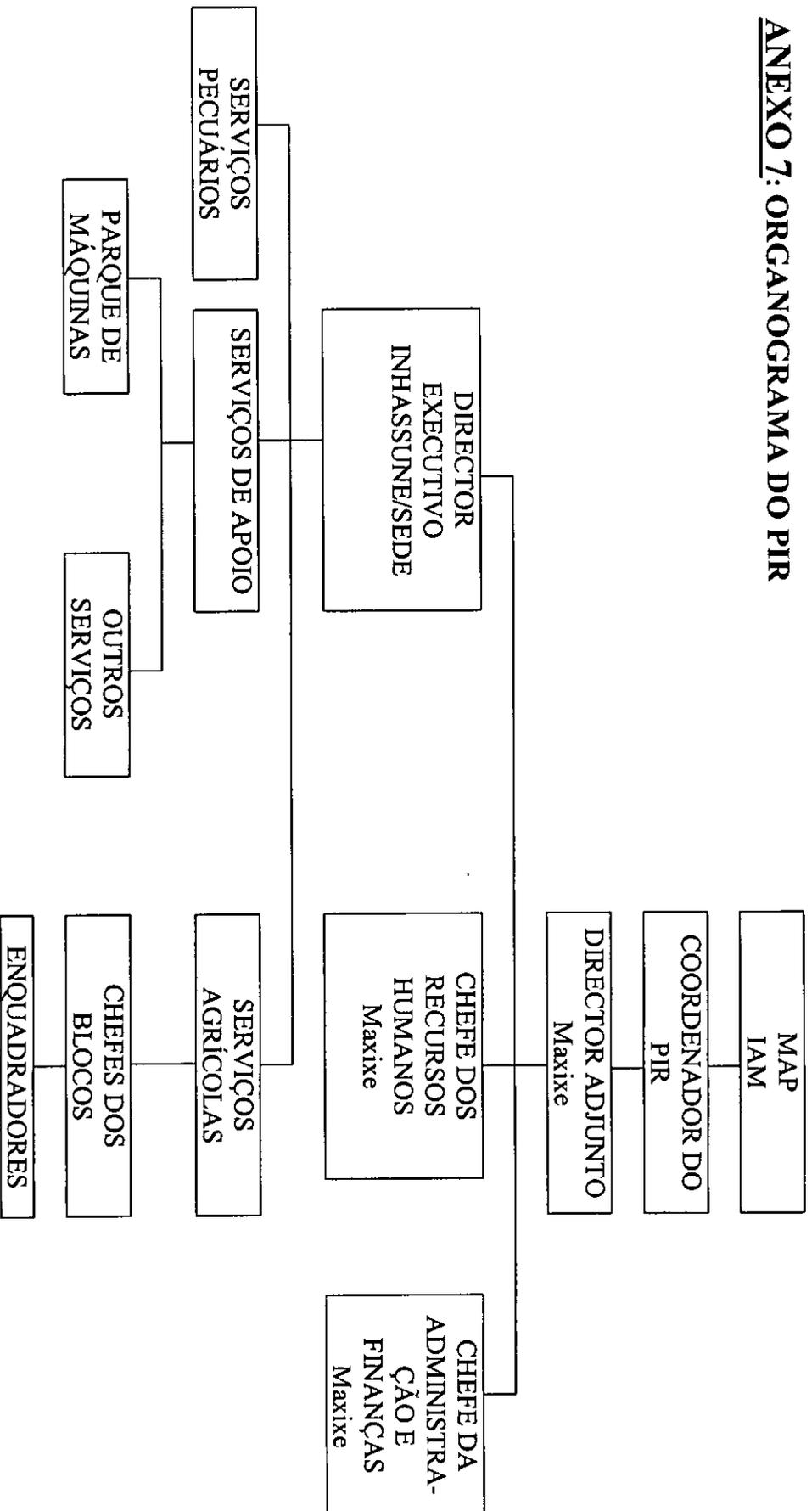
Fonte: PIR. Relatório para o Ministério das Finanças.  
Maxixe, 10.01.1990.

# ANEXO 6: Equipamento e maquinaria recebido pelo projecto entre 1984 e 1989

DESCRIÇÃO	MARCA	CARACTERÍSTICAS	RECEBIDO				ANO
				OPERAÇ.	AVARIAD	ABATE	CHEGADA
EQUIP. DESTRONCA							
TRACT. ESTEIRA	CAT D6D	250 HP	2		2		84
GRADES ROME			2	2			84
CORRENTE		150M-3"-80kg/M	1	1			84
CAMIAO	M.BENZ	3 TON	2	2			84
P.SOBRESSALENTES			10%				
EQUIP. ESTRADA							
MOTONIVELADOR	CAT 120	250 HP	4	2	2		84
PA CARREGADORA	CAT 930	250 HP	2	2			84
CAMIAO BASCULANTE	M.BENZ	5 TON	2	1	1		85
BETONEIRA			1	1			84
P.SOBRESSALENTES			10%				
VEICULOS							
CAMIAO	M.BENZ	OFICINA	1	1			84
CANICES	M.BENZ	5 TON	5	3	1	2	85
CAMIAO/TANQUE	M.BENZ	7.000 LTS	1		1		85
JEEPS	TOYOTA	4 x 4	4	3	1		86
MOTOCICLOS	HONDA	125 CC.	6	4	2		86
P.SOBRESSALENTES			10%				
SERV/GERAIS							
G. GERADOR		56 KWA	1	1			87
G. GERADOR		3,5 KWA	2	2			86
BALANÇAS		MÓVEIS	5	5			84
PONTE BASCULA			1	1			84
TANQUES COMBUSTÍVEL		3;5;7;9 e 15 m <sup>3</sup>	5	5			84
" ÓLEO		2 m <sup>3</sup>	2	2			89
GUINCHO		YALE 3 TON	1	1			89
P.SOBRESSALENTES			10%				
MAQ. AGRICOLAS							
TRACTOR/RODAS	MF 290	75 HP	25	20	5		84
TRACTOR/RODAS	MF 2680	105 HP	3	1	2		84
CHARRUA/DISCO	MF 205	4 DISCOS	25	15	10		84
GRADES/DISCO	MF 1034	20 DISCOS	15	10	5		84
SEMEIA/ADUBAD.	MF 401	4 BOCAS	15	10	5		84
VALADEIRAS	FASTER		2	2			84
CULTIVADORES	MF 38	4 LINHAS	15	12	3		84
ATRELADOS	MF 20		8	3	5		84
CHARRUAS	MF 90	6 DISCOS	3	3			84
P.SOBRESSALENTES			10%				
PRODU./ANIMAL							
TRACTOR	MF 290	75 HP	2	1	1		84
CHARRUA/DISCO			2	1	1		84
ENFARDADEIRAS	MF 124		1	1			84
PERPURADORES	MF 815		4	4			85
"	MF		4		4		88
CAPINADEIRAS	MF 70		2	1	1		85
SEMEADOR SIMPLES			1		1		84
CANICES	M.BENZ	7 TON	2	2			84
JEEPS	TOYOTA	4 x 4	3	2	1		86
MOTOCICLOS	HONDA	125 CC.	3	2	1		86
MOTOBOMBAS	LISTER		7	7			89
BOMBA MANUAL	N.PUMP.		1	1			89
P. SOBRESSALENTES			10%				

Fonte: PIR. Campanha Agrícola 1991/92: Relatório das actividades.  
 Tabela nº 15 de 15 de Maio de 1992

**ANEXO 7: ORGANOGRAMA DO PIR**



FONTE: MAP/CNA.A. Memorando de venda: Projecto Inhassune/Ramalhusca (PIR). Maputo, 08 de Agosto de 1997.

## ANEXO 8

### **Evolução da manada e da produção pecuária no projecto, entre 1986 e 1994**

	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994
Bois	19	20	22	21	7	7	54	23	-
Touros	56	38	26	35	7	11	17	26	26
Vacas	468	604	707	610	396	205	402	668	899
Novilhas	420	426	430	304	581	547	409	403	99
Novilhos	126	218	271	141	528	413	258	205	188
Vitelos	371	422	527	709	357	281	234	635	1056
<b>Total</b>	<b>1460</b>	<b>1728</b>	<b>1983</b>	<b>1820</b>	<b>1876</b>	<b>1464</b>	<b>1374</b>	<b>1960</b>	<b>2268</b>
Abate	141	107	255	251	306	370	262	79	195
Carne(Ton.)	19	15	37	37	45	53	38	11	29
Kg/animal	138	143	146	147	147	143	145	144	150
Leite/litros	25634	22000	15845	2950	-	-	-	-	-

Nota: a produção do leite foi suspensa por razões económicas a partir dos princípios de 1989.

**Fonte:** Projecto Inhassune/Ramalhusca. Relatórios para o Ministério das Finanças. Maxixe, 16.04.1990; e de 20.04.1994.

ANEXO 9

Actividades de reflorestamento de Inhassune



Figura 1: Plantações de eucaliptos



Figura 2: Plantações de castanheiras, acácias e casuarinas

### **ANEXO 10: Principais blocos agrícolas e as respectivas áreas**

	Bloco	Área disponível (Ha)
1	Madumo 1	1 000
2	Madumo 2	300
3	Macaúze	340
4	Chicolote	450
5	Chivumo	280
6	Calangane 1	300
7	Calangane 2	320
8	Calangane 3	380
9	Leal	350
10	Guguza	408
	Total	4 128

Fonte: MAP/CNAA. Memorando de Venda: Projecto Inhassune/Ramalhusca (PIR). Maputo, 8 de Agosto de 1997:11.

### **ANEXO 11: Distribuição dos camponeses pelos blocos de produção na campanha agrícola 1990/91.**

Blocos	N.º camponeses	N.º Chefe/bloco	Nº enquadrador/ bloco	Área total
Leal	232	1	2	354
Guguza	224	1	2	408
Chivumo	113	1	1	249
Macaúze	157	1	1	330
Calangane I	185	1	1	250
Calangane II	190	1	1	291
Calangane III	210	1	1	390
Chicolote	211	0	1	450
Madumo	178	1	2	405
Total	1700	8	12	3127

Fonte: Projecto de Desenvolvimento Agro-Pecuário Inhassune/Ramalhusca. Relatório Apresentado Aquando da Visita de Sua Excelência o Presidente da RM. Inhassune, 20 de Maio de 1991:4.

## ANEXO 12

Evolução dos preços dos produtos agrários entre 1986 e 1994

### 8 - PREÇOS DE VENDA

	MT/KG	1986	1987	1988	1989	1990
Algodão caroço	"	16,00	65,00	104,00	175,00	201,00
Algodão fibra	"	60,00	280,00	500,00	1 127,00	1 250,00
Semente de algodão	"	3,50	40,00	40,00	40,00	40,00
Milho	"	15,70	49,00	65,00	110,00	126,00
Girassol	"	16,50	59,00	75,00	130,00	150,00
Feijão	"	30,30	118,00	150,00	230,00	264,00
Mandioca	"	20,00	20,00	75,00	75,00	100,00
Hortícolas	"	20,00	20,00	40,00	40,00	100,00
Carne bovina	"	177,00	715,00	715,00	1 500,00	1 750,00
Carne suína	"	180,00	500,00	780,00	1 250,00	1 250,00
Carne coelho	"	200,00	200,00	750,00	1 500,00	1 500,00
Leite	MT/LTS	20,00	20,00	20,00	250,00	250,00

Fonte: Projecto Inhassane/Ramalhosa. Relatório para o Ministério das Finanças. Maxxe, 16.04.1990

PROJECTO INEASSONE-RAMALHUSCA

2 - EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DE PRODUÇÃO

	M€/KG	1990	1991	1992	1993	* 1994
- ALGODÃO-CAROÇO	"	201,00	320,00	478,50	700,00	1.300,00
- ALGODÃO-FIBRA	"	1.250,00	2.723,00	2.400,00	4.000,00	4.000,00
- SEMENTE DO ALGODÃO	"	40,00	85,00	250,00	700,00	600,00
- FÉCULO	"	126,00	250,00	275,00	500,00	600,00
- CARNE BOVINA	"	1.500,00	4.000,00	4.000,00	8.000,00	8.000,00

\* - ESTIMATIVA.

Fis  
 Fonte: PIR. Relatório para o Ministro  
 das Finanças. Maxixe, 20.04.1994

## ANEXO 13

### Dados básicos sobre o Projecto Inhassune/Ramalhusca

#### 2.4 - FINANCIAMENTO

##### 2.4.1 - Dados Básicos

EMPRESTIMO Nº CS/MZQ/AGR/80/5

ENTIDADE FINANCIADORA: FUNDO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO  
E O GOVERNO DE MOÇAMBIQUE

##### PLANO DO EMPRESTIMO:

<u>FINANCIADOR</u>	<u>MT CONTOS</u>	<u>FUA MILHÕES</u>	<u>US\$ MILHÕES</u>	<u>%</u>
FAD (MOEDA EXTERNA)	288,205	7,984	7,772	63,40
GOVERNO (CUSTOS LOCAIS)	166,262	4,605	4,482	36,6
	454,467	12,589	12,254	100,0

##### VALOR DO EMPRESTIMO:

FUA 8 MILHÕES

Duração 50 anos incluindo 10 de graça

Juros 0,75%

Amortização = financiamento + 5% ao ano do 11º ao 20º e 3% do 21º até ao final (50%)

DATA DA ASSINATURA DO EMPRESTIMO:	10 DEZEMBRO 1980
DATA DO EMPRESTIMO DECLARADO EFECTIVO:	11 SETEMBRO 1981
DATA DO PRIMEIRO DESEMBOLSO:	31 DEZEMBRO 1981
DATA DO ULTIMO DESEMBOLSO:	30 JUNHO 1985
NOVAS DATAS DO 1º DESEMBOLSO:	30 JUNHO 1983
NOVO DESEMBOLSO:	31 DEZEMBRO 1990

##### 2.4.2.- Organização e Gestão

###### A) PARTE MOÇAMBICANA

- 1 DIRECTOR GERAL
- 1 CHEFE ADMINISTRATIVO
- 1 DIRECTOR AGRICOLA
- 1 DIR SECTOR FAMILIAR
- 1 CHEFE DAS OFICINAS

###### B) EQUIPA ASSIST TECNICA ESTRANGA

- 1 CHEFE EQUIPA/AGRONOMO
- 1 ESPECIALISTA EM PECUARIA
- 1 ECONOMISTA AGRICOLA
- 1 CONTABILISTA

Nota: A Assistência Técnica estrangeira termina o contrato a 31/8/91.

A Pequena indústria (familiar) de extração de pedras para a comercialização



Figura 1: O processo da extração da pedra



Figura 2: A fase de talhamento (ou de metalhato) da Pedra